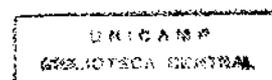


**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ESTUDO DA CONVIVÊNCIA DE UM GRUPO SOCIAL COM O  
PROCESSO INFLACIONÁRIO**

**CAMPINAS**

**1998**



UNIDADE	73C
N.º CHAMADA:	
TÍTULO	Si 38 e
V.	Ex.
COD. 33917	
PREÇO 395,98	
C	0 1 x
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20/05/98
N.º CPD	

CM-00113035-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Si 38 e **Silva, Katia Terezinha Patrício da**  
**Estudo da convivência de um grupo social com o processo inflacionário / Katia Terezinha Patrício da Silva . - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.**

**Orientador: Guita Grin Debert.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Classes populares.\* 2. Prática social.\* 3. Inflação.\***  
**I. Debert, Guita Grin. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**KATIA TEREZINHA PATRÍCIO DA SILVA**

**ESTUDO DA CONVIVÊNCIA DE UM GRUPO SOCIAL COM O  
PROCESSO INFLACIONÁRIO**

**Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), como requisito à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Guita Grin Debert**

**CAMPINAS**

**1998**

**KATIA TEREZINHA PATRÍCIO DA SILVA**

**ESTUDO DA CONVIVÊNCIA DE UM GRUPO SOCIAL COM O  
PROCESSO INFLACIONÁRIO**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada  
pela Comissão Julgadora em 12 / 03 /1998.

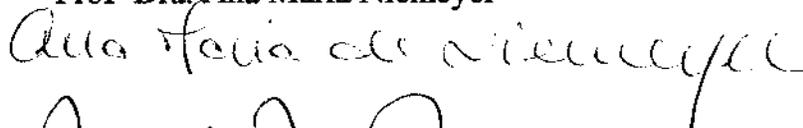
Banca:

Orientador:

Profª Dra. Guita Grin Debert



Profª Dra. Ana Maria Niemeyer



Prof. Dr. Mariano Mattos Macedo

*Para Marco Antonio Cintra e Marise Manoel,  
racionalidades distintas e sensibilidades semelhantes.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação parece tarefa arriscada pela ameaça do esquecimento, no entanto é preciso correr esse risco, uma vez que fazer pesquisa corresponde a uma trajetória individual que não se realiza solitariamente.

Agradecimento muito especial ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, onde, como pesquisadora, adquiri experiência profissional e intelectual, em ótimo ambiente de trabalho. O IPARDES foi responsável por viabilizar as condições necessárias para eu me dedicar exclusivamente a cursar as disciplinas do mestrado por um período de dois anos. Para quem desde o ingresso no ensino médio sempre teve de conjugar trabalho e estudo, tal fato foi um privilégio e fundamental para a minha formação acadêmica.

Ainda no âmbito institucional, agradeço a concessão de bolsa de estudos à Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES e bolsa de pesquisa da Fundação Ford/ANPOCS que financiou os custos da pesquisa de campo.

Agradeço aos professores do Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, pela convivência, aprendizado e acolhida, bem como aos funcionários desse departamento, sempre dispostos a me esclarecer sobre os trâmites da burocracia universitária.

Com seriedade e rigor, mas principalmente com paciência e respeito pelo meu ritmo de trabalho, bastante intermitente, fui orientada pela professora Guita Grin Debert, a quem admiro e sou grata pelas inúmeras e criteriosas

leituras que resultavam em comentários certos que tentei ao longo do trabalho incorporar plenamente.

O meu muito obrigada a Teresa Pires do Rio Caldeira, que no exame de qualificação, com observações críticas, minuciosas, acompanhada de peculiar criatividade, me estimulou a concluir o trabalho.

Aos amigos de todas as horas, interlocutores das minhas dúvidas e angústias pertinentes ao trabalho e a vida Marise Manoel, Marco Antonio Cintra e Sandra Stoll, que leram e criticaram as diversas versões do trabalho e me incentivaram com carinhosas cobranças a concretizar este projeto, pela confiança e sugestões que foram decisivas, um grande beijo.

Sempre contei com a amizade e cumplicidade de Dulce Maria Alves Rocha Coelho, com quem aprendi que a árdua tarefa de estudar sob o calor tórrido de Campinas pode ser muito mais leve quando compartilhada e temperada com intensas discussões e “bate-papo” sobre banalidades.

A solidariedade de Katherine Hennings e Carla Maria Naves Ferreira, que, dos últimos tempos do Planalto Central, por meio de demorados telefonemas me acompanharam carinhosamente, alugando-me seus ouvidos, deram a força necessária para tornar o percurso menos sofrido. Obrigada pelo apoio afetivo.

Aos colegas, amigos e companheiros de trabalho com os quais dividi as dúvidas que envolvem a preparação dos trabalhos acadêmicos, agradeço, e, especialmente, à Maria Lúcia Urban, Nádia Z. Raggio, Maria de Lurdes Urban Kleine, Igor Zanon, Gilmar Lourenço, Maria do Socorro Japiassú e Fátima Freitas.

Agradecimento também especial para a amiga e vizinha Maria Alice Vaz, que com ternura me estimulou e leu uma das versões do trabalho, não entendendo por que eu adiava o seu término.

À minha mãe e a meus irmãos, em particular, a Gislaine, que de diferentes maneiras, mais do que imaginam, apoiaram-me para que eu continuasse a estudar.

Aos moradores do Conjunto Habitacional onde realizei a pesquisa devo imenso agradecimento e pedidos de desculpas por invadir suas vidas privadas e muitas vezes alterar suas rotinas com perguntas e curiosidades nem sempre compreendidas por eles; no entanto, em geral, com disposição e hospitalidade peculiar, acolheram-me em suas casas. Pacientemente dialogaram comigo. Sem dúvida foi uma convivência inesquecível, a qual me comprometeu com a reflexão e a conclusão deste trabalho, pois sem a simpática colaboração dos entrevistados este estudo não seria o mesmo.

Para organizar e sistematizar o material da pesquisa, contei com o auxílio prestimoso de Fabiana Moreira de Jesus, que transita com facilidade e criatividade nos caminhos do Word, Windons, Excel etc. Muito da minha atual familiaridade com a informática devo às suas explicações. Agradeço também a ajuda importante de Maria Dirce Botelho Marés de Souza pela normalização das referências bibliográficas e de Maria Laura Zocolotti na editoração final do trabalho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>1 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA INFLAÇÃO</b> .....	9
<b>2 CURITIBA E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS</b> .....	37
<b>2.1 CONTEXTO DA PESQUISA: UMA HISTÓRIA DO LOCAL</b> .....	49
<b>2.2 QUEM FOI MORAR NO CONJUNTO</b> .....	52
<b>2.3 DESCRIÇÃO DO LOCAL</b> .....	55
<b>3 ASSOCIAÇÕES, LIDERANÇAS E CONFLITOS</b> .....	62
<b>3.1 DINÂMICA ASSOCIATIVA: O TICKET DE LEITE</b> .....	65
<b>3.2 DA ASSOCIAÇÃO ÀS ENTREVISTAS NO LOCAL DE MORADIA</b> .....	80
<b>4 PRÁTICAS ECONÔMICAS <i>VERSUS</i> ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA</b> .....	84
<b>4.1 PRÁTICAS ECONÔMICAS DE TRÊS ENTREVISTADOS</b> .....	88
<b>5 DAS ENTREVISTAS AO QUESTIONÁRIO</b> .....	119
<b>5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO</b> .....	120
<b>5.2 CONVIVÊNCIA COM A INFLAÇÃO</b> .....	134
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	163

## LISTA DE TABELAS

1	TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL 1980-1997.....	16
2	GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DO CONJUNTO (PARTICIPAÇÃO RELATIVA).....	53
3	RENDA FAMILIAR, SEGUNDO FAIXAS DE SALÁRIO-MÍNIMO - 1988, JUL/SET 1990.....	122
4	NÚMERO DE HOMENS PESQUISADOS NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS, SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL - 1990.....	123
5	NÚMERO DE MULHERES PESQUISADAS, SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS - 1990.....	124
6	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES DE ATIVIDADE NO EMPREGO ASSALARIADO, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS.....	124
7	OCUPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DA POPULAÇÃO MASCULINA PESQUISADA, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS - 1990.....	125
8	POPULAÇÃO MASCULINA ASSALARIADA, PESQUISADA NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS, SEGUNDO AS OCUPAÇÕES - 1990.....	125
9	NÚMERO DE FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE MORADIA, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS - 1990.....	126
10	NÚMERO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEL QUE AS FAMÍLIAS DO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS POSSUÍAM NA OCASIÃO DA PESQUISA - 1990.....	129

## **INTRODUÇÃO**

---

## INTRODUÇÃO

A inflação tem sido um tema tratado quase exclusivamente por economistas. Estabelece-se entre eles um debate acirrado quanto às causas da inflação e quanto às técnicas adequadas para combatê-la. Economistas de diferentes concepções teóricas concordam com o fato de que aspectos sociais e políticos devam ser considerados no estudo da inflação. Esse consenso, entretanto, não impede, como aponta Hirschman (1981, p.177-207), que boa parte da produção teórica sobre as causas da inflação restrinja-se a explicações dos fatores estritamente econômicos e, quando se procura analisar as raízes sociais e políticas do processo inflacionário, normalmente recorre-se a noções pouco precisas, avaliações desarticuladas e tautológicas, como, por exemplo, "crescimento das expectativas", "falta de coesão social" e "crise de governabilidade".

Hirschman considera que a compreensão do fenômeno requer uma perspectiva capaz de integrar os fatores econômicos aos de ordem política e social, à medida que esses têm um peso fundamental na economia de qualquer país. Buscando contribuir com essa perspectiva, propõe-se nesta dissertação apreender as representações de um determinado grupo social sobre a economia e, especificamente, sobre a inflação brasileira.

Por meio de pesquisa junto aos moradores de um Conjunto Habitacional de Curitiba, procuro entender como a renda familiar auferida pelo grupo estudado é adquirida e empregada, bem como recuperar a memória do padrão de consumo familiar. Analiso ainda as representações sobre o funcionamento da economia e levanto os mecanismos utilizados para "driblar" a inflação, tendo em vista a adequação de receitas a uma economia inflacionária.

Parto da suposição de que o comportamento dos agentes econômicos dessas classes sociais, assim como o dos diferentes setores da população, merece um estudo de caso antes de ser definido como irracional. Conceitos como "expectativas inflacionárias", "cultura inflacionária", "ilusão monetária", dentre outros, serão analisados a partir da prática concreta de um grupo social selecionado, pesquisando-se como esse grupo social conviveu com o processo inflacionário.

O objetivo desta dissertação não é avaliar ou discutir o debate dos economistas sobre a problemática inflacionária brasileira, mas sim verificar como um grupo de indivíduos selecionados a partir do local de moradia reflete e define um conjunto de práticas no contexto de altas taxas de inflação, caracterizado conforme diferentes indicadores, pelo acirramento da pobreza e do desemprego.

O pressuposto básico que orienta esta pesquisa insere-se na produção recente da Antropologia Social no Brasil, preocupada em analisar as práticas das classes populares no contexto urbano. Trata-se de adaptar o instrumental desenvolvido nos estudos dos denominados "povos primitivos" para a análise das "sociedades complexas", visando dar inteligibilidade a um conjunto de práticas desenvolvidas por diferentes grupos sociais no espaço urbano. Esses trabalhos têm mostrado que práticas aparentemente semelhantes podem adquirir significações distintas, à medida que estão inseridas em sistemas de significações diversos. De maneira geral, esses trabalhos permitem, da perspectiva cultural aprofundar o conhecimento das transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira (Cardoso, 1978; Macedo, 1979; Durham, 1984; Caldeira, 1984; Magnani, 1984; Zaluar, 1985).

A realização deste estudo antropológico visa compreender a prática concreta de atores sociais que vivenciam processos inflacionários, atores esses identificados pela literatura antropológica como sendo de classes populares<sup>1</sup>.

Essas pesquisas, entretanto, não têm se detido na análise do comportamento microeconômico, sua racionalidade e lógica frente às idas e vindas da política econômica nacional. Nesses termos, podemos afirmar, parafraseando Geertz (1978), que essas pesquisas têm procurado apreender o "curso velado da política", enquanto o "curso velado da economia" fica, em grande medida, a cargo dos economistas, por meio de pesquisas quantitativas e de sondagem de opinião. Nas análises de cunho antropológico, a composição do quadro sócio-econômico, quando presente, procura expressar somente a situação de carência, não sendo objeto de análise as práticas econômicas dos atores e as representações do social que elaboram. Neste trabalho, ao contrário, buscamos apreender o significado do comportamento econômico de um grupo social específico.

Para tanto, o caminho trilhado consiste na elaboração de uma etnografia que, como nos ensina Geertz, é a essência do fazer antropológico. Essa tarefa é assim caracterizada pelo autor: "fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado" (1978: 20).

Procurei estabelecer um diálogo com grupos relativamente pequenos de indivíduos, tendo como pano de fundo a observação do conjunto de práticas concretas desenvolvidas pelos atores estudados. Uma pesquisa desse tipo não pretende grandes generalizações, mas pode contribuir para a

---

<sup>1</sup> O termo "classes populares" é utilizado neste trabalho em função do seu caráter descritivo que permite analisar a uniformidade e semelhanças construídas no âmbito da cultura, por uma população caracterizada como heterogênea do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho, com padrão de consumo e condições de vida semelhantes (Durham, 1986).

relativização de alguns pressupostos sobre o comportamento econômico da população, expresso em categorias como: "cultura inflacionária", "irracionalidade econômica", "ilusão monetária".

A proposta inicial desta pesquisa foi elaborada no decorrer do ano de 1988, ocasião em que analistas econômicos e sociais, e a sociedade em geral, discutiam acirradamente as causas do fracasso do Plano de Estabilização Econômica, implementado em fevereiro de 1986, conhecido como Plano Cruzado, e que vigorou com relativo sucesso até novembro do mesmo ano. Embora outros planos econômicos tenham sucedido o Plano Cruzado, e estivesse em vigor durante o período de realização da pesquisa de campo o Plano Collor,<sup>2</sup> este trabalho concentra-se no Plano Cruzado, por ter sido essa a primeira experiência heterodoxa de combate à inflação, de impacto social mais abrangente no Brasil. Além disso, como demonstra a pesquisa de campo realizada, este Plano foi o que obteve maior registro na memória da população pesquisada. A realização deste estudo de caráter antropológico visa verificar como na prática concreta de diferentes atores sociais, de uma mesma classe, vivencia-se o processo inflacionário.

Para tanto, no primeiro capítulo apresento brevemente a trajetória da inflação e a situação social da década de 80, cenário em que se movem as práticas e representações econômicas objeto desta dissertação. Tendo em vista que, a partir de 1994, com o lançamento do Plano Real, o país vive uma realidade distinta, com a inflação controlada em patamares inéditos para a economia brasileira, apresento também, de forma sucinta, os principais componentes do processo de estabilização em curso. Apresento ainda nesse capítulo a visão de

---

<sup>2</sup> Com o agravamento do quadro inflacionário, o Brasil, durante a década de 80, passou por diversos planos de estabilização econômica, com reformas monetárias e mudanças de moedas. Dentre os mais relevantes, podemos citar: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) Plano Collor (1990).

três autores sobre o processo inflacionário, de uma perspectiva que associa ao econômico fatores de ordem sócio-política e cultural.

No segundo capítulo, com o objetivo de caracterizar a população pesquisada, faço uma descrição detalhada das concepções que orientaram os planos de construção de habitações populares em Curitiba, dos requisitos para a aquisição das casas e dos tipos de financiamento, das características do Conjunto Habitacional em que foi realizada a pesquisa, do perfil de seus moradores e da forma como se apropriaram do espaço, redefinindo-o.

No terceiro capítulo, descrevo meu primeiro contato com os moradores, realizado por meio de uma de suas associações, que tinha como um de seus programas centrais a distribuição dos tickets de leite. Uma análise rápida do Programa Nacional do Leite e da forma como ele foi gerido pela Associação permite, por um lado, discutir uma das formas como se deu a dinâmica associativa no Conjunto Habitacional e, por outro, apresentar as razões que me levaram a abandonar a Associação como *locus* privilegiado da pesquisa e optar pela realização da pesquisa com moradores que podiam ou não ter participado da Associação, mas que se dispuseram a se envolver em longas entrevistas, retomadas em diferentes ocasiões, e que permitiram visitar suas casas e conversar com seus familiares, de modo a conduzir a observação de comportamentos nos moldes que caracterizam a pesquisa antropológica.

No quarto capítulo, aproximo mais a lente, apresentando o depoimento de três moradores, obtidos com as entrevistas em profundidade feitas no local de moradia. Em função da complexidade dos resultados obtidos nessa etapa tomei a decisão de fazer uma pesquisa mais ampla e orientada por um questionário, de modo a verificar em que medida o material levantado poderia ter representatividade maior entre os moradores.

O quinto capítulo constitui uma análise dos resultados dos questionários, que permite aprofundar o quadro já traçado sobre o cotidiano dos moradores, a partir dos dados coletados de forma mais sistematizada.

Esta dissertação tem como objetivo descrever os paradoxos que a convivência com a inflação criou para um grupo de pessoas com níveis educacionais muito baixos e vivendo em situação de pobreza. Em 1994, com o Plano Real, o país vive uma realidade distinta e teria sido interessante retomar a pesquisa, utilizando os mesmos procedimentos, de modo a comparar os resultados obtidos. Mas, esse é um novo projeto de pesquisa. Por enquanto, é importante dizer que meu interesse não é congelar representações dos pobres sobre a economia ou sobre a inflação. Interessa mostrar como em uma conjuntura muito específica concepções sobre os problemas que o país e seus cidadãos enfrentam e sobre formas adequadas de resolvê-los são colocadas em prática. O pressuposto deste trabalho é que temos de levar em conta o caráter dinâmico da cultura e o modo como determinadas concepções são reelaboradas em função de contextos específicos. Não se pode assim reificar representações culturais, mas é também preciso considerar que as experiências passadas dão conteúdos particulares ao modo como a pobreza é vivida.

# 1 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA INFLAÇÃO

## 1 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA INFLAÇÃO

A década de 80 foi marcada por constantes elevações do patamar inflacionário. De acordo com os relatórios anuais do Banco Central, ocorre entre 1979 e 1980 uma aceleração das taxas de inflação, passando de 77,2% a 110,2%, respectivamente; nos anos de 1981 e 1982, as taxas de aumento de preços mantiveram-se relativamente estáveis (95,2% e 99,7%, respectivamente), embora em patamares elevados (Banco Central do Brasil, Relatórios 22 a 28).

Em 1983, o suprimento inadequado de produtos agrícolas e a nova maxidesvalorização contribuíram para acelerar a taxa de inflação de cerca de 100% ao ano para um patamar em torno de 200%, nível que se manteve durante 1984.

Dentre as causas que concorreram para a aceleração inflacionária no período 1979-84, apontadas pelos técnicos do governo responsáveis pela elaboração das análises divulgadas pelo Banco Central, destacam-se, além da baixa produção interna de alimentos básicos, os sucessivos reajustes nos preços do petróleo e derivados, determinados pelo aumento na cotação internacional do produto e pela política de preços adotada como redutor do consumo.

Outro aspecto considerado nessas análises relaciona-se com o fato de a economia brasileira ser altamente indexada, decorrendo daí a perpetuação das pressões inflacionárias dos períodos anteriores.

Os técnicos do governo acrescentam a esses fatores os efeitos da eliminação de subsídios, concedidos diretamente ou por meio de mecanismos de créditos, e de novas pressões inflacionárias surgidas devido a reajustes de produtos e serviços com preços administrados pelo governo.

Em 1985, pelo terceiro ano consecutivo, os índices de preços alcançaram níveis da ordem de 200% anuais. No segundo trimestre do ano, por medida do novo governo, registram-se o rígido controle dos preços industriais e o virtual congelamento dos preços e tarifas dos produtos e serviços administrados pelo governo, voltando-se, no segundo semestre, à descompressão do controle de preços.

Em 1986, o governo decretou o Plano Cruzado, o qual, em linhas gerais, buscava eliminar as expectativas de aceleração inflacionária. A inflação do trimestre, que antecede à sua implantação, indicava um crescimento dos preços em torno de 400%. Assim, como resultado do congelamento de preços, o indicador oficial de inflação registrou forte desaceleração, acumulando de março a dezembro variação de 22,3%.

O tabelamento oficial de preços aos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986, determinado pelo Decreto-Lei, buscou eliminar as expectativas de uma escalada inflacionária sem precedentes. Como resultado e, posteriormente, em parte, pela não captação pelos indicadores da prática do ágio na comercialização de alguns bens e serviços, a taxa inflacionária registrou abrupta desaceleração até novembro de 1986.

Após o fracasso do Plano Cruzado no final de 1986, de acordo com as análises dos Relatórios Anuais do Banco Central, na primeira metade de 1987 observou-se o recrudescimento do processo inflacionário, com taxas mensais bastante superiores às registradas no ano anterior, devido, principalmente, à recuperação dos preços públicos, ao realinhamento de preços em geral e às expectativas presentes, notadamente no segundo trimestre, e de novo período de congelamento.

Em junho, com a finalidade de reverter a aceleração dos preços, o governo decretou novo congelamento, pelo prazo de 90 dias, seguindo-se uma fase de flexibilização de preços, o que acarretou o declínio da taxa de 186%,

verificada no período janeiro-junho, para 63% no segundo semestre (conhecido como “Plano Bresser”).

Os técnicos do Banco Central indicam que, ao contrário dos dois anos anteriores, em 1988 houve plena liberdade e flexibilidade dos preços na economia, com taxa anual de inflação atingindo 934%. Observam-se, no período, como fatores alimentadores do crescimento da inflação, a recomposição dos preços relativos, as expectativas quanto à possibilidade de novo congelamento (com agentes econômicos praticando aumentos defensivos), bem como a política de realismo tarifário, com a finalidade de diminuir o déficit público.

Tendo em vista a aceleração do processo de crescimento dos preços verificada em 1988, notadamente no segundo semestre, o governo adotou, em janeiro de 1989, pela Lei 77 390, de 31/01/1989, o terceiro plano de estabilização, com o congelamento de todos os preços da economia, por prazo indeterminado.

O Plano refletiu na variação do índice de inflação, que atingiu, no mês de janeiro, 70,28%. Em fevereiro, a taxa de variação da inflação foi de 3,60%. Nos meses subsequentes, até maio, a inflação variou à taxa abaixo de 10%. A partir de junho, o ritmo inflacionário acelerou-se novamente, refletindo o descongelamento dos preços de produtos e serviços, inclusive os de setores sob controle governamental.

No terceiro trimestre desse ano, o índice de preços ao consumidor apresentou variação mensal média de 31,0%, que se elevou a 44,0% nos três últimos meses, atingindo 53,55% no mês de dezembro de 1990.

O ano de 1990 iniciou-se com intenso ritmo inflacionário, tendo a inflação medida pelo IPC do IBGE alcançado a taxa de 84,32% em março. Com as medidas de estabilização implementadas naquele mês pelo governo recém-empossado (Governo Collor), a taxa de inflação experimentou acentuada queda,

fixando-se em 7,87%, em maio. Em seguida, observou-se nova aceleração, após o que a taxa de inflação estabilizou-se no nível de 12,0%, durante o terceiro trimestre do ano. A partir de então, acelerou-se com mais intensidade, atingindo 18,30% no mês de dezembro, com variação acumulada no ano de 1,795%. Na composição desse percentual, os itens que, devido à sua ponderação, mais pressões exerceram, foram: alimentação e bebidas, habitação e despesas pessoais.

Esse cenário de grandes oscilações dos índices de inflação, na década de 80, as sucessivas crises e a instabilidade econômica impuseram limites ao desempenho e crescimento da estrutura produtiva brasileira e fizeram com que a década de 80 fosse conhecida pela literatura sócio-econômica como a "década perdida". A esse processo macroeconômico correspondeu um maior empobrecimento da população, segundo alguns indicadores.

Entre os indicadores utilizados para sustentar essa tese destacam-se: a redução das oportunidades de emprego, em particular no setor formal, e o agravamento dos conflitos distributivos.

Com relação ao mercado de trabalho, há a retração do mercado formal de trabalho, com elevada taxa de desemprego aberto. A estimativa de desemprego da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE para seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), em 1990, era de 4,9%, o que resulta em 858.925 pessoas desocupadas. O desemprego aberto só não atingiu proporções maiores devido à certa facilidade que têm os trabalhadores de se inserir em atividades que compõem o mercado de trabalho informal.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O termo "informal" será aqui adotado no sentido de setor da economia não organizado sob a forma capitalista. Entende-se por mercado de trabalho informal o exercício de atividades em que predominam relações de trabalho não assalariadas, estando a organização da produção estruturada sob bases que podem ser consideradas não tipicamente capitalistas. (Souza, 1980.)

Essa característica do mercado de trabalho brasileiro se torna mais presente nos momentos de crise econômica e serve para amortizar e compensar os desequilíbrios entre oferta e demanda de emprego. A expansão do emprego em atividades informais durante a década, conforme estimativas feitas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, para o Paraná, oscilou entre 38,0%, em 1980, e 42,0%, em 1990, sendo que em 1986, ano de melhor desempenho do mercado formal de trabalho, houve uma redução do informal para 37,2%. Isso confirma a premissa de que a inserção de pessoas ocupadas em atividades do setor informal evolui mais significativamente em períodos de recessão econômica (Silva & Ciminelli, 1990).

No que diz respeito à evolução dos níveis de rendimento dos trabalhadores, tanto o IBGE quanto o DIEESE estimam que a queda do salário médio do segmento formal da economia urbana foi de 50,0%. Após 1982, houve um declínio sistemático dos salários, interrompido em 1985 e 1986 (notadamente nesse último ano em razão do Plano Cruzado). De acordo com o DIEESE, a remuneração do trabalhador passou de um valor próximo a 287 dólares no início da década, para 142 dólares, em 1988.

Outra característica marcante dos anos 80 foi o aumento da concentração de renda. De acordo com os dados da PNAD, a fatia dos 10% mais ricos do país ampliou-se de 46,6% para 53,2% da renda nacional ao longo da década (IPARDES, 1990). O índice de Gini,<sup>4</sup> calculado pelo IBGE para medir a concentração de renda, mostra como evolui essa concentração entre 1981 e 1990 em todo o país. Assim, considerando-se a distribuição dos rendimentos de todas as fontes, os menores resultados aparecem em 1981, 0,572, enquanto em 1989 a concentração atinge seu maior índice, 0,630, e em 1990, 0,602.

---

<sup>4</sup> Índice de Gini mede a concentração de renda de uma economia e varia de 0 a 1: 0, no caso de toda a população ter a mesma renda, e o valor 1, se a concentração de renda fosse total.

A estrutura salarial para 1990, conforme dados do IBGE, indica que, de modo geral, tanto o emprego formal quanto o informal são compostos por ocupações na base da pirâmide de rendimentos. A metade das pessoas ocupadas do país tem um rendimento mensal de até 2 salários mínimos.

Esse quadro negativo da situação de emprego e renda da população tem sua face mais visível nos cálculos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) sobre o total de indigentes no país - 32 milhões -, número amplamente divulgado pelos meios de comunicação e que serve de justificativa para a "Ação Cidadania contra a Miséria e pela Vida", que realiza a Campanha Contra a Fome, lançada em 1993 (Peliano, 1993).

Na década de 90, conforme os Relatórios Anuais do Banco Central, a inflação continuou sua escalada ascendente até a implementação do Plano Real em 1994. Esse programa de estabilização econômica, diferentemente das experiências anteriores, quando a população era tomada de surpresa por um conjunto de medidas econômicas, ora ortodoxas ora heterodoxas, o governo agiu de forma a comunicar à sociedade antecipadamente as medidas que seriam adotadas. Nesse sentido, o pronunciamento do Presidente da República sobre a implementação do Plano Real é bastante ilustrativo:

Talvez a diferença mais significativa entre o Plano Real e os outros planos que foram tentados no Brasil - inclusive o que foi melhor sucedido antes do Real, que foi o Plano Cruzado - tenha sido o fato de que nós explicávamos, passo a passo, o que ia acontecer. E foi muito difícil, a descrença era grande. Éramos sempre perguntados sobre qual seria o pacote, o conjunto de medidas de surpresa, porque estávamos já traumatizados pelo que havia ocorrido em governos anteriores e, especificamente, no governo anterior, que congelou a poupança. Havia um clima de muita falta de credibilidade nas decisões governamentais. (Seminário "Dois Anos do Plano Real: Comparação com outras Experiências de Estabilização", promovido pelo IPEA e o Escritório da CEPAL no Brasil 1996).

Essa postura buscava reduzir o comportamento defensivo da população, de modo a restabelecer a confiança no discurso do governo. Assim, o Plano Real

foi implementado em duas etapas, de forma pré-anunciada, sem confiscos de ativos financeiros, nem congelamento de preços e salários.

A primeira etapa consistiu basicamente na criação da Unidade Real de Valor - URV, em março de 1994. Esse indexador serviu de padrão de valor monetário, em paralelo à moeda nacional. Os bens e serviços passaram a ser gradativamente mensurados nessa nova unidade de referência, que era estável, enquanto os preços em moeda nacional mantinham seu processo de aceleração. Os objetivos dessa medida foram recuperar a referência dos preços relativos (comprometida pelo acirramento inflacionário) e fornecê-la aos agentes econômicos

A segunda etapa do programa de estabilização priorizou o processo de desindexação. Dessa forma, a URV, em 1º de julho de 1994, foi transformada em novo padrão monetário, o Real, tendo os preços e as tarifas públicas, fixadas em URV, permanecido com valores estáveis, a serem revistos após um ano de suas respectivas conversões. Foi criado o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-r) como medidor oficial de inflação, que passou a reger os reajustes salariais e a indexar a maioria dos novos contratos, em geral cláusulas de correção anual.

O resultado dessas medidas foi a retirada do componente inercial da inflação e o recuo no índice de reajustes dos preços. A taxa de inflação anual passou a apresentar valores de um dígito, após 15 anos de convivências com índices inflacionários de três ou quatro dígitos, conforme se pode observar na tabela 1. A taxa média do IPC-FIPE foi de 2,84% no segundo semestre, sendo 6,95% em julho e 1,25% em dezembro. O sucesso inicial do Plano Real significou uma redução drástica da inflação, de 40% a 50% ao mês no primeiro semestre de 1994, para 1% a 2% ao mês no final do ano.

TABELA 1 - TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL 1980-1997

ANO	TAXA
1980	100,2
1981	109,9
1982	95,4
1983	154,5
1984	220,6
1985	225,5
1986	142,3
1987	224,8
1988	684,5
1989	1.320,0
1990	2.740,0
1991	415,0
1992	991,0
1993	2.103,0
1994	2.407,0
1995	14,8
1996	9,3
1997*	5,5

FONTE: IGP - DI: Fundação Getúlio Vargas

\*Estimativa

Passados três anos de Plano Real, os principais índices de preços mantiveram trajetória declinante. De acordo com Lourenço (1997, p.3-4), os analistas econômicos destacam um conjunto de resultados positivos do Plano. Dentre seus componentes, podemos sublinhar:

- a) o controle da inflação em patamares anuais de 8% na média;
- b) a neutralização dos mecanismos de indexação automática de preços e salários;

- c) o aumento dos níveis de concorrência empresarial em face da abertura comercial;
- d) a recuperação do consumo interno e a mudança qualitativa de seu perfil, vinculada à concatenação entre melhoria do poder aquisitivo dos salários e revitalização dos mecanismos de crédito;
- e) a ampliação do horizonte temporal de previsibilidade no cálculo dos agentes econômicos.

O Plano Cruzado merece tratamento mais cuidadoso, pelo fato de ser no contexto pós-fracasso desse Plano, período de 1989 a 1991, que a pesquisa de campo foi realizada. Já foram elaboradas inúmeras análises sobre o Plano Cruzado da perspectiva estritamente econômica, ou, como afirma Francisco Lopes (1989, p.63), o Plano, como lenda, parece estar destinado a ser narrado em diferentes versos por diferentes autores. Em virtude dos objetivos deste estudo, o trabalho realizado por Sola (1989) pode contribuir aqui para a reflexão proposta, à medida que essa autora analisa o Plano conjugando fatores de ordem econômica com os de dimensão sócio-política.

Sola analisa o Plano Cruzado sob duas indagações: a) como explicar a descaracterização progressiva do Plano enquanto modelo econômico coerente; e b) até que ponto o fracasso do Plano tem a ver com erros tecnicamente evitáveis, tanto de diagnóstico da inflação brasileira quanto de implementação.

Para responder a essas questões, Sola privilegia duas vertentes de análise. De um lado, o processo de formação de políticas recomendadas no contexto de extrema incerteza política, que caracteriza a transição democrática brasileira, e, de outro, o impacto macropolítico e econômico do Plano na sociedade. Questiona ainda a expectativa de comportamento dos agentes econômicos pressuposta pelos *policy makers* do Plano Cruzado. Além disso,

analisa os fatores que explicam a retomada de comportamentos inflacionários pelos diferentes agentes econômicos, no contexto de estabilidade econômica, imediatamente posterior à implantação das medidas.

Cabe salientar que o movimento de redemocratização do país contou com a participação ativa de alguns economistas que assumiram o controle da política econômica em 1985, os quais foram responsáveis pela concepção do Plano Cruzado. Ao integrar as frentes de oposição, esses economistas pregavam reformas profundas na gestão econômica.

A transição para a democracia foi acelerada, dentre outras razões pela incapacidade do regime autoritário em solucionar a crise econômica, a partir de 1979. Nesse contexto, os economistas de oposição desempenharam um papel político fundamental ao criticarem o modelo econômico adotado durante os anos de autoritarismo e proporem alternativas econômicas capazes de articular o controle da inflação com desenvolvimento econômico e o resgate da dívida social. Isso, por um lado, ampliou a base social de adesão ao processo de redemocratização e, por outro, contribuiu para o aumento das expectativas populares por reformas sociais e econômicas.

Com base nesse cenário, a autora examina a experiência de implantação do chamado “choque econômico heterodoxo” no Brasil, a partir do contraste entre a estratégia prescrita e aquela efetivamente implementada. O Programa de Estabilização apresentado pelos técnicos dos dois ministérios da área econômica (Fazenda e Planejamento) propunha a desindexação total da economia pela adoção das seguintes medidas:

- a) instituição de uma nova moeda;
- b) adoção de um sistema de deflação dos contratos anteriores à reforma, por meio da conversão pela tablita;

- c) reajuste dos preços defasados de bens e serviços públicos e/ou privados.

As medidas levadas a efeito com a decretação do Plano Cruzado em fevereiro de 1986 não se restringiram às prescrições descritas acima. Adotaram-se também o congelamento de preços e o aumento real de 12% para o salário mínimo e 8,0% para os demais salários. Instituíram-se ainda o seguro-desemprego e a escala móvel para corrigir os salários quando a inflação atingisse 20,0%, enquanto o reajuste dos preços defasados prescrito inicialmente foi adiado para depois da reforma.

A terapia antiinflacionária proposta tem como inspiração as experiências de hiperinflação européias do início do século, em particular aquela vivida pela Alemanha. Sola ressalta que o êxito dos programas de estabilização naquelas economias decorreu do fato de que a instituição de uma nova moeda, com paridade fixa em relação às moedas estrangeiras estáveis, limitou-se a institucionalizar uma prática social em curso, resultando em uma estabilização consentida. O índice de inflação de 10.000% ao ano na República de Weimar impôs ao conjunto da sociedade, e não só ao governo, que o controle imediato da inflação fosse prioridade número um.

O Plano Cruzado foi proposto com base na premissa de que o combate à inflação era prioridade número um de toda a sociedade e no diagnóstico de que a inflação brasileira continha um forte componente inercial, ou seja, as taxas de inflação passada tendiam a se reproduzir no futuro, em virtude do estabelecimento de uma memória inflacionária. Para romper com esse componente inercial e eliminar a memória inflacionária, os economistas prescreviam como solução uma intervenção abrupta das autoridades governamentais na economia, com a desindexação total de preços, salários e ativos financeiros, bem como com a criação de uma nova moeda.

A autora sintetiza a concepção do Plano Cruzado da seguinte forma: "Se a prática de correção monetária institucionaliza as expectativas existentes sobre a alta de preços (ou se é o mecanismo privilegiado de reprodução da memória inflacionária), a solução para revertê-las é uma terapia de choque" (Sola, 1989, p.50). Ademais, a reversão das expectativas inflacionárias deve manter a renda média dos diferentes segmentos sociais, isto é, ser neutra quanto à redistribuição de renda.

Para a autora, ainda que a inflação de fevereiro de 1986 indicasse uma rota explosiva, estava longe de ser comparada às dos países europeus do pós-Primeira Guerra, em que as condições sociais, econômicas e institucionais eram distintas. Em decorrência disso, a autora conclui que o Plano Cruzado representou uma hiperestabilização preventiva, devido à inexistência no Brasil de todos os pré-requisitos que na Europa do pós-Guerra impuseram a adoção desse tipo de terapia de choque.

A autora questiona, em primeiro lugar, a validade do diagnóstico da inflação inercial no Brasil e também explora os comportamentos econômicos requeridos para o êxito do Plano, os quais apontam para o tipo de racionalidade esperada pelos técnicos, tanto em relação ao funcionamento da economia, quanto dos agentes cruciais para a formação de preços, quais sejam:

- a) a intervenção do governo sobre os preços se restringiria apenas aos produtos finais; os demais seriam deixados ao livre jogo do mercado;
- b) os aumentos salariais seriam negociados entre empresários e trabalhadores, pressupondo-se como limite a taxa de produtividade;

- c) a estabilidade dos preços e a desindexação dos ativos financeiros resultaria no fim da ilusão monetária e na realização de cálculos em termos reais como critério para a poupança.

A reforma monetária, nesses termos, promovia uma mudança no tipo de intervenção do Estado na economia e sociedade, uma vez que a reconstrução da economia ampliava a esfera de mercado, em relação à esfera negociada e reduzia o papel de árbitro exercido pelo governo nos conflitos distributivos. Para a autora, o problema é que essa atuação exigia um governo forte enquanto poder público.

Com o Plano, os técnicos do governo pretendiam estabilizar a moeda sem penalizar ou privilegiar diferentes setores, o que, no contexto da transição, representava uma dupla vantagem - econômica e política; no caso de êxito, garantiria ao governo o poder de dizer não às diversas reivindicações dos vários segmentos que compunham a frente democrática, e facilitaria a gestão do déficit público. Esses argumentos funcionaram para convencer o Presidente da República da oportunidade de implementar a reforma monetária para solucionar a inflação, sem prejuízo ao desenvolvimento econômico, e reduzir a pauta de reivindicação da agenda governamental, sem afetar a popularidade do governo.

Assim, a proposta de desindexação total de preços, ativos financeiros e a instituição de nova moeda têm por base supostos subjacentes de comportamento econômico, que levam a autora a uma revisão das noções de expectativas racionais e de memória inflacionária, para proceder à interpretação sócio-política do Plano Cruzado. Dessa forma, destaca três desses supostos como fundamentais para sua análise:

- a) os conflitos distributivos na economia brasileira possuem características do *tug-of-war*, em que o comportamento

inflacionário resulta de uma reação visando à recomposição da renda original. Isso indica a suposição de um padrão estável de distribuição de renda;

- b) a indexação da economia alimenta as expectativas de alta da inflação, por haver uma constante tentativa por parte dos agentes econômicos de recuperação da renda média num horizonte temporal dado. Assim, a cada choque distributivo, detona-se uma nova rodada de conflitos que se manifesta em aceleração inflacionária;
- c) o maior ou menor automatismo com que se fazem os ajuste de preços e rendimentos, sua periodicidade, assim como os critérios de sua correção (elementos que compõem as regras vigentes de indexação), determinam a capacidade de defesa dos diferentes setores.

A verificação dos supostos que apoiavam a estratégia de estabilização econômica, seus diversos entraves sócio-políticos, bem como as diferenças entre as proposições iniciais e as medidas efetivamente implementadas, possibilitam a Sola apreender as causas do fracasso do Plano Cruzado. Nesse caso, sua análise concentra-se no impacto do Plano na economia e sociedade.

Segundo a autora, a adoção de medidas não prescritas inicialmente, aliada à não implementação de outras necessárias para o sucesso do Plano, por um lado manteve pressões inflacionárias e, por outro, continha um caráter redistributivo contrário às prescrições desse tipo de Plano, o que reflete "acomodação de *trade-off*" ditado pela incerteza quanto ao impacto provável - recessivo ou expansivo - da nova terapia, o afã mudancista dos técnicos e o otimismo reinante entre esses últimos quanto às condições efetivas de autonomia que gozavam (Sola, 1989, p.55).

Ainda que as decisões sobre a reforma monetária estivessem restritas à equipe técnica da área econômica, com o aval do Presidente da República, a consulta aos poucos políticos na esfera do Executivo - dias antes da implementação do Plano - resultou na inclusão das medidas antes mencionadas, as quais imprimiram ao Plano características de redistribuição da renda. Os técnicos cederam às pressões, adotando medidas redistributivas de caráter populista, tais como os reajustes salariais, com a intenção de legitimarem o Programa Econômico. Ao postergarem medidas tecnicamente exigidas para a eficácia do Plano, acreditaram que o seu êxito criaria condições para as correções que se faziam necessárias.

Esse comportamento dos economistas que elaboraram o Plano Cruzado é justificado por Sola em virtude de suas adesões a uma racionalidade política incompatível com a macroeconômica. Ou seja, essa politização das decisões técnicas foi reorientada por um cálculo político de longo prazo, influenciado pela imagem e tradição de um partido, o PMDB, que a autora denomina como condutor do processo de efeito mudança. Nesse contexto, o Plano Cruzado adquiriu a função de minimizar, ao mesmo tempo, o grau de incerteza política e econômica, presente no cenário de transição democrática naquele momento.

A resposta positiva da população ao Plano Cruzado surpreendeu a equipe econômica. Portanto, para autora, o Plano adquiriu um significado sócio-político ainda mais complexo e profundo que o de apenas uma "guerra contra a inflação" (nos termos descritos por Hirschman). Sua hipótese é de que a adesão popular ao Plano deve-se à sua face reformista, para a qual concorreram três funções simultâneas:

- a) a função politicamente coesiva gerada pelo conteúdo das medidas, pela sua forma de apresentação e pela retomada do crescimento acelerado, ou seja, concretização da "triologia mudancista"-

associada à transição democrática: crescimento, estabilização econômica e resgate da dívida social;

- b) o Plano teve também a conotação de "redenção moral", depois de anos de arbítrio e de adoção de um modelo de crescimento econômico concentrador da renda;
- c) em conexão com o anterior, a atuação do Estado na economia e sociedade indicava uma mudança de direção em favor dos "perdedores" (Sola, 1989, p.58).

Ironicamente, a forma como a população reagiu ao Plano Cruzado, sua eficácia inicial e assimilação desta pelos propositores do Plano possibilitaram a apreensão dos limites políticos e dificultaram sobremaneira a continuidade das negociações políticas por parte dos economistas, no sentido da retomada das estratégias tecnicamente consideradas "corretas", tal como inicialmente prescrita.

As "inconsistências" técnicas do Plano foram, segundo Sola, incrementadas por um conjunto de outras reações, que contrariavam as suposições dos idealizadores do Plano Cruzado.

Um dos primeiros percalços defrontados por esse Plano foi a surpresa dos seus idealizadores diante do crescimento da demanda num ritmo superior ao da oferta. Segundo Sola, isso ocorreu em virtude da evolução da massa salarial, resultado do aumento do emprego e da renda no setor formal e, principalmente, informal da economia. Outro fator diz respeito à fuga maciça dos investidores em caderneta de poupança para aquisição de ativos reais (imóveis), ou outros ativos financeiros (ações na bolsa de valores).

Esses comportamentos acima mencionados indicam uma racionalidade microeconômica contrária àquela prevista pelos economistas. Sola sugere, de acordo com a literatura sociológica e política, a realização de estudos de caso com o objetivo

de apreender como se operam, entre os atores sociais, os conceitos de "ilusão monetária", "memória inflacionária" e "cultura da inflação". Isso possibilitaria um melhor entendimento dos comportamentos inflacionários em questão.

O terceiro aspecto mencionado pela autora refere-se às negociações ocorridas entre empresas e trabalhadores, que resultaram em aumentos reais de salários, superiores aos previstos pelo governo. Os empresários acreditavam que tal incremento nos custos poderia, num curto espaço de tempo, ser repassado aos preços em virtude da promessa do Ministério da Fazenda de descongelar os preços em três meses.

Sola ainda ressalta duas outras reações consideradas como indicativas da existência da cultura inflacionária no Brasil - persistente durante a vigência do Cruzado, que continuou sendo alimentada após esse Plano. Uma foi a oposição ao Plano por parte das lideranças sindicais mais modernas, com o apoio do Partido dos Trabalhadores. Defende a autora a hipótese de que essas lideranças sindicais temiam que o fim da inflação dificultasse a capacidade de mobilização de suas bases. Como, a princípio, o Plano Cruzado promoveu uma certa redistribuição de renda, o requisito de formação de um pacto social, para o pleno êxito do Plano, ainda que *ex post* e por adesão, não foi preenchido, dentre outros fatores, em função da resistência sindical.

Por último, menciona como obstáculo ao desenvolvimento do Plano a ampliação da esfera negociada da economia em relação à de mercado. Isso porque, como o governo optou pelo controle dos preços "na ponta final" de consumo, as negociações de preços intermediários e salários foi acrescida de um componente de politização, devido às incertezas crescentes e às mudanças nas regras do jogo econômico. Com base na literatura sobre processos inflacionários em outros países, a autora aponta esse fator como crucial para a elevação dos preços (exemplo mais citado na época é a Alemanha do pós-Guerra). De acordo

com Sola, os comportamentos especulativos na vigência do Plano, tais como cobrança de ágio, “maquilagem”,<sup>5</sup> dos produtos, bem como a crise de abastecimento são manifestações típicas de uma “cultura inflacionária”, que permaneceram sendo sustentadas, em certa medida, pela ampliação da esfera negociada da economia.

Posto isso, e considerando as decisões necessárias para corrigir o rumo do Plano, a autora analisa as inconsistências das medidas adotadas em relação à proposta original.

A tentativa de se manter a popularidade obtida no início do Plano Cruzado, aliada à politização das decisões técnicas e à “personalização” dos conflitos tecnocráticos sobre o conteúdo, o *timing* e a intensidade das medidas corretivas necessárias, especialmente a partir de julho de 1986, resultou na crescente inconsistência macroeconômica,

Conseqüentemente, segundo a autora, não foram atacadas as causas do superaquecimento da demanda. O descongelamento de preços tornou-se politicamente inviável, funcionando como sinônimo popular da reforma monetária. Tanto o Presidente da República como o Ministro da Fazenda minimizaram um dos problemas cruciais da gestão econômica, qual seja: a resistência dos credores internacionais em adotar fórmulas menos convencionais de negociação da dívida externa.

Sola conclui que as causas do contraste entre as intenções e resultados do Plano Cruzado são de ordem política e técnica, em virtude de inexistirem, no contexto brasileiro, as condições mínimas para a formação de um compromisso de classes, ainda que conjuntural. Estavam ausentes pelo menos três condições básicas

---

<sup>5</sup> Prática que se tornou comum, durante a vigência do Plano Cruzado, em que alguns fabricantes lançaram o mesmo produto com novas marcas e/ou embalagens, para contornar o congelamento.

para a realização de um pacto antiinflacionário: instituições políticas e regras do jogo econômico definidas, governo forte enquanto poder público, um partido de tendência social-democrata, equipado para avaliar o acordo e assegurar a estabilidade prospectiva do compromisso necessário à formação de um pacto explícito.

Esses fatores, somados aos já citados anteriormente para explicar a descaracterização progressiva do Plano enquanto modelo econômico coerente, e a retomada dos comportamentos inflacionários levaram os diferentes atores econômicos a "apostarem" na transitoriedade da reforma monetária.

A análise do Plano Cruzado elaborada por Sola, inspirada nos fundamentos da matriz sócio-política da inflação proposta por Hirschman, (1981), dela difere à medida que Hirschman se concentra na análise da dinâmica sócio-política dos processos inflacionários de longo prazo na América Latina, enquanto Sola analisa uma tentativa de intervenção na economia para combater a inflação. Para Hirschman (1981, p.199), a inflação contém, ao mesmo tempo, um mecanismo distribuidor e concentrador de renda, à medida que, em uma situação inflacionária, os diferentes atores sociais reivindicam aumento de suas rendas, a fim de compensar a alta taxa de inflação. Nesse sentido, a luta no processo inflacionário visa conquistar benefícios, isto é, aumentar a participação dos diferentes grupos sociais no total do produto nacional, por meio de altas constantes nos salários, nos benefícios de segurança social, aumentos de preços e serviços em geral.

Até recentemente, a inflação era vista exclusivamente como mecanismo concentrador, "onde os ricos ficavam mais ricos e os pobres mais pobres". Hirschman, em estudos dos processos inflacionários latino-americanos, procura mostrar que a inflação poderia também se constituir numa forma de permitir grupos de baixa renda a aumentar sua participação no produto nacional, através dos aumentos de salários, de preços e benefícios (a experiência argentina, no

primeiro regime peronista, 1946-55, aparece como uma tentativa bem sucedida de redistribuição da renda via inflação).

Assim, antes de definir a inflação como mecanismo redistribuir ou concentrador da renda, esse autor mostra, com razão, que a inflação não pode ser pensada somente pela polarização entre Capital e Trabalho, mas que é importante proceder a uma análise intersetorial, uma vez que a inflação pode beneficiar um grupo em detrimento de outro. No caso brasileiro, por exemplo, grupos de industriais em detrimento dos setores exportadores de produtos primários<sup>6</sup>.

Hirschman também afirma que a inflação pode se iniciar ou se intensificar quando um grupo social detém suficiente poder para aumentar sua participação na renda, ou minimizar as perdas sofridas pela economia como um todo. Entretanto, como nenhum grupo detém o controle absoluto da renda, outros grupos sociais usam seu poder de barganha para fracionar a estratégia daqueles que estão ganhando temporariamente com a inflação. As vantagens temporárias adquiridas por qualquer grupo social podem também desaparecer quando o governo adota medidas de estabilização e austeridade, visando conter o processo inflacionário, como ilustra a análise de Sola. Assim, agir inflacionariamente significa estar propenso a correr riscos e, no longo prazo, não há necessariamente perdedores ou ganhadores com as altas taxas de inflação. Por que então um grupo social adota uma estratégia inflacionária para aumentar seus ganhos, ainda que temporariamente, correndo o risco de, no limite, permanecer em posição pior do que a inicial?

Uma das respostas do autor para essa indagação privilegia o comportamento sócio-político dos diferentes grupos sociais, considerando que o comportamento inflacionário tem certa dose de *playacting*. Para Hirschman, a

---

<sup>6</sup> Segue nessa mesma direção o trabalho de Berg-Schlosse sobre o processo inflacionário na República de Weimar. O autor faz um estudo bastante cuidadoso das mudanças estruturais ocorridas durante a hiperinflação alemã. Demonstra que diferentes setores que compunham as classes populares médias e altas obtiveram ganhos e perdas diferenciadas naquele contexto (Berg-Schlosser, 1987).

inflação "serve como uma escola para o conflito social", que permite que os diferentes grupos se constituam enquanto atores numa luta de interesses irreconciliáveis e, ao mesmo tempo, participem, de alguma forma, da negociação. A inflação, segundo o autor, consiste em um jogo social incomum, permitindo à sociedade existir numa situação intermediária entre o amorfismo social e a guerra civil. Dependendo das circunstâncias, a inflação pode ser uma espécie de "substituto da guerra civil, ou prefácio de uma reviravolta política" (Hirschman, 1981 p.201).

Sem dúvida, a luta por aumentos salariais é um fator mobilizador dos assalariados e é a partir dela que os interesses comuns se tornam evidentes. Nesse sentido, a luta salarial, que ganha intensidade em conjunturas inflacionárias, pode ser um mecanismo de constituição ou de consolidação de atores políticos. Na luta por melhores salários, os atores avaliam a combatividade e a representatividade de suas lideranças, medem seu poder e redefinem alianças políticas.

De uma perspectiva distinta de Hirschman e Sola, DaMatta, no estudo em que compara os significados da inflação e da cidadania, propõe uma leitura das lógicas simbólicas que presidem as relações sociais e do caráter específico da inflação no Brasil. A título de hipótese, é preciso considerar que, nessas conjunturas, pode haver mudanças importantes na percepção e na prática concreta dos atores envolvidos.

Com base em interpretação da sociedade brasileira, elaborada em trabalhos anteriores, DaMatta aponta para o fato de que a singularidade brasileira repousa na convivência simultânea, dual e relacional de um sistema de normas e leis igualitárias em nível de ideologia e/ou discurso, ao lado de um sistema hierarquizado no que tange às práticas sociais. Com isso, o autor identifica duas

maneiras inversas e simétricas que orientam as relações sociais no Brasil, quais sejam: "Você sabe com quem está falando?" e o "Jeitinho".<sup>7</sup>

Desse prisma, estabelece um paralelo entre cidadania e inflação, DaMatta adverte que o risco de uma crise hiperinflacionária deveria fazer a ciência econômica reconhecer que a inflação é parte de um processo maior que envolve a lógica de ordenamento das relações sociais.

Nesse contexto, inflação e cidadania, segundo DaMatta, apresentam uma frustrante relação de simetria invertida: "[...] Junto com a abertura democrática, temos igualmente mais populismo, que deseja dar a todos sem tirar de ninguém" (DaMatta, 1993, p.10).

O registro sumário dos últimos escândalos no campo da administração pública revela, segundo DaMatta, um "estilo de governabilidade", apontando para formas de mando nas quais as normas burocráticas são personalisticamente distorcidas, reinventadas ou esquecidas em benefício de algum grupo. Nesse sentido, por detrás da crise econômica, haveria uma crise dos paradigmas que orientam a compreensão de nós mesmos.

Afirma DaMatta que tendemos a não nos enxergar como unidade, como um sistema; antes fazemos uma leitura fragmentada da sociedade, aceitando muitos de seus aspectos como folclóricos. Daí nossa simpatia pelos formalismos, dentre os quais estão os decretos que aumentam ou congelam preços, criando-se a fantasia da "normalidade" do sistema brasileiro.

Diferentemente dos países "atrasados" da Europa do século XIX, que alteraram sua estrutura de subdesenvolvimento com teorias e práticas radicais, aqui quer-se diminuir o fosso que nos separa dos países desenvolvidos a partir de

---

<sup>7</sup> DaMatta (1978, 1985, 1993a, 1993b) analisa exaustivamente, a partir desta perspectiva, o complexo sistema de relações sociais e os princípios que orientam as práticas sociais na sociedade brasileira.

um enfoque exclusivamente político. Essa tem sido, no entender do autor, a esfera privilegiada da mudança, o único domínio que importa corrigir. Nesse caso, a mudança se pauta na frágil esfera pública, em detrimento da forte esfera da casa e dos laços de família (DaMatta, 1993, p.19).

DaMatta aponta para o acentuado "componente mudancista" de nossa política. A tradição política brasileira está marcada pela mudança superficial e institucional, que tenta corrigir o sistema de uma vez por todas, como se o tempo pudesse ser invertido, revertido ou zerado a partir da constatação do caótico.

Esse comportamento tem levado a pensar que é mais fácil mudar as regras do jogo, do sistema, ou até a Constituição, do que as práticas sociais. É mais econômico liquidar a moeda do que discutir o modo pelo qual a economia promove determinadas leis que beneficiam alguns poucos. É o jogo da malandragem assumido como valor.

A consequência do que chama de mudancismo irresponsável é uma crise de confiança que inflaciona todo o nosso sistema de valores: falar de mudança tem sido a melhor forma de manter o sistema intacto. O mudancismo, em nome de uma modernidade idealizada, propicia a fuga de nós mesmos.

Sociologicamente, o mudancismo se refere ao que chama de "dilema brasileiro". Em público, assumimos uma postura universalista, moderna, igualitária, ao contrário, no plano pessoal e privado, o que conta é o particularismo, a hierarquia.

No caso brasileiro, o papel social de cidadão tem uma vigência contextual negativa e relativa. Todos se unem pela moeda corrente da igualdade e da cidadania, num sistema de mercado teoricamente capaz de dar igual oportunidade a todos, mas o sistema opera por meio de regras simultâneas, cujos valores são diferenciados e contextuais. Daí a questão colocada por DaMatta

(1993): como pretender, num sistema assim constituído, que, no confronto entre pessoas e regras universais, as normas prevaleçam?

Sua hipótese é a de que o comportamento dos agentes sociais no contexto inflacionário não é exclusivamente determinado pelas regras econômicas; ele segue um padrão cultural bem estruturado e estabelecido. Conseqüentemente, afirma que "[...] a inflação não seria crônica, mas - isto sim - irradicável. No fundo ela seria mais uma expressão dessa verdadeira multidão de particularismos no plano econômico, ou melhor: no plano da economia política"; à medida que se trata de um "[...] sistema que de certo modo se recusa - para bem ou para mal - a tomar o universalismo como valor dominante" (DaMatta, 1993, p.25).

Como ilustração dessa idéia, apresenta inúmeros exemplos de como na sociedade brasileira circulam, metaforicamente, várias moedas de valores distintos. Primeiro, diante da desconfiança de sistemas universais governados por regras únicas e que valem para todos, joga-se inflacionariamente com dois pesos e duas medidas. "O meu dinheiro vale mais do que o seu", no sentido de que o lucro pode ser repassado aos amigos e os gastos para a sociedade, ou para o governo. Opera-se com vários dinheiros.

Segundo, a experiência inflacionária parece recriar a normalidade de um sistema segmentado na área econômica, opondo muitas esferas de troca, moedas e valores. A sociedade tem muitas esferas de troca, e cada uma delas tem sua moeda. A desmoralização do dinheiro não bastaria, no caso brasileiro, para derrubar o sistema de troca, porque a sociedade tem outras moedas que podem compensar e tornar elásticas as perdas financeiras. Aqui a "moeda do favor" é mais segura do que o dólar americano, de real valor universal.

O terceiro ponto diz respeito ao fato de, com a inflação, podermos recriar uma confortável e familiar hierarquia de mercados, esferas de troca e

unidades monetárias. Aqui se vai da moeda estrangeira à nacional, desta aos diversos índices monetários, destes a um conjunto de complexas relações de equivalências - favores, empenhos, pistolões, jeitinhos, considerações -, todas englobadas nas relações sociais.

Uma quarta atitude seria o fato de a inflação revelar uma certa recusa em controlar o Estado e os gastos públicos. Cabe a questão de DaMatta sobre como seria o ato de governar no Brasil sem o clientelismo vital exercido utilizando-se dos cofres públicos. O Estado clientelístico não agüentaria uma moeda estável, universal, transparente e desejada por todos.

Desse quadro decorre uma leitura da inflação como parte do sistema de relações sociais articulado por meio de muitas moedas, cada uma com sua função, servindo para algum propósito, tendo diferentes valores. Nesse contexto, a moeda universal se mostra corroída, gerando insegurança e desconfiança no sistema econômico, enquanto outras moedas – como o favor, o jeitinho etc. – continuam tendo eficácia.

A inflação confirma, portanto, dessa perspectiva, que o dinheiro não vale nada e não deve merecer atenção. Conseqüentemente, relativiza-se o valor monetário da moeda e confirma-se a virtude da pobreza, fazendo com que os laços pessoais sejam sempre reiterados e celebrados. Resiste-se, assim, a todos os incentivos do capitalismo, que se atualiza por meio de um modelo político percebido por todos como desonesto.

A análise elaborada por DaMatta sobre o processo inflacionário brasileiro se mostra interessante para a compreensão da complexidade do fenômeno inflacionário, enquanto um contexto econômico particular que mobiliza valores culturais que orientam as práticas sociais, entre as quais se incluem as econômicas. O

presente trabalho se insere na perspectiva dos autores acima mencionados, particularizando a análise de certas questões por eles propostas.

A partir do pressuposto de que a inflação envolve práticas econômicas que não se dissociam das esferas sócio-culturais e políticas, pretendo analisar com DaMatta e Hirschman, a inflação da perspectiva dos agentes sociais e não da perspectiva estritamente econômica ou político-econômica. Porém, ao contrário desses autores, não tratarei das práticas e representações da totalidade social e sim de um grupo social específico - moradores de um Conjunto Habitacional caracterizados pelas análises econômica dominantes como pertencentes às classes populares. Pretendo mostrar que esse grupo não apenas não fica à margem do sistema econômico, mas atua ativamente no sentido de “driblar” a inflação tal como os demais agentes econômicos de outros segmentos sociais, ainda que por meio de práticas distintas nem sempre visíveis.

A invisibilidade dessas práticas econômicas das classes populares decorre em grande parte do fato de essas classes não terem, em geral, acesso ao sistema financeiro – considerado o principal mecanismo de proteção contra a tendência corrosiva do valor monetário, característica do contexto inflacionário. No entanto, a pesquisa realizada revela que também esses segmentos sociais desenvolvem práticas econômicas que visam à preservação do valor monetário, ainda que à margem do sistema financeiro. Portanto, também a idéia apresentada por DaMatta de que o dinheiro não tem valor aparece relativizada pela preocupação com as representações e práticas em um contexto específico, tomando como base a observação do comportamento econômico de grupo social.

Dadas essas características, trata-se de uma pesquisa que se concentra na observação e coleta de informações sobre as práticas microeconômicas das classes populares, num contexto particular, tendo em vista demonstrar a sua lógica que, a princípio, parece ser mais fácil de sentir do que de descrever, não

apenas porque suas manifestações são variadas e indiretas, mas também porque são hesitantes, marcadas por incertezas e contradições. Busca-se, assim, apreender como indivíduos vistos sempre como perdedores, em análises macroeconômicas, sentem-se com capacidade de obter “ganhos” diante das altas taxas de inflação.

Dessa forma, pretendo trazer à cena a dimensão cultural de fenômenos econômicos, muitas vezes consensual, porém pouco estudada. Ou seja, ao tratar de apreender as práticas econômicas de indivíduos concretos, creio estar contribuindo para fortalecer o diálogo da antropologia com a economia e a sociologia, para além da frieza das estatísticas econômicas e sociais, brevemente apresentadas na primeira parte deste capítulo.

O atual quadro sócio-econômico se distingue substantivamente daquele em que realizei a pesquisa de campo, entretanto, justifica a pertinência da reflexão proposta por esta pesquisa o fato de a inflação continuar mobilizando a atenção da sociedade brasileira, em particular, dos analistas econômicos e sociais, enquanto o fenômeno da estabilidade é ainda recente.

Para melhor delimitar o grupo pesquisado, no capítulo seguinte descrevemos a sua constituição enquanto moradores de um Conjunto Habitacional em Curitiba.

## **2 CURITIBA E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS**

## 2 CURITIBA E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS<sup>8</sup>

Nosso propósito neste capítulo é caracterizar o Conjunto Habitacional em que a pesquisa foi realizada. Para tanto, apresentamos alguns aspectos da política habitacional adotada em Curitiba, focalizando a forma de atuação da gestora dessa política – Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) –, bem como descrevemos os requisitos para a aquisição de moradias, os tipos financiamento e as características sócio-econômicas dos moradores do local.

As linhas mais gerais do problema habitacional, em particular da habitação popular, estão postas pela intensa urbanização dos anos setenta, no bojo de profundas transformações que marcaram a face sócio-econômica do Paraná. Os resultados do Censo de 1980 evidenciam que a população paranaense se torna predominantemente urbana. Entre 1970 e 1980, a proporção da população urbana salta de 36% para 59%, atingindo, conforme informação do Censo de 1991, o índice de 74%.

Essa mesma fonte de dados aponta a tendência de concentração populacional nos grandes centros urbanos. Assim, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi, dentre as áreas metropolitanas do país, a que cresceu mais rapidamente na década de 70 (5,8% a.a.). Nesses anos, conforme informações da PNAD, a taxa de crescimento dos domicílios urbanos na RMC foi de 52,9%, contra 37,2% para o Brasil e 41,2% para o Estado (IPARDES, 1990). O crescimento relativo dos domicílios urbanos na RMC foi superior ao verificado nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

---

<sup>8</sup> Uma versão modificada da primeira parte deste capítulo foi publicada pelo IPARDES (1991).

Essa rápida urbanização é vista como resultado do processo de transformações agrícolas, ao longo das últimas décadas, que expulsou significativo contingente populacional do meio rural, induzindo a transferência massiva de trabalhadores para as cidades, em busca de emprego e melhores condições de vida. A migração tem atingido predominantemente a população mais pobre, com baixo índice de qualificação profissional e escolaridade, agravando os problemas sociais, o que aumentou sobremaneira a demanda por emprego, moradia e infra-estrutura básica no espaço urbano da RMC.

Nesse contexto, a partir dos anos 70, o problema de moradia foi solucionado, por parte dos trabalhadores pobres, pela constituição de favelas. Entre 1974 e 1978, a taxa de crescimento da população favelada em Curitiba foi de 65,1%, e correspondia a 4,0% da população urbana do município. Outra solução habitacional das classes populares tem sido a aquisição de terrenos na periferia da cidade ou nos municípios vizinhos que compõem a RMC, não raras vezes com posse irregular, onde os preços lhes são mais acessíveis. Porém, essas duas alternativas de moradia ocorrem em áreas quase totalmente desprovidas de infra-estrutura urbana, submetendo essas populações a precárias condições de vida. O aluguel também apresenta-se como alternativa de abrigo para amplos segmentos da população de baixa renda. Finalmente, a aquisição de casa própria via COHAB constitui uma possibilidade, ainda que de alcance reduzido, de se poder resolver definitivamente o problema de moradia para a população trabalhadora.

A COHAB-Ct, fundada em 1967, é uma sociedade de economia mista que tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Curitiba. Integra o Sistema Financeiro de Habitação, de estrutura federal, atualmente administrado pela Caixa Econômica Federal. A COHAB-Ct é uma das 40 companhias de habitação popular existentes no país e uma das três do Paraná. Sua atuação abrange o município de Curitiba e Região Metropolitana, além de Paranaguá.

O principal objetivo da Companhia é garantir à população, especialmente aquela cuja renda é inferior a cinco salários mínimos mensais, o acesso ao financiamento da casa própria. Para cumprir essa tarefa, a COHAB recebe recursos repassados pela Caixa Econômica Federal e, mais recentemente, pelo Fundo Municipal de Habitação (FMH).

A COHAB-Ct é um órgão promotor de programas habitacionais e atua como intermediária entre a CEF e o mutuário final, por meio da implantação de conjuntos habitacionais.

A construção de conjuntos habitacionais pela COHAB-Ct iniciou-se na segunda metade da década de 60 e destinava-se a abrigar a população removida das favelas das cidades. O primeiro conjunto construído pela COHAB-Ct foi a Vila Nossa Senhora da Luz, inaugurada pelo então Presidente da República Marechal Castelo Branco, em 1966. Com 2.100 unidades, era suficiente para abrigar o total da população favelada da cidade.

O projeto foi considerado uma revolução em urbanismo, em oposição ao modelo de construção do BNH, caracterizado pela construção de casas rigorosamente iguais, uma ao lado da outra. Os arquitetos da COHAB-Ct optaram por uma arquitetura mais próxima da tradição curitibana. Assim, inspirados nas casas de colonos da periferia de Curitiba, projetaram três modelos de casa; construíram dois tipos, sendo um deles casas com sótão habitável de madeira e com a parte de baixo em tijolo caiado de branco. Além disso, tentaram projetar as residências para amenizar a monotonia e a repetição que caracterizava os conjuntos habitacionais, a exemplo de Vila Kennedy, no Rio de Janeiro. Essas soluções adotadas pela COHAB-Ct, de forma pioneira, chamaram a atenção de arquitetos e urbanistas do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como de técnicos do BNH.

A localização do conjunto também foi inovadora. Por contar com apoio técnico da equipe responsável pelo Plano Diretor da cidade, a área escolhida foi a região de serrarias, inserida hoje na parte tradicional da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Quanto à ocupação desse primeiro Conjunto Habitacional, embora destinado a alojar a população das favelas, os levantamentos sócio-econômicos demonstraram que apenas 500 famílias possuíam condições de pagar a prestação, estimada em 10% do salário mínimo da época. As 1.700 unidades restantes foram vendidas para famílias não faveladas de baixa renda, respeitando-se o limite de até três salários mínimos.

Tal medida provocou inúmeras críticas, uma vez que, segundo a imprensa, a COHAB-Ct se afastava de seu principal objetivo, que era erradicar as favelas da cidade. Nesse período, a visão predominante no país, entre políticos e alguns cientistas sociais, referia-se ao fato de que o problema da pobreza poderia ser resolvido com a extinção das favelas.<sup>9</sup> Assim, as políticas de remoção de favelados para conjuntos habitacionais emergiram como uma alternativa.

Entretanto, a realocação da população favelada em conjuntos habitacionais esbarra na incompatibilidade entre os baixos níveis de renda dessa população e a necessidade de remuneração dos recursos financeiros aplicados em programas para construção de casas populares. Ademais, a primeira experiência dessa natureza, na vila Nossa Senhora da Luz, demonstrou que a transferência da população de diferentes favelas para casas da COHAB-Ct não resolve o problema da pobreza. A população transferida para a vila, embora já vivesse dentro de uma realidade urbana, apresentou dificuldades de adaptação ao novo modo de vida, revelada em alguns casos na depredação das casas e em outros, na venda do imóvel. Das famílias que inicialmente habitaram a vila, poucas ainda residem no local.

---

<sup>9</sup> Os trabalhos de Zaluar (1985) e Valladares (1978), entre outros, analisam os Programas de remoção de favelas.

Esse fenômeno pode ser explicado por diversas razões. Primeiro, o fato de a vila ser muito isolada em relação ao centro da cidade, onde, num percurso de 10km, depois do Bairro do Portão, existiam apenas umas poucas casas e/ou chácaras. Segundo, o estigma que esse local carregava por abrigar uma parte da população das favelas, o que era interpretado pelos moradores de dentro e de fora como espaços de marginalidade, pobreza e violência. De acordo com o relato do Frei da igreja da vila, desde de sua inauguração, as pessoas tinham vergonha de dizer que residiam na Vila Nossa Senhora da Luz. Os casos de violência, provocados principalmente pelo excesso de álcool, não podiam contar com auxílio da polícia, que, segundo consta, não entrava na vila por medo. Conforme palavras do Frei: "viver na vila dava a conotação de violência, de favela, de pessoas que não valem nada, completamente vagabundas, para usar uma palavra pobre".

Com o tempo, o progresso foi chegando à vila; igreja, comércio, escolas e creches foram construídas. Em função da alta rotatividade dos moradores, foram ficando no local as famílias que voluntariamente adquiriram as casas. Segundo estimativas da COHAB-Ct, cerca de 5% dos moradores residem na vila desde o começo.

Pouco resta da tão propalada arquitetura tipicamente curitibana. A maior parte das casas foi reformada, e os sótãos demolidos e substituídos por laje. Casas de 30m<sup>2</sup> a 50m<sup>2</sup> foram ampliadas, em média, para 100m<sup>2</sup> horizontais. Conforme depoimento do presidente da COHAB-Ct, Alfred Willer, arquiteto que comandou os primeiros projetos dessas casas:

Os habitantes tinham dificuldades de assimilar a linguagem das casas, principalmente os chalés com sótão. Tenho a impressão que essas dificuldades tinham duas origens: uma de natureza cultural e a outra técnica. Eles não gostavam de ser identificados pelas suas raízes rurais, queriam assumir a condição de habitantes urbanos. A linguagem da casa era muito rural para esse desejo deles. Queriam um telhado plano, com pouca inclinação, com bastante concreto, esquadrias e portões de ferro. Toda essa história de madeira e de sótão habitável lembrava demais as raízes rurais. Considero isso de extrema importância para os arquitetos. Precisamos aprender que não se pode entender a mentalidade de uma classe social através do prisma do arquiteto, que tem uma formação cultural diferente. A outra dificuldade era técnica,

porque certas casas embora com previsão para ampliações futuras, não permitiam a adaptação ao modelo urbano desejado pelos moradores. Transformar uma casa chulé em outra de telhado plano de eternit é um pouco complicado e muitos moradores lutavam contra a linguagem das casas, tentando transformá-la, a ponto de demolirem o sótão, perdendo área construída para colocar um telhado horizontal. (IPPUC, 1991)

Pode-se associar a essa explicação sobre as mudanças que os moradores fizeram em suas residências uma necessidade de ordem cultural de se livrarem do estigma de estar habitando casas da COHAB-Ct, portanto destinadas à população favelada e, conseqüentemente, pobre e marginal, isso associado ao desejo de se diferenciarem entre si pelos gostos e projetos, uma vez que as casas quase iguais homogeneizavam realidades distintas. As reformas resultaram em uma identidade com o espaço construído e descaracterizaram as habitações como pertencentes à COHAB-Ct.

Essa primeira experiência de habitação popular via COHAB-Ct, financiada com recursos do BNH, serviu de parâmetro para os *policy makers* evitarem os erros cometidos na vila Nossa Senhora da Luz nos outros conjuntos habitacionais que foram construídos a partir de então. Em 1968, foi elaborado pelo IPPUC um plano habitacional a partir da identificação de áreas urbanas vazias e ociosas que, pela definição de indicadores urbanísticos, fossem capazes de ser ocupadas para habitação popular. Nesse processo, privilegiaram-se áreas adequadas com os entornos e que colocassem a oferta de moradia no mercado compatível com a demanda de diferentes segmentos de renda. Assim, ficaram definidos três níveis de renda a serem atendidos pelos programas de habitação do poder público, quais sejam:

- até 3 salários mínimos;
- até 5 salários mínimos;
- até 10 salários mínimos.

Nesse plano, segundo a coordenadora do Plano Habitacional do IPPUC, defendia-se que os municípios deveriam determinar suas próprias políticas

habitacionais, e não ficar na dependência exclusiva da União para solucionar o problema habitacional local.

Essa teoria, essa postura que eu defendi para o IPPUC em 1968, até hoje é uma questão polêmica em todo o país. Hoje, por exemplo - eu trabalho no Instituto de Administração Municipal - estamos fazendo um trabalho para a Caixa Econômica Federal que defende, regulamenta e procura ajudar o processo de municipalização da política habitacional (mesmo na Constituição Federal de 1988 essa questão não foi claramente resolvida) (IPPUC, 1991, p. 76).

Essa política sustentava que a habitação é parte do desenvolvimento urbano e de competência do município, o qual deveria buscar recursos para financiá-la, como, por exemplo, no BNH, sem submeter-se a linhas definidas pelo banco.

Quanto à questão das favelas, esse plano propunha fazer um projeto de retificação e regularização do canal do rio Belém, onde havia um processo de expansão de favelas. Por meio de um trabalho amplo de recuperação de fundo do vales e bacias hidrográficas, procurou-se aumentar a desapropriação de 20m de cada margem desses cursos d'água para uma faixa maior de 80m e, ao longo dessa faixa de fundo de vales, criar uma zona de habitação popular disponível para a prefeitura desenvolver um programa de lotes urbanizados.

Essa opção daria oportunidades para as famílias de mais baixa renda adquirirem lotes de forma regular, legal, inserida na estrutura urbana e próximos aos seus locais de moradias (até então, favelas que cresciam intensamente). Além disso, apresentava-se como uma alternativa aos conjuntos habitacionais, como a vila Nossa Senhora da Luz, que acabou não abrigando a população favelada, ou às medidas da Prefeitura de Curitiba em relação aos favelados, que, via Departamento do Bem-Estar Social, adotava a remoção compulsória de famílias migrantes para as cidades de origem. "Para se ver livre do problema, eles colocam as famílias em cima de um caminhão que levava-os de volta às suas

áreas de origem na zona rural, em outros municípios que não Curitiba" (IPPUC, 1991, p.79).

Essa atitude foi adotada por muitos anos pela Prefeitura de Curitiba e por muitas outras prefeituras do país, prática facilitada pelo regime autoritário em vigência naquele período.

A política de habitação formulada nessa ocasião não avançou em termos práticos e diversas proposições contidas no plano, que deveriam ser transformadas em leis e regulamentos municipais, não ocorreram. De acordo com uma das arquitetas que elaboram esse trabalho:

[...] em termos de planejamentos urbanos, de transporte urbano, Curitiba é modelo para o país, em termos de habitação eu acho que faltou decisão à Prefeitura de Curitiba - e vários momentos, eu estou falando ao longo das décadas - sobre que linhas seguir. Faltou convicção - e eu acho que ainda falta - do que seja política municipal de habitação. Não faltou evidentemente, desejo de ação, não faltaram programas e projetos. Faltou e falta uma política municipal de habitação consistente como são as demais políticas urbanas, principalmente a de transporte e a de uso do solo. (IPPUC, 1991, p.85).

A indefinição em implantar uma política habitacional para a cidade, destinada a financiar habitação popular via BNH, levou a COHAB-Ct, no início dos anos 70, a estocar terrenos e projetos que seriam concretizados, em parte, no final da década de 70. Os terrenos foram adquiridos principalmente na área destinada à habitação pelo zoneamento da CIC, onde o preço da terra, em virtude da falta de infra-estrutura, ainda era relativamente barato. Entre os anos de 1967 e 1970, a COHAB-Ct produziu 2.840 imóveis, de 1971 a 1980, 14.768, entre 1981 até 1990, 32.878. Vale ressaltar que o incremento da última década ocorreu com base no programa de financiamentos de lotes urbanizados. A partir de 1981, essa política passa a ser adotada pela COHAB-Ct com 952 unidades, resultando, em 1990, no financiamento de 13.364 lotes, ou seja, mais de 50% do total da produção da COHAB-Ct.

Pode-se notar que, apesar de todo o discurso político, pouca atenção foi dada ao setor de habitação popular, como demonstram os números: a produção apresenta uma queda de 77,3% no ano de 1989, se comparada com o que se construía em 1980, sendo que a partir de 1984 a produção foi quase simbólica. Até 1989, a COHAB-Ct havia produzido 32.023 mil imóveis, o que representa 5,6% do total dos imóveis de Curitiba. Esses dados permitem afirmar que a obtenção da casa própria via COHAB-Ct é um privilégio de poucos. O déficit habitacional estimado pela COHAB-Ct para a população de baixa renda girava, em 1991, em torno de 80 mil moradias e a fila de inscritos na COHAB-Ct, para adquirir um dos seus imóveis, era de aproximadamente 45 mil famílias. Desse contingente, apenas 16,0% auferem o mínimo de renda necessária para a aquisição dos empreendimentos da companhia, que atualmente oscila entre 8 a 10 salários mínimos. Esse tem sido um dos problemas da COHAB-Ct ao longo de sua existência, conforme conclui um ex-presidente da companhia: "Na busca de soluções habitacionais, sempre vamos esbarrar na falta de poder aquisitivo. Não se pode esperar que alguém, ganhando salário mínimo, encontre uma forma de pagar uma prestação, por menor que seja. O problema não é urbanístico, é sobretudo sócio-econômico" (IPPUC, 1991, p.93).

Esse fator é reafirmado pelo percentual da participação relativa dos domicílios, segundo a faixa de renda; embora tenha se alterado na última década, ainda é muito elevado: o total de 41,89% das famílias ganham de 1 a 5 salários mínimos na RMC, conforme informações da PNAD de 1989 (IPARDES, 1990, p.9-20). Assim, procedem as críticas dos pesquisadores da questão habitacional no Brasil de que os programas de conteúdo social, como o de habitação popular, não podem ficar restritos à lógica da equação financeira, em virtude da incompatibilidade dos custos da construção civil e dos baixos níveis de renda da população demandante de moradia. No entanto, essa tem sido a essência do funcionamento do Sistema Financeiro de Habitação, em razão da sua

funcionalidade para o processo de desenvolvimento urbano. Para esses pesquisadores, os programas habitacionais destinados a atender às classes populares devem ser subsidiados, não obedecendo à necessidade de remuneração dos recursos aplicados.

Retornando às linhas de ação da COHAB-Ct, observa-se que, nos seus quase 21 anos de existência, a companhia conseguiu produzir cerca de 47 mil unidades habitacionais entre lotes urbanizados, apartamentos e diferentes tipos de casas, sendo que nos últimos anos tem sido entregue à população um maior número de lotes urbanizados.

Os imóveis construídos pela COHAB-CT, principalmente a partir do final da década de 70, são quase sempre de baixo padrão, localizados em grandes conjuntos habitacionais, na periferia mais afastada da cidade, constituídos na maior parte por apartamentos de 30m<sup>2</sup> a 50m<sup>2</sup> de área com cinco ou seis cômodos. A região onde está concentrada a maioria dos empreendimentos populares da COHAB-Ct é a parte habitacional da CIC ou adjacências; também se localiza aí o conjunto onde se realizou a pesquisa de campo desta dissertação. A empresa, cada vez que constrói um conjunto, força o Estado a investir na oferta de infra-estrutura urbana necessária, deixando entre um conjunto e outro, ou entre o centro da cidade e o conjunto, grandes áreas ociosas que se valorizam e passam a ser inacessíveis à população de baixa renda, pois torna-se "nobre" pela ação dos agentes imobiliários ao adquirirem infra-estrutura urbana necessária. Trata-se de um padrão de expansão da estrutura imobiliária.

Para atender à sua demanda, a COHAB-Ct inscreve os interessados, classificando-os de acordo com a renda. Em 1991, das 45 mil famílias cadastradas, 58% ganhavam até três salários mínimos, 26% recebiam entre 3 e 5 salários mínimos e 16% acima de 5 salários mínimos. Na década de 70 até o início de 80, a COHAB-Ct (com recursos do SFH) entregava unidades

habitacionais com até 56m<sup>2</sup> de área em terrenos razoáveis a famílias com renda até 2 salários mínimos, cobrando prestação de 1/2 salário mínimo. Hoje, em virtude do acirramento da crise, da falta de recurso federal, do aumento excessivo dos preços na construção civil e da depreciação do salário mínimo, segundo Amauri Valle (1992), enquanto o índice de aumento real do salário mínimo entre 1980 e 1989 foi de 8,7%, o preço de venda do metro quadrado para imóveis residenciais em Curitiba foi de 107,0%. A aquisição de um apartamento ou casa da COHAB-Ct exige uma renda familiar superior a 8 salários mínimos, e os lotes urbanizados, 2 salários mínimos. Esses indicadores apontam para a dificuldade da COHAB em atender, via programas convencionais de habitação, à maior parte da população inscrita em sua "fila". Além disso, indica a diferença de acesso entre dois períodos distintos.

Os critérios para se inscrever na COHAB-Ct são:

- a) não ter outro imóvel (terreno ou casa financiada ou não);
- b) residir na cidade;
- c) não ter sido mutuário da COHAB-Ct.

As unidades adquiridas não podem ser alugadas ou cedidas, sob pena de perda do direito ao financiamento.

O atendimento da demanda é lento, tendo o inscrito que aguardar, não raras vezes, anos na famosa "fila" da COHAB. A partir da disponibilidade de unidades habitacionais, o futuro mutuário deve comprovar a renda mínima exigida. A seleção é feita considerando-se:

- a) tempo de inscrição (os mais antigos devem ser atendidos primeiro);
- b) idade do inscrito (os mais velhos têm prioridade);
- c) estado civil (casados contam mais pontos);

- d) número de filhos com menos de 18 anos (quanto mais filhos, maior a prioridade de atendimento).

À medida que há demanda crescente por novas moradias e o sistema de habitação popular não responde, ocorrem denúncias de que a COHAB-Ct não está cumprindo os critérios por ela fixados para o atendimento aos interessados em seus empreendimentos. Para fazer frente a esse problema, os interessados em adquirir casa própria via COHAB-Ct, já cadastrados, estão se organizando para formar uma associação própria. De acordo com o coordenador da Comissão Provisória para formar a Associação, o objetivo da "Associação da Fila", como está sendo conhecida, é: "[...] acompanhar a política habitacional, fiscalizar e contribuir com ideais e sugestões".<sup>10</sup> A proposta da Associação é principalmente defender os interesses dos candidatos, no tocante ao "respeito à fila". O Senhor Velocino garante que a pretensão é chamar a atenção das autoridades competentes para respeitar a fila e não investir muito na ocupação de lotes. A alternativa apresentada consiste na busca de programas para a comercialização dos lotes e construção de casa, de forma a garantir o direito de todos os trabalhadores inscritos na "fila". Isso porque a COHAB-Ct, nos últimos anos, tem financiado mais lotes urbanizados e, na maioria das vezes, já invadidos.

Quanto às linhas de financiamento convencional de casas e apartamentos, a partir do final da década de 70, têm se concentrado em áreas adquiridas pela COHAB-Ct, no início dos anos 70, principalmente ao longo da Cidade Industrial de Curitiba.

A CIC, instituída como zona industrial em 1973, foi dotada de infraestrutura urbana e destinou áreas para habitação popular. Constituída de 40Km<sup>2</sup>, a CIC foi implantada a 15Km do centro de Curitiba, num vazio urbano, onde situavam-

---

<sup>10</sup> Velocino Fernandes, coordenador da Comissão Provisória para formar a Associação.

se grandes propriedades sem finalidade produtiva. Era uma região rural, com meia dúzia de casas, sem perspectiva de urbanização. Assim, com a participação efetiva do poder público, levou-se a termo o seu processo de urbanização.

Dos 25 conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-Ct nessa região, tentou-se mais uma vez inovar em termos de concepção e execução de moradia popular. O conjunto onde realizamos a pesquisa de campo é tido como um dos melhores exemplos de inovações na forma de construir habitações populares de maneira integrada com o desenvolvimento e planejamento urbano, tão caros às administrações municipais de Curitiba, como veremos a seguir.

## 2.1 CONTEXTO DA PESQUISA: UMA HISTÓRIA DO LOCAL

Com base nas entrevistas realizadas com técnicos da COHAB-Ct, principalmente arquitetos, neste capítulo serão reconstruídas as linhas gerais que orientaram a concepção e execução dos conjuntos habitacionais denominados Atenas I e II e Augusta, onde realizamos a pesquisa de campo.

Em 1979, um grupo técnico da COHAB-Ct, composto de arquitetos e engenheiros, avaliou os resultados dos empreendimentos concretizados na vila Nossa Senhora da Luz (1967), Oficinas (1970), Barreirinha (1971), dentre outros. Esse grupo concluiu que a maior parte desses conjuntos habitacionais era constituída por guetos que não se integravam ao bairro e eram por esses segregados, em função das suas características de origem: grandes empreendimentos, fechados e distantes da malha urbana já consolidada. Segundo o arquiteto Lóris: "Na experiência anterior, um dos motivos do mal desempenho da política habitacional era a monotonia dos conjuntos, residências uniformes, além da distância que os separava dos

equipamentos urbanos indispensáveis, como farmácias, supermercados, serviços médicos, escolas e áreas de lazer."<sup>11</sup>

O planejamento da CIC destinava áreas para habitação popular. Portanto, segundo os técnicos, o conflito habitação/indústria deveria inexistir, devido ao zoneamento adotado na CIC. Com essa orientação, os técnicos da COHAB-Ct elaboraram um plano de ocupação dessas áreas. Nesse plano, tentava-se não repetir os erros do passado.

Os conjuntos habitacionais existentes hoje no CIC foram pensados como uma possibilidade de integração entre habitação, trabalho e cidade. Essa integração foi garantida pela execução de um sistema viário composto pelas chamadas conectoras, as quais asseguram sua ligação com o sistema urbano básico de Curitiba. Esse sistema é constituído por três vias: uma central, para o atendimento ao tráfego local e ao transporte coletivo, e duas externas, que permitem um tráfego mais fácil entre a estrutura urbana e a CIC. Quase ao final dessas vias estruturais, foram construídos os conjuntos habitacionais, os quais são menos padronizados que os da década de 70, mesmo no tamanho, existindo no local conjuntos com 16 unidades e outros com 6 mil.

A proposta elaborada pela COHAB-Ct para construir esses conjuntos pautava-se nos seguintes critérios:

- a) preservar os bosques das antigas chácaras e fundos de vales;
- b) construir várias tipologias habitacionais;
- c) atender a diferentes faixas de renda;
- d) construir os conjuntos de maneira gradativa (ocupação em etapas);

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em julho de 1991, com o Arquiteto Renato Lóris, ex-Chefe do Departamento de Projetos da COHAB-Ct.

- e) conceber o espaço dos conjuntos habitacionais de forma a serem uma extensão do bairro e da vila já existentes no local;
- f) reservar áreas para comércio ao longo das vias destinadas ao transporte coletivo.

Essa proposta foi concretizada plenamente no conjunto Atenas I e II e Augusta, resultando em "bons exemplos de habitação popular integrada ao bairro e à cidade, sem causar a impressão de uniformidade."<sup>12</sup>

Localizados no bairro do Campo Comprido, no contorno sul da CIC, com uma população estimada para 1990 de 10.060 pessoas, esses três conjuntos são compostos por 3.947 unidades habitacionais, sendo que o Atenas I tem 298 casas e 1.414 apartamentos; Atenas II, 176 casas e 494 apartamentos; Augusta, 111 casas, 834 apartamentos e 150 lotes destinados à autoconstrução.

Sua ocupação ocorreu entre os anos de 1983 e 1987. A diversificação dos tipos de moradia atende a diferentes níveis de renda. A grosso modo, os apartamentos de 2 ou 3 quartos, com 35m<sup>2</sup> a 45m<sup>2</sup> destinaram-se à faixa de 5 a 7 salários mínimos; as casas de 2 quartos, à faixa de 3 a 5 salários mínimos; as casas-embrião, com apenas 1 cômodo e instalação sanitária, à faixa de 2 a 3 salários mínimos; e os terrenos para autoconstrução, à faixa de até 2 salários mínimos.

Os serviços públicos que atendem a esses conjuntos, tais como biblioteca, centro recreativo, creches, escolas e postos de saúde, foram instalados na periferia, de modo a atender a todo o bairro, não se caracterizando como uma propriedade das pessoas que habitam os conjuntos. As ruas que cortam o conjunto passaram a ser preferencialmente a continuação da rua já existente no bairro, tanto que, em algumas quadras, parte é conjunto habitacional e parte é convencional. O transporte coletivo atende a todos os moradores da região e não-

---

<sup>12</sup> Entrevista em março de 1991, com a Arquiteta Tereza Jornes Covello, Chefe do Departamento de Projetos da COHAB-Ct.

somente aos do conjunto. Essas características objetivam a inserção dessas moradias no planejamento global da cidade, evitando configurar a habitação popular como projeto à parte.

A topografia e vegetação do local foram preservadas, sendo que alguns espaços de áreas verdes foram utilizados como equipamentos de lazer – campos de futebol e parques infantis. Isto, somado à não realização de terraplanagem, causa uma impressão de ocupação mais natural e espontânea do local. Além disso, a contratação de onze empreiteiras para realizar a obra e a sua execução em etapas resultou em um menor grau de uniformidade, com diferentes modelos de edificações.

Segundo avaliação dos arquitetos da COHAB-Ct, com esses empreendimentos criou-se uma nova concepção no segmento de habitações populares, pondo fim à idéia de conjuntos fechados, facilmente identificados e estigmatizados como espaços de marginalidade e pobreza.

## 2.2 QUEM FOI MORAR NO CONJUNTO

A pesquisa sócio-econômica e cultural realizada pelo Departamento de Serviço Social da COHAB-Ct com os mutuários de seus conjuntos, para subsidiar seus planos de atuação social, revela o perfil da população que adquiriu imóveis nesses conjuntos. Conforme essas informações, predominaram famílias com renda entre 2 a 5 salários mínimos (65,0%), sendo a renda média familiar de 3,18 salários mínimos.

A maior parte dos compradores é do sexo masculino (69,1%), são casados e têm um ou dois filhos. Quanto às atividades produtivas que absorvem essa população, destacam-se os ramos de indústria e comércio, em funções variadas, conforme o nível de escolaridade, que se revela bastante heterogêneo, tanto para homens quanto para mulheres (tabela 2).

TABELA 2- GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DO CONJUNTO  
(PARTICIPAÇÃO RELATIVA)

ESCOLARIDADE	(% GRAU DE ESCOLARIDADE)	
	Homens	Mulheres
Primário Completo	15,2	16,6
Primário Incompleto	5,6	9,5
Ginásio Completo	10,4	13,0
Ginásio Incompleto	13,0	14,9
2º Grau Completo	26,1	19,1
2º Grau Incompleto	17,8	13,2
Superior Completo	2,2	5,8
Superior Incompleto	6,5	5,8
Analfabeto	0,4	-
Em branco	3,0	2,1
	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa realizada pela COHAB-Ct, julho 1983

As mulheres se concentram em atividades ligadas ao terciário, trabalhando principalmente no comércio, e 35,7% declaram ser "do lar". Do total de empregados, cerca de 13,3% trabalham na CIC. O maior índice de emprego dessa população concentra-se na região central, com 31,1%.

A média de tempo de residência em Curitiba para os oriundos do interior do Estado, ou das diversas regiões do país, é de 12 anos, o que indicou uma certa familiaridade com o espaço urbano e a cidade. Em relação ao tempo de inscrição na COHAB-Ct, observa-se uma maior concentração na faixa de 3 a 4 anos. A média do período de espera na "fila" para adquirir a moradia foi de dois anos e nove meses, o que revela relativa persistência em comprar casa própria via COHAB, mesmo tendo de aguardar por um tempo razoavelmente longo.

O principal motivo para a escolha do conjunto pelos compradores foi a oportunidade de adquirir "casa própria" (50,8%) e livrar-se do aluguel (23,1%). Em segundo lugar, destacou-se como motivação a localização do conjunto (26,9%).

Um percentual nada desprezível dos moradores revela-se insatisfeito com a aquisição feita (42,1%) e aponta como justificativa a preferência por casa, em vez de apartamento. Entretanto, a opção de compra de casa ou apartamento se deu em razão do nível de renda do interessado.

A pesquisa demonstrou ainda que as famílias não possuíam experiência de viver em apartamento (67,2%) e desconheciam as regras mínimas da vida em condomínio. A fim de solucionar esses problemas, a COHAB-Ct realizou reuniões para orientação de como organizar condomínios e distribuiu cartilhas com modelo de regimento interno, editais, demonstrativos de recebimentos e pagamentos, e outros procedimentos práticos pertinentes à formação e vivência em condomínios.

A prática desportiva, predominantemente o futebol, foi a que mais se destacou como atividade de lazer dessas populações (39,2%), acompanhada pelo hábito de assistir à televisão nas horas vagas (38,9%).

No tocante aos recursos e/ou serviços considerados indispensáveis aos conjuntos habitacionais, as famílias indicaram a maior importância da escola, comércio e transporte.

Essa pesquisa fornece apenas um quadro geral do perfil sócio-econômico do morador do conjunto, realizada pelas assistentes sociais da COHAB-Ct em reunião para aquisição do imóvel, por meio de questionário fechado. Tendo sido respondido individualmente pelo pesquisado, é possível que os dados não demonstrem a real situação sócio-econômica dessas populações. Importa esclarecer ainda que essa pesquisa não é representativa do total dos moradores dos conjuntos, uma vez que foi realizada somente com parte dos

compradores de apartamentos e esses eram os que apresentaram melhores níveis de renda. Nesse sentido, optou-se pela apresentação dos indicadores mais genéricos sem analisá-los, o que poderá ser feito em contraposição com as informações obtidas na pesquisa de campo.

### 2.3 DESCRIÇÃO DO LOCAL

O acesso ao conjunto, que se distancia do centro da cidade cerca de 12,5Km, pode se dar por dois caminhos, quer de ônibus, quer de carro. O primeiro refere-se às avenidas estruturais conectoras com a CIC, por onde trafega o ônibus "expresso" denominado Campo Comprido. O ponto final desse ônibus localiza-se na Praça Rui Barbosa, com percurso em canaletas exclusivas até o terminal de transporte coletivo do bairro. Nesse terminal, estão disponíveis diversas linhas de ônibus "alimentadores" que dão acesso a vários bairros nas adjacências da CIC, inclusive o que vai até o conjunto. Os passageiros que embarcam nos alimentadores no terminal, vindos do centro, não pagam outra tarifa, pois a cidade conta com um sistema de transporte coletivo integrado que permite aos usuários circular pelos diferentes bairros e centro da cidade por meio seus terminais de ônibus, pagando apenas uma passagem.

O percurso do "expresso" que atende à região da CIC é feito passando-se por um bairro de classe média alta, de ocupação recente, com grandes edifícios de apartamentos, denominado Champagnat. No final desse bairro, até o terminal do Campo Comprido, a paisagem muda, pois são quilômetros de espaços urbanos vazios e imensas áreas verdes, que estão atualmente sendo ocupados por condomínios fechados, residências e prédios de alto padrão, o que faz dessa segunda parte do percurso até o conjunto um caminho bastante aprazível, de onde é possível vislumbrar-se um pôr-do-sol dos mais belos.

Além disso, os ônibus expressos são novos e limpos e realizam seu percurso em vias asfaltadas de boa conservação e, em sua maior parte, em linha reta, resultando em relativo conforto para os seus usuários. Entretanto, nos horários de *rush*, devido à insuficiência de carros, muitas pessoas percorrem todo o caminho em pé, em conduções superlotadas, como em qualquer cidade brasileira de maior porte.

O segundo caminho de acesso ao local é totalmente diferente do primeiro, podendo ser denominado de secundário. De ônibus, ele é realizado por uma linha convencional apenas até uma das extremidades do conjunto. A rua de acesso é continuação de uma avenida que recorta alguns dos bairros mais tradicionais da cidade, Batel e Seminário, onde antigamente residiam os "mais ricos". Hoje, a maior parte das casas grandes e bonitas são destinadas a serviços, como clínicas, restaurantes, lojas de comércio em geral. Após o final do bairro do Seminário, uma rua estreita, antiga e tortuosa, com grandes declives, recapada de anti-pó, sem meio fio, segue até o conjunto. O ônibus de nome vila Sandra atende aos moradores dessa região. Essa rua é também margeada por imensas áreas verdes, com a peculiaridade de ainda residirem no local antigos colonos, proprietários de pequenas chácaras, com suas casas de madeira, típicas do período, e com plantações de hortaliças. Ainda compõem o cenário dessa paisagem diversas casas de classe média, de construção recente, possivelmente pertencentes a pessoas que optaram por uma vida mais confortável, longe do centro urbano, onde residiam em apartamentos menores.<sup>13</sup>

Os moradores do conjunto utilizam pouco essa linha de ônibus, que, por ser convencional, é mais demorada, com ônibus a cada 30 minutos. Preferem o expresso, pela sua rapidez, maior oferta de carros e facilidade de integração com

---

<sup>13</sup> A pesquisa realizada por Cleide de Bem (1991) sobre segregação espacial e relações sociais na ocupação de um bairro de Curitiba focaliza o movimento das camadas médias em direção aos bairros mais afastados.

outros bairros. Assim, o ônibus da vila Sandra quase nunca está lotado, além disso não percorre toda a extensão do conjunto, como o ônibus alimentador do Augusta.

## **O Conjunto**

Como já mencionamos, o conjunto é composto por três empreendimentos habitacionais da COHAB-Ct, que foram ocupados por etapas, sendo o último o Atenas II, em 1987. A concepção dos técnicos que os projetaram era de que a ocupação deveria ocorrer de forma gradativa, como em qualquer bairro, e não de uma só vez, como era comum nos demais conjuntos da Companhia. Esperava-se, assim, uma maior adaptabilidade ao local, uma vez que essa forma de ocupação despertaria nos moradores o sentimento de que integrariam um bairro comum, em formação, tal como com os equipamentos urbanos localizados na periferia do conjunto, em que se pretendia que os moradores antigos e os novos se integrassem de forma a constituírem uma só comunidade.

Nessa perspectiva, tanto a rua principal como algumas outras são prolongamentos de vias já existentes nos bairros que circundam o conjunto. Todas as ruas secundárias são recapadas com anti-pó sem meio-fio, sendo que somente a rua principal é asfaltada, com meio-fio e calçada para pedestres. Essa rua principal atravessa o conjunto em toda sua extensão, com cerca de 1,5Km, onde circula o ônibus alimentador Augusta e estão localizadas as principais atividades comerciais. Na sua extremidade, fazendo divisa com o bairro, foram instalados alguns dos serviços de consumo coletivo, como escola pública estadual e o posto de saúde.

Com comércio e serviços bastante diversificados, existem no local diversos bares, inclusive um com diversões eletrônicas para os jovens, farmácias, padarias, açougues, papelarias, distribuidoras de bebidas, imobiliária, dentista

particular, salões de beleza, várias pequenas mercearias, lojas de armarinhos e de roupas (sendo uma de roupas usadas), escola maternal e pré-escola privada, oficinas mecânica de carro e bicicletas, pizzarias, sapatarias etc. Quanto ao serviço público, o bairro conta com escola de Primeiro Grau da rede estadual de ensino e Centro Integral de Educação, similar aos CIEPS cariocas da Prefeitura Municipal, posto de saúde com atendimento diário, uma pequena biblioteca, cerca de seis telefones públicos, duas creches e um Centro Comunitário.

As atividades comerciais e de serviços funcionam para além da avenida principal, espraindo-se por todas as vias secundárias do conjunto. Estão localizadas em espaços específicos, como também em residências adaptadas. Aos domingos, há uma pequena feira-livre, e diversos vendedores ambulantes de produtos variados circulam diariamente no local, de carro, a pé ou de bicicleta. Outra particularidade que compõe o cenário comercial são as tabuletas de venda de picolé, docinhos, salgadinhos, roupas, produtos cosméticos etc., ou ofertas de serviços em geral, expostas nas janelas de casas e apartamentos do conjunto.

Atualmente, as casas e apartamentos pouco lembram o projeto original. Mesmo os prédios de três e quatro andares mudaram: muitos foram pintados com cores diferentes e gradeados. As reformas foram feitas pelos condomínios que integram um grupo de quatro a dez blocos de prédios independentes. Em alguns conjuntos de prédios, foram instalados portões eletrônicos, fixadas placas com dizeres "Proibida a entrada de pessoas estranhas", construídos abrigos para carro e realizado ajardinamento no pátio interno do condomínio. A maioria das casas passou por reformas, seja para mudar a fachada, seja para ampliar a área construída. Algumas imitam as residências dos bairros mais abastados da cidade, outras têm características das casas da periferia da cidade, eternamente em reforma, com material de construção estocado no terreno ou pintadas em cores berrantes, tais como

azul, cor-de-rosa etc. As grades também integram o projeto de reforma dos moradores. Tem-se a impressão, confirmada depois por entrevistas, que os moradores que não conseguem reformar ou gradear suas propriedades são vistos pelos demais como mal-sucedidos, pobres ou relaxados, que não se importam com a exibição da melhoria de suas condições de vida.

Outro fator que merece ser destacado diz respeito à rotatividade dos moradores do bairro, sendo comum o anúncio de vende-se nas janelas das moradias, principalmente dos apartamentos. Ilustrativo disso é a instalação no conjunto de uma imobiliária que, segundo informações, dedica-se exclusivamente à realização de negócios no interior do conjunto.

Apesar de o bairro ter uma classificação de eminentemente residencial, sem vida própria, na verdade é fonte de sobrevivência para uma parcela significativa de sua população. Efetivamente, 60% das ocupações informais realizadas pelos habitantes ocorrem no próprio bairro.

Quanto ao objetivo dos técnicos em conceber um espaço habitacional integrado ao bairro, com o intuito de evitar a segregação e estigmatização que existia nos conjuntos habitacionais anteriores, vistos como guetos de marginalidade, pode-se dizer que, aparentemente, foi concretizado, se observarmos apenas a estrutura física dos empreendimentos. Essa integração é facilitada pelo traçado das ruas e pela localização do comércio e dos serviços públicos.

Os moradores contribuíram ativamente para a concretização desse projeto, estabelecendo novas fronteiras. Entretanto, fronteiras são também estabelecidas pelos antigos moradores do local, que não querem ser identificados como mutuários da COHAB-Ct. Inclusive, reclamam que a construção dos conjuntos desvalorizou suas propriedades. Conforme indagação de uma antiga

moradora: "Quem é que vai pagar mais caro para morar perto de um conjunto da COHAB-Ct?". Também se observam fronteiras internas entre os próprios moradores dos conjuntos em função do nível de renda e/ou do local de moradia. É comum referirem-se a outro conjunto como espaço de violência, malandragem, bagunça, dentre outros adjetivos pejorativos.

### **3 ASSOCIAÇÕES, LIDERANÇAS E CONFLITOS**

---

### 3 ASSOCIAÇÕES, LIDERANÇAS E CONFLITOS

O trabalho de campo teve início em meados de abril de 1989. O primeiro contato com a população ocorreu por intermédio das assistentes sociais da COHAB-Ct, que apresentaram a pesquisadora à presidente e vice-presidente da Associação de Moradores do local, D. Aparecida e Sr. Vicente, cônjuges. Ela é professora primária aposentada, 49 anos de idade. Ele, professor em atividade, com 52 anos de idade. Ela muito falante e desconfiada a respeito das minhas reais intenções. Ele, mais discreto e cauteloso, tentava demonstrar-me que possuía conhecimento sobre a realidade sócio-econômica mais geral e do bairro, especificamente. A Associação localizava-se no Conjunto Habitacional em um espaço físico cedido pela COHAB-Ct.

Além disso, ambos insistiam em relatar a importância e as dificuldades de realizarem o trabalho na Associação. A recepção transcorreu agradavelmente. Contaram-me um pouco de suas histórias. Assumiram a Associação há aproximadamente um ano, via eleições diretas, com chapa única. Ao assumir a Associação, o casal transferiu sua residência para o bairro, pois até então residiam em outro local. O mecanismo de eleição de não-moradores para a presidência da associação, o papel da mesma, bem como de seus representantes e representados não foram esclarecidos, razão pela qual deixei de ter clareza sobre a sua relevância para a pesquisa.

Nesse primeiro diálogo com D. Aparecida, mais conhecida por Cida, expus os objetivos gerais da pesquisa, solicitando-lhe auxílio na intermediação com as pessoas da comunidade. Cida prontamente se dispôs a me ajudar. Fui, então, convidada a participar das reuniões promovidas pela Associação, como organização da festa do Dia das Mães e distribuição do ticket de leite, já agendadas.

Na Associação funciona uma creche, que atende a cerca de 140 crianças de 2 a 5 anos, administrada pela sua presidência. No dia 29 de abril de 1989, Cida resolveu, com as demais professoras, organizar uma festa para o Dia das Mães. Assim, às 20 horas daquele dia, haveria uma reunião com os pais dos alunos da creche, a fim de que eles colaborassem, adquirindo um presente para as mães, a ser entregue pelos filhos na festa comemorativa, promovida pela escola.

Compareci à referida reunião. Pelo seu caráter eminentemente masculino, parecia ser uma ótima oportunidade para manter um contato inicial com os homens do local. Confesso que fiquei um pouco frustrada em virtude do baixo índice de comparecimento. Apenas oito pais participaram de reunião. relatei-lhes meus objetivos, solicitando-lhes que me fornecessem seus endereços, a fim de que eu pudesse visitá-los para novas conversas. Aparentemente, não demonstraram resistências, mas também não houve nenhuma manifestação simpática ou entusiasmada pelo trabalho.

Nessa reunião, discutiu-se, além da organização da "festinha" do Dia das Mães, o reajuste da mensalidade da creche. Cida expôs as dificuldades financeiras que a escola estaria atravessando, a falta de recursos governamentais para a sua manutenção, e sugeriu que a mensalidade passasse de NCz\$ 2,00 para NCz\$ 5,00 por mês, para as crianças que ficavam meio período, e de NCz\$ 5,00 para NCz\$ 10,00, para as crianças do período integral. O reajuste foi aprovado, não sem algumas reclamações e questionamentos, particularmente pelo fato de serem poucos os pais presentes para a sua aprovação. Também foi aprovado o reajuste da mensalidade da Associação de NCz\$ 0,03 para NCz\$ 1,00 ao mês<sup>14</sup>.

Participei ainda, em outra ocasião, da reunião referente à distribuição do ticket de leite, fornecido pelo governo federal, sob a responsabilidade da Associação.

---

<sup>14</sup>A Associação, na época, contava com cerca de 300 filiados.

Cerca de 150 mulheres estiveram presentes e se reuniram com o objetivo de receber esse benefício. Essa reunião acontece mensalmente, aos sábados à tarde. Porém, dado o contingente de pessoas num espaço bastante exíguo e o interesse das presentes apenas no ticket de leite, obtive pouco sucesso no estabelecimento de novos contatos. Apenas dez pessoas forneceram-me seus endereços.

Após esses primeiros contatos com a comunidade, e depois de ter assistido às homenagens do Dia das Mães, duas questões pareceram-me claras. A primeira diz respeito ao fato de que a população começava a me identificar como a "menina da COHAB-Ct", atribuindo-me a função de fiscal das ações tanto dos moradores do Conjunto quanto da Associação, na figura de sua presidente, principalmente no que tange aos critérios para distribuição do ticket de leite.

Essa interpretação decorre da forma como Cida me apresentava às pessoas na reunião, sugerindo possíveis vínculos meus com a COHAB ou com o governo, embora tivesse conhecimento de que esses inexistiam. Confessou-me depois que o vínculo com uma instituição forneceria tanto legitimidade à minha pesquisa como à sua gestão na entidade. Essa revelação me deixou constrangida e decidi que a Associação não era um bom lugar para a pesquisa.

A segunda questão refere-se ao pouco interesse que a exposição pública do assunto-objeto do trabalho obtinha junto aos ouvintes. A inflação ou parecia ser uma coisa óbvia para todos, que não merecia ser discutida, ou não se tratava de um problema deles, mas sim dos "outros", "do governo".

Tendo em vista esse cenário, um tanto desanimador, decidi iniciar as visitas aos locais de moradia, a partir dos endereços anteriormente anotados. Nessa segunda etapa, visitei, nas tardes de sábado, famílias beneficiárias do ticket de leite, cujas mulheres pareciam, à primeira vista, dispostas a serem entrevistadas da pesquisa. Essas visitas permitiram que eu entendesse melhor a

dinâmica da associação de moradores e desse o ponta-pé inicial à pesquisa de campo, estabelecendo um diálogo com os moradores sobre as questões que diziam respeito ao interesse central da minha pesquisa. Vale a pena, no entanto, antes de apresentar os resultados das entrevistas, oferecer um quadro dos problemas relacionados com as práticas associativas instituídas. O drama em torno dos tickets do leite ilustra bem essa problemática, como veremos a seguir.

### 3.1 DINÂMICA ASSOCIATIVA: O TICKET DE LEITE

O Programa Nacional do Leite (PNL) foi implantado em 1986 pelo governo federal. Sua operacionalização e organização coube à Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), que era diretamente vinculada à Presidência da República e tinha como função atuar junto às associações comunitárias.<sup>15</sup>

Esse Programa integrava o rol de ações de políticas sociais do governo da “Nova República”, instalado num clima de redemocratização do país, e tinha como objetivo principal distribuir leite para crianças carentes de 0 a 7 anos de idade. A definição em atender a essa faixa etária baseou-se em avaliações médicas, que alertam sobre os riscos de danos irreversíveis ao desenvolvimento biológico causados nessa faixa etária por deficiências alimentares.

A equipe técnica responsável pela elaboração do modelo de operacionalização e implantação do programa delimitou como público-alvo crianças de família como renda mensal de até dois salários mínimos. Com esse critério estimava-se atingir, de forma gradativa, cerca de 10 milhões de crianças. O modelo operacional foi elaborado pelo SEAC, a partir da definição de que a distribuição do leite seria realizada pelas entidades comunitárias, diretamente aos

---

<sup>15</sup> Devido à escassez de informações sobre o Programa, este item tem como fonte os depoimentos de técnicos da SEAC e LBA e o Estudo de Torres Filho e Carvalho (1989).

beneficiários, por cartelas mensais com 30 tickets de leite cada uma. Com isso, evitava-se a criação de mais uma instância burocrática estatal para compra e distribuição do leite, uma vez que os beneficiários trocavam os tickets por leite no comércio varejista de sua preferência.

Dessa forma, estabelecem-se os mecanismos de operação do Programa, que constituía no seguinte: as cartelas de tickets de leite eram impressas pela Casa da Moeda com os mesmos cuidados de segurança do dinheiro, de modo a impossibilitar sua falsificação.

Os tickets eram repassados pela Casa da Moeda à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que, possuindo agências em todos os municípios do país, distribuía-os às entidades comunitárias, conforme listagem fornecida pela SEAC, mensalmente. A SEAC se responsabilizava pelo credenciamento e seleção das entidades comunitárias habilitadas a distribuir o benefício. O Banco do Brasil pagava os tickets somente aos usineiros, através da instituição da "Conta de Leite" do Tesouro Nacional. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) foi encarregado da elaboração de controle computadorizado para o Programa, desenvolvendo os formulários necessários e montando o sistema de acompanhamento. As instituições públicas citadas assinaram contratos de prestação de serviços à SEAC. O Projeto Rondon também firmou acordo com a SEAC para fiscalização e controle do Programa.

Estabelecido o esquema operacional, a SEAC implantou o Programa, por meio da seleção e credenciamento das entidades comunitárias que se habilitavam a administrar o benefício, tais como: associação de moradores, organizações religiosas e assistenciais, sindicatos.

O credenciamento era efetivado pela assinatura de um convênio entre a SEAC e a entidade selecionada. Cada entidade comunitária recebia para

distribuição um mínimo de 50 e um máximo de 100 cartelas de tickets por mês. Com esse procedimento, esperava-se, por um lado, atender a entidades de menor porte, porque acreditava-se serem os grupos menores mais eficientes, e, por outro, incentivar a criação de diversas associações de bairro ou favela. Em princípio, não foram efetivadas discriminações, sendo aceitas todas as associações que se apresentavam. Exigia-se da entidade o registro, de acordo com a legislação competente, ou na falta desse, um aval de órgão de assistência social com os quais já tivesse trabalhado. Outra exigência era que a entidade selecionada atendesse somente a famílias com renda de até dois salários mínimos e filhos com idade entre 0 a 7 anos.

A seleção das famílias ficava a critério das entidades comunitárias, uma vez que se partia do suposto de que esta deveria conhecer, melhor que ninguém, seu público. Cadastradas as famílias, as entidades faziam a entrega das cartelas de tickets, preferencialmente às mães de famílias carentes, em reuniões mensais.

A entrega dos tickets às mães era recomendada por dois motivos. Em primeiro lugar, porque dentre as famílias necessitadas, supunha-se que as chefiadas por mulheres eram mais carentes. Em segundo lugar, porque as mulheres têm se revelado, segundo os técnicos da SEAC, mais zelosas no trato familiar, principalmente no que se refere à alimentação. Com isso, pretendia-se minimizar os riscos de desvios de tickets para outros fins.

Quanto à exigência de reuniões mensais com as famílias beneficiárias para entrega dos tickets, também havia dois motivos para esse procedimento. O primeiro era o fato de a SEAC supor que a comunidade reunida fosse capaz de exercer forte poder de fiscalização sobre as famílias que não necessitassem de fato dos tickets, ou que o estivessem trocando por outra mercadoria que não o leite. Procurava-se, com isso, reduzir os riscos de desvios do Programa.

O segundo motivo era que o Programa pretendia ter uma abrangência mais ampla do que a simples distribuição de tickets de leite. Estava previsto, na concepção de implantação dessa política, que as entidades, ao reunirem as famílias para entrega dos tickets, conduzissem debates sobre temas a princípio sugeridos pela SEAC, tais como: "alimentação e saúde", "doenças evitáveis com vacinação", "cuidados com as doenças", "como melhorar seu bairro", "orientações para criação de hortas comunitárias", "mutirão para construção e reparos" etc. A SEAC distribuía o material didático para a condução desses debates e esperava que a consolidação do Programa levasse as próprias famílias beneficiárias a sugerirem temas de seu interesse, tomando consciência da importância das ações coletivas e da eficácia de soluções comuns.

O controle do Programa foi concebido na sua própria forma de funcionamento. Assim, nos procedimentos adotados, inseriam-se mecanismos subjacentes para evitar desvios e mesmo apontar para providências e correções:

- a) confecções dos tickets na Casa da Moeda, em papel de seu monopólio, para evitar falsificação;
- b) custódia e distribuição dos tickets às entidades pela EBCT, com controle dos recibos feitos por compradores;
- c) entrega dos tickets às famílias em reuniões mensais, para que a própria comunidade exercesse papel de fiscalização sobre si mesma;
- d) entrega dos tickets, preferencialmente às mães, supondo serem mais zelosas com alimentação familiar e menos audaciosas para vender os tickets ou trocá-los por outras mercadorias;
- e) o fato de os comerciantes só poderem usar os tickets para pagamento diário aos distribuidores de leite deveria evitar que os aceitassem por outras mercadorias;

- f) o reduzido número de intermediários que manipulava os tickets, somente três, as famílias, os comerciantes e os usineiros, impossibilitava a sua utilização como moeda.

O Programa foi extinto no final de 1990, quando já beneficiava cerca de 5 milhões de crianças, segundo estimativas dos técnicos da SEAC. O argumento para a extinção, que a princípio era temporária, foi de que essa política deveria ser melhor avaliada. Meu objetivo não é avaliar a eficácia desse Programa ou julgar acertos e erros em sua extinção. Apenas pretendo apresentar o Programa como cenário para análise da forma como ele estava sendo utilizado pelos moradores do local onde realizei a pesquisa de campo, e ainda como indicativo das práticas econômicas dessa população.

No local, existiam quatro associações de moradores que administravam a distribuição de tickets de leite. Esse relato refere-se a apenas uma delas, qual seja, a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Atenas I, onde iniciei a pesquisa de campo.

Essa Associação foi fundada em 1985, com o objetivo de mobilizar os moradores para reivindicar, junto ao poder público, melhorias para o local. A criação de associações de moradores nos conjuntos habitacionais da COHAB era incentivada pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Companhia, (DDS), o qual presta assessoria quanto à organização e ao funcionamento da entidade. Isso porque a instalação de conjuntos prevê espaços destinados a atividades comunitárias, como clube de mães e creches, que devem ser administradas por Associações de Moradores. Além disso, as entidades comunitárias funcionam como interlocutoras do poder público para a implementação de diversos programas de assistência social em conjuntos habitacionais.

Com o Programa de leite não foi diferente, as assistentes sociais da COHAB-Ct informaram a Presidência da Associação sobre a existência do

Programa e como deveria proceder para se cadastrar. Por seu turno, a Presidente da entidade, rapidamente, habilitou-se ao benefício junto à SEAC. Para isso, contou com apoio do DDS-COHAB, que, via carta de recomendação ressaltando a idoneidade da Associação e a necessidade dos moradores ao benefício, apresentou a entidade à SEAC.

Aprovado o credenciamento, a Associação obteve o direito de distribuir o número máximo de 100 cartelas mensais, contendo cada uma 30 tickets de leite. Iniciaram-se então os procedimentos para selecionar as famílias que seriam beneficiadas. A princípio, houve a divulgação do Programa com as mães que tinham filhos freqüentando a creche administrada por essa Associação. No entanto, essa divulgação não ficou restrita a esse universo; por meio conversas com os moradores do local, o Programa foi amplamente divulgado, tendo, durante toda a sua vigência, o número de inscritos demandantes superado a oferta de tickets distribuídos pela Associação. Esse fator provocou uma competição incansável entre a população do local para comprovar quem eram os mais carentes, merecedores do benefício.

À Associação cabia a tarefa de arbitrar essa competição e selecionar as famílias beneficiárias do Programa. Para cumprir tais objetivos, adotavam-se os seguintes procedimentos:

- a) filiação do interessado no benefício à entidade, com a cobrança de mensalidade;
- b) cumprimento por parte do interessado dos requisitos exigidos pelo benefício, quais sejam:
  - comprovar renda familiar mensal de até 2 salários mínimos;
  - apresentar certidão de nascimento dos filhos entre 0 a 7 anos de idade;
  - ser morador do local.

Feita a seleção das famílias, os tickets eram distribuídos nas tardes do primeiro sábado de cada mês. Antes, porém, o beneficiário deveria quitar a mensalidade junto à Associação, que correspondia a cerca de 1,0% do salário mínimo, e participar da reunião promovida pela entidade. A pesquisadora participou de algumas dessas reuniões. O descumprimento desses dois requisitos, sem justificativa plausível, implicava a exclusão do beneficiário do Programa. Nessas reuniões, a Presidente e seu marido Vice-Presidente, faziam informes gerais a respeito de suas atividades comunitárias. Em geral, relatavam as dificuldades financeiras enfrentadas para administrar a creche, divulgavam planos de melhoria para o bairro, como, por exemplo, reforma na sede do centro comunitário e na cancha de esporte, ampliação da creche, implantação de hortas comunitárias etc. Constava também da pauta dessas reuniões solicitação para que a comunidade participasse dos diversos eventos promovidos pela Associação, tanto com sua presença quanto com donativos. Os eventos mais comuns eram a realização de bingos e/ou bailes, festas juninas, campanhas de doação de roupas e/ou alimentos, comemoração de datas festivas, como o dia das mães, dos pais, das crianças, dos professores, Páscoa e Natal.

Essas ocasiões eram ainda aproveitadas para exaltar a dedicação da Diretoria da Associação aos moradores do local. Nesse sentido, reafirmava-se o esforço empreendido, segundo sua Presidente, sem o devido reconhecimento e/ou pagamento, para melhorar as condições de vida de seus associados, administrar a creche e promover a assistência social. O direito de distribuir o ticket de leite era sempre lembrado como uma conquista da Diretoria.

As reuniões eram realizadas, com freqüência, em duas etapas, por não se dispor de espaço físico para acomodar ao mesmo tempo 100 mulheres. Na porta do local ficava a secretaria da Associação, com a incumbência de cobrar as mensalidades. Os encontros eram precedidos por orações e agradecimentos a Deus, puxados pela Presidente da Associação, que se declarava muito católica.

As participantes dessas reuniões, em sua maioria, assistiam a tudo com um certo desinteresse e ansiedade. O tumulto era grande, principalmente por conversas paralelas ou pela inquietação das crianças que acompanhavam suas mães.

A diretoria da Associação relatou à pesquisadora, em tom de reclamação, suas dificuldades em desenvolver um bom trabalho para os pobres do local, uma vez que esses eram extremamente acomodados e desinteressados, segundo suas palavras: "cada um só pensa em si próprio, e não reconhece o esforço da gente."

Na tentativa de distribuir o benefício, para os que realmente dele necessitavam, a Presidente da Associação adotava alguns procedimentos de controle, como visitas de surpresa às residências dos beneficiários, a fim de verificar as reais condições da população-alvo do Programa e o grau de carência de cada família. Essas visitas poderiam resultar na exclusão do beneficiário. A propriedade de alguns bens comuns ou duráveis, como, por exemplo, o número de televisões em cores, vídeo-cassete, até o número de filhos menores que eram beneficiados com o Programa e o recebimento de outras rendas, mesmo que eventuais, justificavam a exclusão. A possibilidade de proceder a um recadastramento geral, com a intenção de verificar aqueles que realmente poderiam ser os beneficiários do Programa era uma ameaça constante, reforçada pela grande rotatividade de beneficiários.

A acusação de que os critérios eram flexíveis e que aspectos subjetivos concorriam para a seleção das famílias transformava o Programa em objeto de críticas e acusações informais que tinham o caráter de fofoca. Durante a pesquisa, não obtive nenhuma informação sobre o fato de alguém recorrer aos organismos competentes para formalizar denúncias de desvio no Programa.

Esse fato é significativo à medida que o acesso ao benefício representava, em 1989, um acréscimo de 32,0% do salário mínimo ao orçamento, atrativo substancial para deflagrar as competições e os conflitos.

Vejamos então como a distribuição de ticket de leite era percebida pela população, enquanto política social, e o tipo de relação que se estabeleceu entre os beneficiários de uma política pública e seus intermediários.

Convém registrar que das dez primeiras entrevistas realizadas em profundidade, cinco entrevistados eram beneficiados pelo ticket de leite e dois estavam inscritos na fila de espera para conseguir o benefício. Já, dos 45 entrevistados na segunda etapa da pesquisa, 24 tinham o benefício, perfazendo 54,8% do total. Observou-se, porém, que apenas 17,4% dos beneficiários enquadravam-se nos critérios do Programa, no que tange ao limite de renda familiar de 2 salários mínimos, e somente dois entrevistados possuíam renda superior a 6 salários mínimos.

Quanto às demais exigências - ter filhos menores de 7 anos de idade, pagar mensalidade da Associação, participar das reuniões e residir no local - todos os beneficiários, entrevistados da pesquisa, diziam cumprir plenamente esses requisitos. Entretanto, os entrevistados ressaltaram a existência de pessoas, beneficiadas pelo Programa, que não cumpriam algumas dessas exigências.

Posto isso, apresentamos, ainda que de forma fragmentada, as opiniões dos beneficiados e não-beneficiados a respeito do Programa do Leite.

Observou-se uma aprovação consensual quanto aos objetivos dessa política social. Porém, os entrevistados apontaram diversas deficiências no Programa, sobretudo com relação à forma como o benefício era administrado pela Associação de Moradores:

O ticket-leite foi uma coisa boa desse governo. O Sarney acertou, é bom receber leite de graça, foi a única coisa boa do governo dele. Mas, o que não tá certo é a Associação dar o leite pra quem ela acha que é pobre. Todo mundo que mora aqui tem criança pequena, precisa do leite.

Dentre as reclamações mais comuns, constam: a obrigatoriedade de participar de reuniões aos sábados à tarde, pois esse dia é reservado, em particular pelas mulheres que trabalham fora, para colocar a casa em ordem. Outra reclamação é ter de se associar à entidade e pagar a mensalidade:

Se você está ganhando uma coisa é porque você precisa; ter que pagar para ganhar, não sei não, isso não está lá muito certo.

O limite de 2 salários mínimos para a obtenção do benefício também era igualmente muito questionado. Segundo alguns entrevistados, não é o quanto se ganha que define a situação de carência, mas sim a necessidade de cada um. O indivíduo está capacitado para avaliar se precisa de ajuda. Assim, o salário que recebe não pode servir de base para determinar se precisa ou não ter acesso ao ticket de leite.

Esse último argumento justificava a utilização de diferentes mecanismos para se comprovar a renda mínima exigida pelo Programa, os quais motivaram inúmeras denúncias, em geral daqueles que tentavam ter acesso aos benefícios sem sucesso; como se depreende das seguintes afirmações:

Tem gente que vai e mente, pega declaração falsa de salário e consegue. Como eu não minto, não consegui receber o ticket.

As pessoas são muito sem vergonha, diz que ganha pouco só para receber o ticket, quando na verdade ela ganha bastante e podia comprar o leite.

Tem família que a mulher trabalha, o marido trabalha, ganham bem e recebem o ticket, eu com o meu marido desempregado, com filho pequeno, eles disseram que não tinha mais ticket para me dar. Agora tô lá numa fila sabe Deus até quando. Vou esperar porque sei que tenho direito.

A denúncia da falta de rigor da Associação em seguir os critérios preestabelecidos, combinada à realidade salarial dos moradores, que em sua maioria recebem uma renda superior à exigida pelo Programa, contribuiu para formularem essas opiniões críticas a respeito da administração do Programa levada a efeito pela Associação.

Na visão dos entrevistados, o ticket, como um benefício oferecido pelo governo, deveria ser estendido a todos os moradores do local com filhos menores, independente da renda. Trabalhos que analisam a percepção da população a respeito de políticas sociais para população de baixa renda constata certo desconforto das pessoas em receber ajuda do governo (Motta & Scott, 1983). Nesse caso, observou-se o contrário, pois a maior parte dos entrevistados acreditava ser o ticket de leite um direito conferido pelo governo. Assim, para recebê-lo, diversos expedientes foram utilizados e ninguém sente qualquer constrangimento por estar ganhando leite do governo. Em nenhum momento, o acesso ao Programa era visto como um fracasso individual, tanto de homens quanto de mulheres, porque não estavam "dando conta" de sustentar sua prole. A crítica ao Programa sugere que ele deveria beneficiar todos os moradores do local, sem discriminá-los em função das diferenças de rendimento; assim, legitimam o ocultamento de sua renda real. Conforme relatou um entrevistado: Receber o ticket é muito bom, com o dinheiro do leite eu economizo para comprar outras coisas. Isso é uma das poucas coisas que o governo fez de bom, não é todo mundo que pega, mas eu acho que quem tem criança pequena tinha de receber.

O Programa prevê uma segmentação dos moradores com base na renda, o que permite à Associação operacionalizá-lo de maneira arbitrária. Daí as desconfianças em relação à Associação:

A associação não dá o ticket só para aqueles que precisam e ganham pouco, às vezes ela (Presidente da Associação) dá conforme a pessoa, se for amigo dela, e também se for lá e mentir bastante.

Eu acho que essa Associação é uma politicagem só, não quer ajudar ninguém, eles só pensam em política; o marido da Cida já foi candidato a Deputado, não ganhou. Não sei, mas eu acho que em outra eleição ele quer ser candidato de novo.

Eles dizem (Diretoria da Associação) que trabalham para ajudar a gente, eu não acredito, alguma coisa eles devem ganhar, ninguém trabalha de graça, por amor à arte.

Essas desconfianças, por sua vez, serviam de argumento para as pessoas não só criticarem a atuação administrativa da Associação, como também de

desculpa moral para aqueles que obtinham o ticket, sabendo que não se enquadravam nos objetivos do Programa. Como diz uma entrevistada: "Se os outros mentem, eu também fui lá e menti para conseguir ganhar o ticket [...]. Depois se o governo dá, a gente tem de pegar não é? Senão outra vai lá e pega".

As constantes ameaças da diretoria da Associação em moralizar a distribuição dos benefícios pelo recadastramento, para excluir do Programa aqueles que não preenchiam os critérios estabelecidos, eram respondidas pelos beneficiários com descaso e contra-ameaças, como, por exemplo, denunciar a atuação da entidade em programas de rádio e televisão.<sup>16</sup> Entretanto, as exclusões não provocavam qualquer tipo de reação concreta, somente ameaças, queixas e ressentimentos.

Ameaçar com denúncias em programas populares de rádio e televisão, tal como se observa no telejornal "Aqui Agora", tem sido uma prática que faz desses canais um substituto informal do Estado, em virtude da estratégia assistencialista e justiceira adotada por esses programas. Assim, a frase "vou chamar o Aqui e Agora" virou bordão ameaçador daqueles que, quando lesados nos seus direitos de qualquer natureza (cidadania e/ou consumo), ao invés de fazer a denúncia às instituições públicas competentes, recorrem aos programas populares de rádio e televisão, tanto para formalizar suas denúncias, quanto para ameaçar os transgressores de regras legais e normas de conduta ética. Esse fato revela o descrédito, de uma parcela da população, na atuação do Estado e da Justiça para solucionar problemas.

As denúncias e desconfianças dos associados em relação à forma como a Associação administra o Programa podem ser explicadas em virtude das transformações no papel que essa entidade representa junto a seus associados. Ao assumir a tarefa de implementar o PNL, conforme critérios preestabelecidos pelo

---

<sup>16</sup> Com frequência, citavam os programas locais de televisão e rádio, como "Cadeia" e "Carlos Simões" como representantes legítimos para as suas denúncias.

governo, a Associação, de entidade criada para representar e defender interesses coletivos da comunidade local, assume o papel de intermediária na execução de uma política social, passando a representar também interesses externos, o que requer dela o cumprimento dos requisitos definidos para a obtenção do benefício.

Assim, administrar o Programa exige que a Associação recorte seu território, em função da renda, o que fragiliza os laços de identidade e solidariedade, que justificaram sua constituição, provocando as denúncias e as desconfianças dos associados, a respeito da capacidade e legitimidade dessa entidade em executar o Programa. Isso porque a distribuição do benefício obriga a Associação a privilegiar uns em detrimento de outros, na oferta de um benefício que, para todos, é percebido como um mecanismo importante de acréscimo na renda familiar e no aumento de sua disponibilidade para o consumo.

O ticket de leite era consumido coletivamente pela unidade familiar, e não apenas pelos clientes (crianças de 0 a 7 anos de idade). Servia também para o pagamento de pequenas dívidas entre os vizinhos; era trocado por vale transporte, ou mesmo usado como troca de favor e produtos. Ou seja, um ticket poderia ser trocado por um quilograma de açúcar, ou outros gêneros alimentícios de primeira necessidade; em ocasiões que uma vizinha prestava um favor, como cuidar das crianças para a mãe sair, poderia ser pago com tickets de leite. O recebimento de um presente (um prato de doce ou salgado) também poderia ser retribuído com um ticket. Dessa forma, o ticket de leite funcionava como quase-moeda, que era aceita, em particular, num mercado composto pela rede de relações sociais das famílias beneficiárias.

O conjunto dos entrevistados que recebia ou já tinha recebido ticket de leite é unânime em afirmar o seu caráter de suplementação significativa ao orçamento doméstico, razão pela qual essa doação motivava tantas disputas para manter o direito ou conquistar esse benefício.

Em outras palavras, a concepção técnica dessa política social incluía, além da transferência de renda à população carente, uma forma de incentivar a participação popular ao implementar essa política via entidades comunitárias. Como foi visto na apresentação, PNL insere-se na proposta política de democratização do poder e promoção de justiça social, por meio de incentivo à participação comunitária. Figurando como estratégia e alvo da ação governamental, a participação comunitária ocupa lugar de destaque no discurso da época, à medida que, como instrumento de implementação da democratização do poder, enuncia, como perspectiva, a reaproximação entre Executivo e sociedade. Ou seja, preocupado com a institucionalização de canais de interlocução política, especialmente com as classes populares, o discurso governamental atribui à participação comunitária papel fundamental enquanto instrumento de participação na gestão pública. Daí a participação ter assumido a condição de principal recurso tanto na implementação quanto na administração dessa política social, somada às finalidades específicas de popularização do governo recém-eleito indiretamente e à integração popular à gestão administrativa.

Entretanto, a forma como a Associação de Moradores administrava o Programa do Leite e como a população o recebeu difere da proposição idealizada pelo governo, uma vez que as reuniões para distribuição do benefício não funcionavam como incentivo à participação comunitária e nem como espaço de democratização das relações entre Estado e sociedade.

A disputa entre os moradores e a Associação para obter e/ou garantir o benefício ocorreu quase sempre em função de interesses individuais, o que indica, com clareza, como esses atores estavam longe da idéia de comunidade, que dava suporte às representações sobre a participação popular e que integrava a estrutura e funcionamento dessa política social.

Cumprê destacar que a Associação representa junto à comunidade local um papel de assistência social, legado pelo Estado, e distribui o benefício àqueles que melhor se ajustem aos seus objetivos, não respeitando os critérios de justiça social estabelecidos originariamente pelo Programa Nacional do Leite.

Sem dúvida essa Associação pode ser classificada, conforme proposição de Cardoso (1983), como uma forma de ação coletiva instrumental pragmática, isto é, representa um território (Conjunto Atenas II). Em decorrência do seu pragmatismo, essa organização busca aliados temporários entre aqueles que possam ajudá-la a promover suas demandas com maior eficiência; mantém com as instituições públicas uma postura cooperativa; adota como procedimento para encaminhar suas reivindicações, em particular, o abaixo-assinado, sem exercer pressões com grandes mobilizações, posto que precisa ser considerada representante legítima da população local, perante os órgãos públicos.

O caso da administração do PNL exigiu que a Associação recortasse o território representado, assumindo a função de repassadora de renda para os mais carentes. Ao dividir seus membros entre aqueles que vão receber ou não um benefício, a Associação perde a sua função original, que possibilitou sua legitimação pelo Estado como representante dos moradores.

Na verdade, a administração do Programa, em função de suas características, transformou a Associação de potencial espaço onde, baseados em laço simbólico, interesses comuns dos moradores transformam-se em demandas coletivas, em palco para que as diferenças fossem objeto de disputa entre moradores. Isso não quer dizer que os moradores não tenham consciência das diferenças que os separam, e que são evidentes para o visitante que se aproxima do local.

Diante dos conflitos em torno do ticket e da dinâmica da Associação, iniciei as entrevistas com as pessoas que haviam se mostrado dispostas, que me forneceram seus endereços; depois, com outras contatadas a partir desses entrevistados.

### 3.2 DA ASSOCIAÇÃO ÀS ENTREVISTAS NO LOCAL DE MORADIA

A segunda etapa da pesquisa no Conjunto Habitacional consistiu em visitas, nas tardes de sábado, às famílias beneficiárias do ticket do leite. Realizei dez entrevistas (gravadas) e diversas conversas informais, com cerca de 15 famílias.

Embora seja possível caracterizar esses entrevistados como pertencentes a classes populares, o cotidiano do bairro estabelece diferenciações entre “pobres”, “muito pobres” e “quase não-pobres”. Essas diferenciações já ficam patentes no momento em que nos aproximamos das residências, em virtude das diferenças nas edificações.

A história do local revelou que os "muito pobres" já não se encontravam mais no conjunto; a maioria havia vendido suas casas. Outro fator instigante no local consiste na prática comum de permuta entre os diversos proprietários, isto é, aqueles que adquiriram casas pequenas e sem divisória trocam-nas por apartamentos. Alegam como justificativa para tal prática as dificuldades econômicas para reformar ou dividir os cômodos da casa. Assim, ao perceber que não têm possibilidades de poupar recursos suficientes para a reforma, optam pela troca, ou seja, por um apartamento considerado melhor para se viver. O morador original do apartamento, em geral com melhores condições financeiras, não gosta de sua residência, referindo-se ao domicílio com adjetivos depreciativos: "casa de pombos", "puleiro" etc. Com disponibilidade para proceder à reforma na casa, ele aceita e até incentiva a troca. Ao olhar o cenário, observa-se a inexistência quase que total de casas no seu formato original.

A escolha desse local para a realização da pesquisa está pautada em características sócio-econômicas observadas: o nível de renda dessa população (entre 3 a 5 salários mínimos) e o fato de serem moradores-proprietários de suas residências, em um conjunto habitacional destinado a atender à população de

baixa renda. A localização próxima da Cidade Industrial de Curitiba, pólo moderno da indústria paranaense, facilita a convivência de trabalhadores inseridos nas diferentes atividades econômicas, além da concepção, *a priori*, que a pesquisadora tinha de o conjunto ser extremamente heterogêneo, em virtude da forma como foi concebido e construído. Isto é, no mesmo espaço existem diferentes edificações. A heterogeneidade da construção refletiu, embora não mecanicamente, uma acentuada heterogeneidade de relações sociais, à medida que se impôs a convivência de “pobres” com “muito pobres” e “quase não-pobres”, uma vez que cada tipo de edificação destina-se a uma população específica. No geral, contudo, pode-se classificá-los todos como integrantes das classes populares.

As pessoas que investem na reforma da casa buscam uma diferenciação social. À medida que possuem uma casa diferente das da COHAB e ficam com uma “casa boa”, e diferente das demais, deixam de pertencer ao universo classificado como população carente ou de baixa renda. A reforma das casas é acompanhada da construção de muros e grades, como se em um gesto simbólico se separassem “do resto”, dos outros pobres e ex-favelados. Não raras vezes, presenciei a proibição de que filhos bricassem com as outras crianças na rua, embora a convivência entre as crianças seja facilitada pela frequência de todos na mesma escola pública do bairro. É comum a cena de crianças conversando entre as grades e muros que separam a casa da rua.

Com relação às entrevistas, foram realizadas basicamente com mulheres. Isso porque elas detêm o controle da renda familiar. São elas que se responsabilizam pela sua alocação e distribuição. Assim, quando os homens são abordados sobre práticas econômicas, referem-se às mulheres como melhores capacitadas para tratar dessas questões.

As práticas econômicas da população estudada se revestem de certo grau de complexidade, à medida que a dança frenética e imprevisível dos preços, associada aos diversos planos de combate à inflação, resulta na presença da economia no cotidiano das pessoas. Isso exige certo talento nos cálculos econômicos e para o jogo especulativo, que caracteriza o contexto inflacionário. A constatação do alto grau de desenvolvimento dessa habilidade e desse talento foi a primeira surpresa trazida pelo diálogo com os moradores entrevistados. Suas opções econômicas e de investimento são temas do próximo capítulo.

Com as entrevistas, obtive informações sobre assuntos diversos, basicamente suas dificuldades pessoais e a falta de tempo para me atender. Observei um pouco do cotidiano da população e estabeleci um contato mais imparcial com as pessoas, o que se revelou, em alguns momentos, bastante agradável. Isso não significa dizer sem entraves e dificuldades, pois continuava a esbarrar em problemas já conhecidos e comuns aos antropólogos, agora de outra ordem, tais como: a desconfiança da população quanto ao interesse de especular suas vidas econômicas; impossibilidade de gravar entrevistas, em alguns casos devido ao tumulto do cenário, causado por criança chorando, ou brincando, televisão ligada, brigas entre vizinhos, ou entre marido e mulher, dentre outros ruídos; tentativa dos entrevistados de tratar a pesquisadora como cliente do comércio local entre os moradores.

Ainda, precisei responder ao questionamento sobre a minha falta do que fazer nas tardes de sábado, para estar ali conversando com eles sobre assuntos que, muitas vezes, não lhes diziam respeito, pois nem "opinião inteligente" eles teriam a dar. Enfim, foi preciso muito esforço para fazê-los entender a minha presença no local e o meu objetivo de "especular" sobre suas práticas econômicas, permanecendo a dúvida sobre a efetividade desse procedimento e dessa compreensão.

## **4 PRÁTICAS ECONÔMICAS *VERSUS* ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA**

---

#### 4 PRÁTICAS ECONÔMICAS *VERSUS* ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

O método de investigação utilizado foi o da observação participante e intermitente, com entrevistas gravadas e orientadas por um roteiro na primeira etapa, e posteriormente a aplicação de questionário. Esses procedimentos foram adotados com o objetivo de reconstituir, por meio das histórias relatadas, as práticas econômicas dos moradores do conjunto e suas representações sobre a economia e sociedade. Na primeira etapa da pesquisa, predominou o discurso livre e autobiográfico, que buscou ordenar o conjunto de práticas e representações a respeito da economia e, especificamente, como a inflação era vista e vivenciada por um grupo social específico.

Assim, nesse primeiro momento da pesquisa de campo, foram realizadas dez entrevistas. A gravação de entrevistas foi antecedida por diversas conversas informais sobre a conjuntura política e econômica, além de relatos sobre suas histórias de vida e informações quanto à inserção do entrevistado no mercado de trabalho, remuneração, consumo, membros da família, quem compõe a renda familiar, número de filhos, idade etc. O contato com o entrevistado não se encerrava com a entrevista; mantivemos diálogos ao longo de toda a pesquisa, a fim de observar seus comportamentos microeconômicos na prática.

Para analisar as práticas econômicas relatadas pelos entrevistados e abordar a problemática da renda, bem como a experiência comum de conviver com altas taxas de inflação e sucessivas tentativas de estabilização econômica, o conceito que primeiro se apresenta ao pesquisador, considerado básico em análises desse tipo, é o de "estratégia de sobrevivência". Esse conceito, que foi

construído conforme Durham (1980 p.201-213), com base nas pesquisas sobre família que, de uma perspectiva antropológica, tomam a família como objeto de investigação e analisam as representações e as experiências cotidianas dos indivíduos na família. Nesses trabalhos, a família aparece como unidade de reprodução, produção, rendimento e consumo; identificam, que no âmbito familiar, são formuladas as estratégias de sobrevivência imediata e construídos projetos para o futuro, que sempre contemplam ideais de uma vida melhor. Quanto às estratégias de sobrevivência, a autora afirma que nestas pesquisas: “A vida familiar aparece assim como a elaboração de uma estratégia que, jogando com a mão-de-obra disponível entre atividades remuneradas e trabalho doméstico, procura assegurar um determinado nível e modo de consumo.” (Durham, 1980, p.208).

Dessa forma, as pesquisas sobre família definem estratégia de sobrevivência como "arranjos" grupais ou organizacionais dentro ou fora do âmbito da família, que visam maximizar a renda e o consumo e, assim, assegurar sua manutenção. Esse conceito tem sido amplamente utilizado em inúmeras pesquisas antropológicas sobre as reais condições de existência de famílias pobres. E, ainda, de acordo com Durham, essas pesquisas revelam que a família para as classes populares constitui-se enquanto unidade de reprodução e unidade de consumo. Durham constata que os estudos sobre família, para além da reprodução da força de trabalho, demonstram que a família para as classes populares é núcleo de atividades coletivas, em oposição à individualidade das atividades do trabalho; portanto, na família se produzem valores de uso e se realiza o consumo. Então, dentro dos limites de carência a que estão sujeitos os pobres, é na unidade familiar que as decisões sobre a existência são tomadas, tais como alimentação, vestuário, moradia, educação, consumo de bens, considerando-se não-somente os interesses individuais, mais também os da coletividade, que é a família.

Essas pesquisas analisam a organização da família, o trabalho e a ocupação, os mecanismos de ajuda mútua, o endividamento, as despesas familiares, com a preocupação de explicar a subsistência econômica de grupos sociais excluídos dos benefícios econômicos e hierarquicamente subordinados na escala social e política.

Entretanto, sem descartar completamente a utilização do conceito de "estratégia de sobrevivência", pois as informações coletadas sobre a vida sócio-econômica dos indivíduos, que explicitam os diferentes mecanismos adotados para "driblar" a inflação, podem ser identificados também como estratégia de sobrevivência. Entretanto, como já foi dito anteriormente, a preocupação central do trabalho é com a convivência e as representações de um grupo social sobre a economia num contexto inflacionário. Optei por abordar a realidade sob o enfoque das "práticas sociais", por acreditar ser esse conceito mais amplo e abrangente, sobretudo quando empregado conforme a concepção proposta por Bourdieu (1983 p.60-81). Dada a flexibilidade de sua concepção, esse enfoque adquire um significado de certa forma auto-ajustável, minimizando ou até eliminando a sua face generalizante e pouco específica. Para Bourdieu, todo o ser social é produto de um conjunto de situação ao mesmo tempo determinante e determinada compondo o *habitus*.<sup>17</sup> O *habitus*, como relação herdada, é a raiz comum das práticas e estas são produto do *habitus*, isto é, "desse reencontro entre um agente predisposto e prevenido e um mundo pressuposto, ou seja, pressentido e prejudgado, o único que ele (indivíduo) poderá jamais conhecer" (Bourdieu; 1983, p.61)

Pretende-se aqui apenas mostrar a validade da idéia de práticas sociais - nesse caso, práticas sociais com relação à vida econômica de indivíduos. Como

---

<sup>17</sup> Para Bourdieu *habitus* é a mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significante de um agente singular sejam "sensatas", "razoáveis" e objetivamente orquestradas. In: (1983, p. 61)

atores sociais, não-somente respondem a situações, mas também são capazes de produzir e/ou se adequar a essas situações de maneira surpreendente, dependendo da classe social que representem.

A seleção dos entrevistados não obedeceu a critérios rígidos, bastava não-somente ser morador dos conjuntos, além, é claro, de demonstrar boa vontade em responder a perguntas a respeito de suas "práticas econômicas". No entanto, ao iniciar a abordagem, por meio das reuniões de distribuição do ticket de leite, realizou-se um recorte no universo. Selecionaram-se, presumivelmente, os entrevistados com menor nível de renda do local, por serem esses os beneficiários do programa. Esse critério não foi adotado com todos os entrevistados, à medida que convivi com os moradores de um "pedaço" do Conjunto; outros, não beneficiários do ticket de leite, apresentavam-se como entrevistados da pesquisa. A descrição, ainda que resumida do perfil e breve história de vida dos dez entrevistados, ilustra os procedimentos adotados e aponta os caminhos para elaboração da análise propriamente dita.

Começo com uma descrição mais demorada da apresentação que Wilson, Maria e Beatriz fizeram de si mesmos, quando aceitaram o convite para colaborar com a minha pesquisa. A escolha desses três entrevistados, não são representativas dos moradores do conjunto ou dos dez entrevistados.

A particularidade desses três entrevistados é útil para mostrar o que são as práticas econômicas comuns aos dez entrevistados. Essas práticas comuns, no entanto, levaram-me a propor um questionário, de modo a entender se seria possível ampliar para um grupo maior de moradores o que eram práticas levadas a cabo pelos dez entrevistados que contatei no início da pesquisa.

#### 4.1 PRÁTICAS ECONÔMICAS DE TRÊS ENTREVISTADOS

Wilson tem 27 anos, é tecelão, não completou o Segundo Grau, casado com Lourdes, 24 anos, dona-de-casa, Primeiro Grau incompleto, duas filhas de 5 e 2 anos de idade. Reside no local desde 1986. Esse é seu segundo apartamento no conjunto. O primeiro foi adquirido de outro proprietário e vendido em 1987. O segundo também foi adquirido de terceiros, em 1988, onde reside atualmente. Trabalha numa microempresa de confecção, recebendo 3 salários mínimos mensais.

Wilson viveu a infância e adolescência na zona rural; seus pais eram sitiantes. Avalia essa época como uma das melhores fases de sua vida. Tinha espaço e fartura. Não sabe muito bem por que seus pais decidiram vender as terras. Mudaram primeiro para a cidade de Londrina, anos depois para Curitiba, em busca de melhor colocação no mercado de trabalho. "Em Londrina tinha muito pouco emprego; naquela época Londrina era uma cidade muito pequena".

Estudou até a primeira série do Segundo Grau. Nunca teve muito interesse pelos estudos e, atualmente, arrepende-se, poderia ter continuado, feito engenharia ou "algo assim importante." Aprendeu a trabalhar na prática; sempre trabalhou em pequenas empresas do ramo de confecção. No início, como ajudante, depois como tecelão de malhas. Já teve diversos empregos. A troca constante de emprego é justificada pela insatisfação com o salário recebido. "Eu acho assim, se eu peço aumento e o patrão não dá, eu logo procuro outro emprego. Como sei trabalhar, sempre acho, até hoje tive sorte, entende, nunca fiquei mais que três meses desempregado."

Wilson dá preferência a trabalho em microempresa, pois a relação direta com o patrão facilita a negociação de salário. Procura sempre ter um salário fixo, mais um percentual sobre as vendas de sua produção. "O trabalho em microempresa é patrão e empregado conversando. Eu acho assim, eu sempre

trabalhei em microempresa, você tem contato direto com o patrão. Então você vê o lado do patrão e o teu lado. Agora quando você vê que não dá, você tem que tomar uma decisão, sair, procurar outro emprego e não ficar ali."

Casou-se aos 22 anos. Sua mulher não exerce qualquer atividade remunerada. Orgulha-se de ser o provedor de todas as necessidades de sua família. Avalia que o trabalho da mulher acumularia mais prejuízos do que lucros. Isso porque, com os filhos ainda muito pequenos, teriam de pagar creche ou uma pessoa para atendê-los em tempo integral. Como a Lourdes "não sabe trabalhar" (essa expressão significa que não aprendeu nenhuma profissão), seu ingresso no mercado de trabalho só poderia ser em ocupação de baixa remuneração, o que não compensa no atual momento de suas vidas.

Residem num apartamento de dois quartos, que está sendo mobiliado aos poucos. Nos três últimos meses que antecederam a entrevista, Wilson havia feito diversas aquisições de bens para a sua casa. O relato que faz dessas compras ajuda a perceber o tipo de lógica que organiza as representações, que elabora de suas práticas de consumo e poupança.

Como foi dito, esse é o segundo apartamento adquirido no local. O primeiro foi vendido em janeiro de 1986, com a intenção de aplicar o dinheiro em Caderneta de Poupança. Avalia essa negociação como um de seus piores investimentos, devido à implementação do Plano Cruzado. Sobre isso afirma: "eu vendi em janeiro, e apliquei o dinheiro na poupança, iludido, claro que não esperava isso, tava dando 10%, 12%. Daí veio o Plano Cruzado, acabei ficando sem apartamento e sem dinheiro e tive que trabalhar muito. Então, gastei aquele dinheiro, poupança começou a dar 1% e quando vi tava sem dinheiro e perdi o apartamento."

Durante o período que ficou sem moradia, residiu com sua mãe no mesmo conjunto. Seu objetivo era adquirir uma casa com o rendimento da

poupança. Do seu ponto de vista, teve seu projeto frustrado pelo Plano de Estabilização Econômica, que congelou a taxa de juros e o salário. Somente em 1988 conseguiu adquirir, no mesmo local, outro apartamento, o qual diz que só venderá se for para comprar outro ou uma casa no dia seguinte: "Vender para aplicar nunca mais; a gente só leva na cabeça, uma vez tem de aprender, não é?"

Para adquirir o segundo apartamento, Wilson economizou dinheiro durante cerca de dois anos: "Como não pagava aluguel e a poupança começou novamente a render mais, ia colocando um pouco todo o mês. Quando vi já tinha dinheiro para comprar o apartamento". A poupança para comprar o apartamento não foi acumulada apenas com sobras do salário, mas através da compra e venda de bens que lhe permite aumentar sua renda. "Ah, é assim, é o que eu te falei, guardava na poupança 100, às vezes 200 cruzados. Comprei uma moto, ganhei um pouco de dinheiro na venda da moto. Fazia uns "biquinhos" ali, outros aqui; eu sou meio "rolista" entendeu. Se pinta alguém que me diz que quer comprar alguma coisa e eu sei quem tem pra vender eu digo: tenho um negócio pra você, quer comprar? Se o cara pedir Cz\$ 500.000,00, peço Cr\$ 600.000,00, 100 cruzados é meu, porque só do emprego a gente não vive não".

A recorrência na realização de "biquinhos" está presente em várias entrevistas e elas envolvem tanto a intermediação de compras e vendas, como a aquisição de bens, com a intenção de venda futura para adquirir outros que suprissem suas reais necessidades. É sobretudo para essas práticas que vale a pena olhar quando os dados sobre a década de 80 revelam um empobrecimento da população a níveis tão altos. Na ocasião da entrevista, chamou a atenção da pesquisadora um *freezer* novo desligado na sala. Inquirido sobre tal eletrodoméstico, o entrevistado contou a seguinte história: "Eu fui comprar o jogo de quarto; da minha menina. Daí eu vi o *freezer* em oferta. Tava NCz\$ 540.00. Daí eu fiz o plano pra ver se eu conseguiria pagar, quanto é que é se eu der 200 cruzados no *freezer* e 120 no jogo de quarto,

quanto é que eu vou ter que pagar. Ficou duas de 220 cruzados. Como o *freezer* tinha um risquinho na porta eu consegui um desconto, o preço ficou em NCz\$ 470.00. Aí eu abracei na hora, comprei o *freezer* e o jogo de quarto". Utilizou-se do crediário, pagando uma entrada mais duas prestações. Embora estivesse com dificuldades para pagar essa prestação, afirmou que havia valido a pena e, que normalmente era assim que realiza suas compras: "Tá certo, estou meio apurado esse mês, já saio do fundo, no outro mês, e está tudo aí, assim que eu compro as coisas Eu meto a cara, se estiver a fim de comprar, mas assim eu compro no máximo em três pagamentos, senão você paga muito juro; se comprar em cinco pagamentos aí vai pagando, vai pagando e nunca termina."

A aquisição do *freezer* não tinha como objetivo o seu uso. Foi adquirido como reserva de valor. Ao aproveitar o preço em oferta, o entrevistado pretendia vender esse bem em algum tempo por um preço mais alto do que aquele que fora pago. Com algum dinheiro que conseguisse economizar, iria adquirir uma motocicleta; o eletrodoméstico permanecia desligado para não sofrer desvalorização. "Se daqui algum tempo, quando for vender (o *freezer*), ele estiver novinho, sem uso, eu posso pedir um bom preço por ele, entendeu?"

O *freezer* foi vendido dois meses depois por 1.300.000 cruzados novos, para uma amiga de sua irmã. O produto dessa venda foi aplicado na aquisição de uma nova motocicleta. Isso concretizou seu plano: "Eu vou guardar dinheiro para comprar outra moto, porque facilita; se eu vendi a moto para comprar a mudança (móveis e utensílios para casa) entendeu, então eu vou guardar dinheiro para comprar outra moto, unir o útil ao agradável."

Conforme foi relatado, para mobiliar a nova casa, Wilson vendeu sua motocicleta e comprou móveis (mesa, cadeira, sofá, jogo de cozinha, geladeira etc.), o que é descrito da seguinte forma: "Ah, aí eu comprei o apartamento e não tinha mudança, só tinha jogo de quarto, quando eu morava lá na casa da minha

mãe. Eu vendi a moto por NCz\$ 1.200.000, hoje vale uns 2.500, mais ou menos. Só vendi a moto para comprar os móveis, senão não ia nem vender. Aí eu comprei jogo de cozinha à vista, o jogo de sala, a mesa e quatro cadeiras, comprei a vista foi 505 cruzados, depois o sofazinho, a geladeira eu fui lá e dei 200 cruzados de entrada e fiquei devendo o resto para pagar em 30 dias."

A aquisição do aparelho de som "dois em um" e da televisão em cores ocorreu em virtude do seu senso de oportunidade em realizar "bons negócios". O "som" ele comprou usado, de um amigo que estava precisando de dinheiro e a televisão também. Só que esta foi adquirida de seu cunhado, que possuía duas televisões. A história da compra da televisão é bastante interessante, à medida que demonstra a prática de compra e venda de bens como mecanismo de investimentos, utilizado por várias pessoas que compõem uma rede de relações sociais. O cunhado que vendeu a televisão, semanas depois adquiriu outra a crédito, que provavelmente será vendida em outro momento de dificuldade financeira. "Ele tava precisando de dinheiro, aí ele me vendeu a televisão por duzentos. Ele queria mais, mas eu disse: "é pagar ou largar". Ele fez uma jogada, depois ele comprou outra à prestação, em dois pagamentos".

A compra de bens é um ato muito bem pensado. Wilson realiza pesquisa de preços nas lojas e no jornal de domingo antes de adquirir qualquer produto. O pagamento normalmente é barganhado e, no caso de crediário, preferencialmente opta por duas ou três prestações, pois nesse caso os juros são menores. "Eu sinceramente, se eu tiver dinheiro para comprar à vista eu compro. Não gosto de comprar nada além de uma entrada mais dois pagamentos. Porque tem juros, entendeu? Você paga o triplo do preço, entende? Nunca gostei de comprar a longo prazo, no máximo três vezes".

Outro fator importante no momento da compra consiste em aproveitar as boas oportunidades e não deixar para amanhã o que se pode comprar hoje,

pois os preços sobem duas ou três vezes no mesmo mês. Além disso, é preciso ter certa ousadia, não ter medo de comprar e se endividar.

Para Wilson, a inflação é muito manipulada, o índice anunciado nunca é o real. Os comerciantes praticam o reajuste acima da taxa de inflação. "Então, claro, o comerciante, se hoje tem um produto que custa 500 e ele sabe que a inflação vai ser de 30% ele põe 100% em cima, claro eu tenho medo de vender e perder [...] claro que você vai explorar, entende? Porque hoje tem produto que sobe 500%, 1000%." Esse parece ser o raciocínio que orienta as negociações que realiza, razão pela qual sempre diz sair ganhando na compra e venda de bens. "A inflação também é o povo que faz. Todo mundo faz inflação, eu compro um troço hoje por 100, amanhã vendo por 200. Isso não faz inflação?"

Segundo Wilson, a falta de credibilidade no governo provoca insegurança em todos os agentes econômicos. O governo gera cada vez mais inflação, porque ele (o governo) sobe todos os seu preços (luz, gasolina, telefone) bem acima da inflação, "ele gera inflação e o povo fica tudo alvoroçado. Por exemplo, a luz subiu o mês passado 100%, esse mês mais 30%, agora é 130%. Faz a conta, quanto o salário subiu? 28,3%? Por aí você vê a quantia que o povo já perdeu mais de 100%".

Os salários no Brasil são extremamente desiguais e Wilson critica a diferença do maior salário para o menor. Na sua opinião, não é justo um trabalhador ganhar tão pouco e um engenheiro civil ganhar tanto (NCz\$ 30.000) por mês. "Tinha que ter um salário maior, um cara ganha 30 e outro ganha 1 mil, é muita diferença; o engenheiro compra carro e o outro coitado não pode nem comprar bicicleta. Por aí dá pra você ver a diferença. Acho que tem falta de distribuição de renda, porque dinheiro no País tem; disso você pode ter certeza, enquanto um tem outro não tem nada". Assim, além de os salários não

acompanharem a elevação dos preços, "não adianta gatilho, URP e sei lá mais o quê, se você ganha um salário de fome".

Wilson nunca participou de Associações ou Sindicatos; afirmou que, embora nunca tivesse participado de Sindicato, integrava apenas Associação de Moradores do bairro. Porém, não acreditava na sua eficácia, servia apenas para distribuir o ticket de leite. "Não adianta ficar ressentido ou fazer greve, tem de haver uma distribuição justa de renda urgente; diminuir o lucro de quem tem muito. Porque tem pessoas aí que tem um lucro enorme enquanto outros não tem o que comer".

A culpa pela inflação é também atribuída aos empresários fortes, que têm o poder de determinar os preços dos produtos, e, em contrapartida, remuneram mal seus empregados.

Os planos econômicos com objetivo de derrubar a inflação, do seu ponto de vista, foram todos "uma enganação", e privilegiaram os aspectos políticos. Lembra principalmente do Plano Cruzado, que, segundo ele, "não fosse aquele ano, eleitoral, talvez pudesse ter dado certo, mas o PMDB com Sarney pensaram apenas em ganhar a eleição e esqueceram o povo."

Eleitor convicto do Brizola, Wilson ressalta que, na época do Cruzado, Brizola foi o único político contra esse Plano: "tentou abrir os olhos do povo". Para ele, se Brizola ganhasse a eleição para Presidente da República em 1989, os rumos do país poderiam ter mudado. Porque esse candidato tem, segundo ele, diversas qualidades, entre elas a honestidade e a coragem. Na sua visão: "o próximo Presidente, a primeira coisa que deve fazer é combater a inflação, porque essa inflação que tá, ninguém agüenta. A segunda é unir o povo, deixar o povo do lado dele. Ganhar e pegar credibilidade; claro que o presidente eleito com 50% não vai ter credibilidade total e se for o Brizola, muita gente não gosta dele né. Combater a inflação, entende? Tentar acabar com a mordomia. Dizer

assim: "Vamos economizar e vamos combater", se um Deputado ganha 50 mil, vai ganhar 10 mil; normalmente quem é deputado não precisa daquele salário. A maioria é empresário, tem outros que é jornalista, não depende daquilo, viajam de avião e vai pra lá e volta pra cá. Combater esses pontos. Para fazer essas coisas, só o Brizola é que tem peito".

O entrevistado declarou que sempre votou na oposição e critica Collor, lembrando que esse sempre esteve do lado da ditadura e votou no Maluf no Colégio Eleitoral: "O Collor é cobra criada pra mim. Ah, sei lá, esse Collor sinceramente tenho medo deste cara ganhar".

Wilson acompanha as notícias sobre economia e política, principalmente pela televisão. Telespectador do "Jornal Nacional" e do "Jornal da Manchete", prefere esse último por ser "mais informativo", além do que a Globo é contra o Brizola e isso o irrita. Imprensa escrita lê apenas aos domingos, quando compra para ver as ofertas e os "bons negócios", produtos que precisa adquirir ou que poderão ser adquiridos como investimentos.

Para ele, a melhor forma de sobreviver à crise é comprando, pois tudo que se compra, se ganha, pois no dia seguinte está mais caro. Seus cálculos econômicos apresentam sofisticação, como pode ser percebido pela seguinte consideração: "Nesse apartamento eu ganhei dinheiro. Porque NCz\$ 4.000, há dois meses atrás, na poupança deu 60%, se é que deu, deu 59% e poucos, assim havia com NCz\$ 6.400 mil. Hoje, o mínimo que ele vale é mais de NCz\$ 10.000 mil cruzados. Eu moro nele, não pago aluguel, vivo aqui. Enquanto o dinheiro no banco estaria 6 e pouquinho e hoje eu não poderia comprar ele". Assim justifica seu ímpeto pelas compras e surpreende-se com o fato de que, num contexto de alta inflação, ganhando um salário relativamente baixo, tenha conseguido adquirir tantas coisas, sem contar que continua fazendo projetos de aquisição de outros bens.



Maria tem 24 anos, Primeiro Grau incompleto, é dona-de-casa, realiza diversos expedientes para auferir renda, como, por exemplo: venda de produtos de beleza, pequenos utensílios domésticos e roupas íntimas através de catálogo. É casada com José, 28 anos, metalúrgico e biscateiro, também com o Primeiro Grau incompleto, dois filhos. A renda mensal familiar é variável em virtude da inserção do casal no mercado informal de trabalho. De acordo com seus cálculos, cerca de 4 salários mínimos. Adquiriram o apartamento de 2 quartos por meio de uma tia que estava inscrita na COHAB-CT, e que, quando chamada para comprar o imóvel, desinteressou-se. Assim, vendeu sua vez na fila da COHAB-CT aos sobrinhos. Como pagamento, o casal deu à tia uma televisão em cores e um aparelho de som três em um.

Maria e o marido são do interior do Estado; vieram ainda crianças para a capital. Ela teve uma infância marcada pela pobreza extrema. O pai abandonou a família, a mãe para sobreviver prostituiu-se. Afirma ter passado muita fome e vergonha, razão pela qual sua principal preocupação hoje em dia é com a alimentação dos seus filhos. “Tinha 4 irmãos, todos pequenos. E a minha mãe começou a viver pros homens e a gente, passou muita fome e vergonha, de chorar de fome. Então isso deixou um trauma. Se falta comida, eu fico doente. Os meus filhos comem bem, mas se falta alguma comida pra eles, eu fico nervosa. Porque quando era criança a gente viveu, eu acho que quatro ou cinco anos, de resto dos outros, a base de pedir, então isso deixou traumas porque eu era muito pobre mesmo, você nem imagina”.

Antes de adquirem a casa no conjunto, enquanto solteria e um tempo depois casada, morou na favela do Parolin, uma das mais antigas e maiores da

cidade. Considera a aquisição da casa própria como o melhor investimento feito pelo casal, motivo de orgulho e visto como concretização de um projeto de ascensão social: "Sair da favela foi a melhor coisa pra mim; morei lá desde criança. Depois que casei, a gente comprou uma casa lá. Veja que cabeça comprar casa na favela! Mas o aluguel era muito caro. Hoje quem mora na casa lá da favela é a minha mãe; ela ainda é muito pobre".

A casa, de tipo simples, foi trocada pelo apartamento onde residem. Quando compraram os direitos da casa da tia, pretendiam realizar reformas; como não foi possível, por falta de disponibilidade financeira, optaram pela troca, que foi efetuada sem ônus de transferência para eles. A pessoa que ficou com a casa arcou com os pagamentos devidos: "A gente trocou a casa que era muito pequena pelo apartamento, porque falamos que nós íamos comprar material por mês e guardar, pra aumentar a casa, só que nunca deu pra comprar nenhum tijolo. O dinheiro que ele ganhava era para pagar a prestação desse sofá, do jogo de quarto, do fogão que nós pagávamos e a prestação da casa. Daí, como saía muita propaganda de troca de casa por apartamentos, a gente resolveu ver para trocar. Eu gostei do apartamento, eu achei confortável, mais espaço e eu tava vendo que a gente nunca ia poder aumentar a casa. Em achei um ótimo negócio. Porque a pessoa que ficou com a casa ela pode aumentar".

Maria, antes de se casar, trabalhou como empregada doméstica, desde os nove anos de idade. Após o casamento, começou a vender produtos por catálogo, o que lhe permitiu compatibilizar esse trabalho com os afazeres domésticos, cuidar dos filhos e contribuir no orçamento familiar. Avalia que mesmo não ganhando muito com as vendas, essas oferecem como vantagem uma disponibilidade de dinheiro durante todo o mês, pois eles utilizam-se do produto total do que foi vendido para suprir, principalmente, as despesas com

alimentação. Quando o marido recebe o salário, eles repõem o dinheiro, quitando a dívida com os representantes dos produtos que comercializa. Importa ressaltar que essa atividade é exercida principalmente no próprio bairro.<sup>18</sup>

José trabalha como metalúrgico numa microempresa de esquadrias de ferro. Aprendeu a trabalhar na prática. Estudou apenas um ano, em classe multisseriadas de escola rural. Entrou nessa empresa como auxiliar de serviços gerais com 20 anos de idade. Antes disso, exerceu diversas atividades (pedreiro, pintor, ajudante) no mercado informal de trabalho. Ainda hoje realiza de forma eventual essas atividades.

A prática de compra e venda de produtos também é utilizada pelo casal como investimento. Na vigência do Plano Cruzado, conseguiram comprar duas televisões em cores no crediário. Porém, já haviam negociado as duas. Uma foi trocada por uma motocicleta. Segundo a entrevistado, foi seu pior investimento, porque seu marido sofreu um acidente e o veículo foi totalmente destruído, tendo que ser vendido por um preço baixo para o ferro velho. A outra foi vendida à prestação para sua mãe. Essas negociações foram relatadas como investimentos mal-sucedidos, pois tanto uma quanto outra resultaram em prejuízos: uma eles perderam, a outra venderam muito barato, porque a sua mãe não tinha condição de pagar mais e ela queria muito uma televisão em cores: "Ah, foi uma pena, a gente se desfez das TVs, porque se a gente tivesse as TVs a gente vendia e comprava um carro".

Na ocasião da entrevista, o casal possuía televisão em cores, adquirida em 1988, através do crediário. Recentemente, tinham adquirido geladeira, pia e armários de cozinha novos; pagaram à vista com o dinheiro obtido no acordo trabalhista que José havia feito com seu patrão. Televisões, rádios, rádios

---

<sup>18</sup> Conheci Maria quando ela me ofereceu seus produtos.

gravadores e aparelhos de som eram adquiridos e revendidos pelo casal diversas vezes nos últimos anos. As compras e vendas são orientadas pela leitura das ofertas nos jornais de domingo: "Às vezes eu compro jornal, só de domingo, quando eu preciso comprar alguma coisa, pra ver as ofertas [...] Então eu olho sempre (o jornal) quando preciso vender alguma coisa também".

Indagada sobre a decisão de vender alguns bens, a entrevistado responde que vende coisas da casa quando falta dinheiro, ou quando precisa comprar outra coisa [...] "se eu achar que tem de vender eu vendo, depois a gente compra de novo. Agora isso tá ficando meio difícil porque os juros estão altos, não se pode comprar em mais do que 3 prestação. Mas às vezes tem uma oferta boa, é preciso aproveitar". [...] eu não sou assim, de querer tá levando lucro em cima do governo ou dos outros. Você sabe, tem pessoas que vivem assim, querendo ter lucro em cima dos outros, uma coisa tá barato, então compra, depois vende 100%, 200% mais caro".

Maria é testemunha de Jeová, há cerca de 5 anos, e não acredita no governo dos homens. Segundo seu relato: "quem determina os rumos das nações é o governo de Deus, e vai chegar um momento que: Deus vai dizer: "Basta, o homem falhou, acabou. Então ele vai destruir todos os governos. Aí todos os problemas vão ser solucionados, vai acabar a morte e o sofrimento. Você não acredita Kátia, você não consegue entender né, é a minha fé".

Sua devoção religiosa não a impede de acompanhar as notícias econômicas e políticas, pelo "Jornal Nacional". A leitura de uma revista mensal, vinculada a sua religião, também embasa as opiniões dessa entrevistada, que é permeada pelos preceitos de sua crença: "Eu acompanho tudo que envolve política, realmente eu não me envolvo por causa da minha religião, mas eu acompanho. Gosto muito de intriga, tudo que é notícia de governo, sobre inflação, sobre a ONU, principalmente. Esses dias eu vi até que, na França, eles queriam pôr os pobres separados. Então eu achei cômico aquilo".

Atribui como causas para as altas taxas de inflação os gastos excessivos do governo: "O governo não diminui seus altos custos, não consegue segurar a inflação".

Na sua opinião, os planos econômicos são ineficazes para estabilizar a economia, principalmente pela falta de credibilidade do governo: "o Sarney não tem autoridade". Tem boas lembranças da época do Cruzado: "Lembro que eu ia toda a semana no mercado, então a minha geladeira era cheia, precisa ver minha geladeira hoje [...]. Eu acho incrível, como desvalorizou, porque no tempo de Plano Cruzado a minha geladeira era cheia de alimentos, então a gente vivia bem, e agora não".

A dívida externa brasileira e a exploração dos países ricos em relação aos pobres são também, por ela considerados, como fatores responsáveis pela inflação: "Para mim a culpa de tudo isso é dos países ricos, porque os países ricos emprestam dinheiro aos pobres; então o governo, ele paga os juros altos. Os países ricos, eles vivem dos juros dos pobres. Se o Brasil parar de pagar juros pros ricos, eles vão falir também. Então eu acho assim incrível como o homem ele conhece o viver bem porque não acredita em Deus".

Para Maria, os diversos congelamentos de preços são bem-vindos" [...] dá até pra gente fazer um pouco de estoque".

As compras são divididas entre produtos essenciais e supérfluos. Os primeiros são adquiridos, em geral, nos supermercados do bairro, pois isso lhes facilita o crédito em momentos de necessidade.<sup>19</sup> Ademais, percebem que os preços dos produtos básicos, tais como arroz, feijão, açúcar, café, óleo etc, tendem a não oscilar de um estabelecimento para o outro. Os supérfluos

---

<sup>19</sup> A mesma prática de outras formas de pagamentos aos supermercados de bairro utilizada por Beatriz.

normalmente são adquiridos no supermercado Carrefour, de maior porte, que oferece preços mais acessíveis. São considerados supérfluos produtos como xampu, bolacha e sucos.

As compras de bens de consumo duráveis são sempre bem planejadas, e feitas, na maior parte das vezes, após intensa pesquisa de preços, a crédito, preferencialmente em dois ou três pagamentos, para não se pagar juros elevados. Estão impedidos de realizar essas aquisições em seus próprios nomes, por estarem inscritos no Serviço de Proteção ao Crédito (SEPROC), em virtude de terem realizado compras para um parente que não efetuou o pagamento devido. Geralmente, emprestam os nomes de outros parentes para adquirir produtos no crediário. Entretanto, salienta: "a gente sempre paga tudo direitinho". Tentaram retirar o nome do SEPROC, porém, para liquidar a dívida de apenas uma das lojas, seria necessário o salário de seis meses do seu marido, o que torna a dívida impagável, do seu ponto de vista.

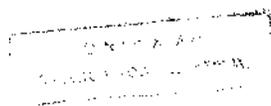
Para viabilizar algumas aquisições de bens de consumo duráveis, economizam dinheiro depositando em caderneta de poupança e acumulam o suficiente para a compra ou entrada do bem que desejam adquirir. Segundo avaliação de Maria, é mais vantagem comprar o que se precisa ou mesmo o que não se precisa para vender depois, do que deixar o dinheiro na poupança, uma vez que a correção do dinheiro é menor que a dos preços. "Então, você bota dinheiro no banco, mas os preços das coisas sobem mais. Você veja bem, a gente pagou 395 cruzados na geladeira; se tivesse com o dinheiro no banco, hoje nós teríamos 480 cruzados no máximo. Com 480 cruzados não se compra mais uma geladeira, tá 600 cruzados, isso em oferta; viu só, como se ganha mais comprando coisas, entendeu? Se a gente fosse vender a geladeira agora dava pra pegar uns 550 cruzados tranqüilo, ela tá novinha".

Já as compras de vestuário são pagas à vista, efetuadas ocasionalmente, em geral, em datas especiais, como Natal. São realizadas em lojas populares de departamento, revendedoras individuais no próprio bairro ou em lojas que comercializam roupas usadas. Podem também ocorrer trocas entre parentes e/ou vizinhos: “Vivo muito de trocar roupas com os outros; a gente quase não compra roupa nova. Eu gosto de trocar, quando eu tenho roupas que eu não gosto mais ou não me servem e nem nas crianças, eu troco com as pessoas por roupas que eu gosto e vou usar. Meu marido usa terno, para ir na igreja, então a gente compra usado, porque um terno novo na loja não dá, com o salário dele e fazer prestação também não pode. Então ele compra usado. [...] a gente compra de vez em quando roupa nova, às vezes da Neuza ou da Sueli que vende em condições. [...] Elas moram aqui perto, quando elas querem alguma coisa que eu vendo, eu troco pelas roupas que elas vendem, assim é bom, vale a pena”.

Além do salário, das compras e vendas de diferentes produtos e da realização de pequenos serviços como pedreiro e pintor pelo seu marido, Maria afirma que para se ganhar mais é preciso ser esperto: “viver só do salário do trabalho não dá não Katia; hoje em dia é preciso ser ‘vivo’ para ganhar um pouquinho mais; o salário está sempre baixo e os preços sobem todos os dias”. Já tentou costurar para fora, mas ressalta que não tem muito jeito. Sua última tentativa consistia em confeccionar, com ajuda do marido, meias de lã numa máquina de tricô, as quais são vendidas na vizinhança.

A máquina foi obtida também por meio de uma troca. Maria trocou um anel de ouro, adquirido quando ainda era solteira, pela máquina, com uma vizinha que estava mudando-se para São Paulo.

Na ocasião da entrevista, Maria, já com o ticket de leite, considera que o ticket é uma política acertada do governo, mas muito mal administrada pela Associação. “Sabe que eu perdi o meu ticket do leite por causa deles



(Associação). [...] eles fizeram um recadastramento e o meu marido ganhava mais do que o salário que eles queriam; não reconheceram que não dava para comprar leite. Só que as pessoas mentem. [...] eu não posso comprar leite o mês todo, e tenho criança pequena. [...] tem pessoas que não precisam e pegam o ticket; tem gente que faz doce pra fora com o leite do ticket. Então, eu precisava mais, inclusive eu precisava muito. [...] eu acho assim que essa política é uma boa idéia só que as pessoas se aproveitam, são fominhas. E, eu não sei, mas acho que a Associação administra mal, eles podiam ter me dado o ticket”<sup>20</sup>.

Maria já foi filiada ao PDS, durante o período que morava na favela. Os candidatos exigiam a filiação em troca de alguns favores, tais como promessas de legalização de propriedade, material de construção, cesta de alimentos. Atualmente, sua religião proíbe a filiação a partidos políticos e até mesmo o voto. No entanto, a entrevistado acompanhava de forma atenta a campanha presidencial; dizia-se simpatizante de Collor, mas afirmava não acreditar que ele fosse capaz de resolver qualquer problema do país. Deus era reinserido no discurso como aquele que seria capaz de soluções definitivas.



Dona Beatriz tem 56 anos, separada, grau de instrução primário incompleto, mãe de três filhos, sendo dois casados e um solteiro e residente em sua casa. Desde 1985 é moradora-proprietária de um apartamento com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Adquiriu diretamente da COHAB-CT primeiro uma casa, do tipo embrião, apenas um cômodo e banheiro, a qual trocou pelo seu

---

<sup>20</sup> A distribuição desse benefício no bairro, de acordo com diversos depoimentos, é motivo de freqüentes conflitos, conforme analisado no capítulo dois.

apartamento atual com outro mutuário. O processo de aquisição dessa primeira casa não ocorreu pelos trâmites normais. A informação de que essa casa estava desocupada e abandonada deu-lhe a "idéia" de invadir a propriedade para depois, através de contatos com um amigo e funcionário da COHAB-CT, legalizar a posse do imóvel. Ao perceber que não poderia ampliar a casa, decidiu pela troca, a qual foi efetuada após analisar diversas propostas e escolher o apartamento que atendesse a suas exigências, pois, segundo ela, houve vários candidatos proprietários de apartamento interessados na troca. A negociação foi realizada sem ônus para a entrevistada, uma vez que o interessado pela casa arcou com todas as despesas de transferência dos dois imóveis.

Beatriz exerce de forma intermitente a profissão de confeitadeira, no mercado formal e informal de trabalho. Assim, não possui renda fixa e tem como remuneração regular uma "ajuda" mensal de um irmão com melhores condições financeiras. Esse dinheiro mensal recebido do irmão é em troca de ter-lhe doado um dos rins há alguns anos.

Conheci Beatriz por intermédio da Presidente da Associação dos Moradores, na reunião do ticket de leite, como sendo uma das moradoras mais antigas do local. Na ocasião, estava tentando cadastrar-se para receber o ticket de leite para sua neta de oito meses que reside em outro bairro. Esse foi obtido devido à sua insistência e as dificuldades que seu filho estava enfrentando para sustentar a família. Beatriz não estaria habilitada a recebê-lo e o fato de ser prima da Presidente da Associação foi objeto de fofocas e de acusação de clientelismo na administração do Programa Nacional do Leite pela Associação

Beatriz tem uma capacidade supreendente de criar diversos mecanismos que lhe possibilita "viver melhor", mesmo tendo em vista a crise econômica, sua posição na hierarquia social e sua trajetória de vida.

Ela viveu mais da metade da sua vida em cidades do interior do Estado, sendo que parte desse tempo foi vivido na zona rural. Essa época é lembrada com saudades: "A única vez que eu lembro de não ter inflação e o povo vivia bem, comia o que queria e colhia o que queria, era o tempo quando eu era menina. Depois que casei, ainda bem menina, tinha 15 anos, quando eu casei a gente foi morar no sítio do meu marido, até uns três anos era folgado, a gente morava no sítio, a gente queria uma laranja colhia no pé, queria um limão buscava no pé, então a gente nem sabia o que era inflação, porque morava no sítio e no sítio o povo não tá atrás disso aí, né? Às vezes nem rádio tem. O tempo que eu vivi no sítio não tinha televisão, sabe? Então a gente vivia metade da vida da gente sem ler nada, sem ouvir nada. Mas depois que eu vim para a cidade grande, que nem aqui em Curitiba, aí que a gente foi ver o que era inflação, aí que a gente foi reparar nos preços das frutas, verduras e da comida toda. Entrou no ritmo; eu acho que o tempo de eu menina até meus 15 ou 18 anos era um tempo bom. Não precisava de rádio, televisão, geladeira, nada, tinha tudo na mão, lá no sítio, a gente era bem de vida".

Embora tenha freqüentado a escola por dois anos, em salas multisseriadas, afirma que não estudou, pois a professora era alcoólatra e não ensinava nada: "eu ia para a escola burra e voltava mula." Sua mãe decidiu pela sua saída da escola e resolveu ensinar-lhe a ler, após ter lhe dado várias surras de vara de marmelo: "Eu já tinha 12 anos, daí minha mãe falou que ia ensinar o "a b c" para mim. Daí eu, com aquelas surras, fiquei com vergonha de não saber ler. Eu me esforcei para aprender o "a b c" e aprendi."

Os números e fazer cálculos, Beatriz só foi aprender na idade adulta, um pouco com seus filhos e outro tanto com uma patroa: "Depois que meus filhos foram para a escola, o que sabia eu ensinava para eles. Depois eles foram ensinando o que eles sabiam para mim. [...] conta, eu não sabia fazer, conta de

jeito nenhum, nada. Em Londrina, eu trabalhei pra uma mulher: depois que deixei meu marido, ela comprou uma tabuada pra mim. Então, ela tirava uma hora e me ensinava a fazer conta ela disse: 'você sabe ler?' Eu falei 'um pouco'. Ela disse: - 'Eu vou te ensinar as contas'. [...] Eu me esforcei e aprendi um pouco da tabuada. Aprendi contar mais ou menos, então, no mercado ninguém me logra com um centavo. De jeito nenhum, eu sei a contagem do dinheiro de centavo pra cima. Então, eu acho que eu sou uma analfabeta inteligente".

Enquanto casada, Beatriz nunca trabalhou. Vivia em Ivaiporã, e seu marido era "bem de vida", tinha terras e não se preocupava com nada.

A separação foi uma decisão dela, pois, seu marido "virou pro avesso"; começou a se desfazer de parte das terras, não ganhava mais o suficiente e arrumou outra mulher.

Após essa ruptura em sua vida, inicia uma nova etapa, mudando-se, primeiro, para a cidade de Londrina, depois, para Curitiba. Em Londrina, arrumou emprego de ajudante de cozinha, em restaurante, mas percebeu que ganhava pouco e não poderia trazer seus filhos. Resolveu mudar para Curitiba em 1970, em busca de uma profissão. De acordo com suas palavras, "aprender a trabalhar para ganhar mais".

Em Curitiba trabalhou numa panificadora, onde aprendeu, após grande esforço e uma "colher de chá" de seu patrão, a profissão de confeitira, possibilitando-lhe a criação dos seus três filhos. Embora afirme que não goste muito dessa profissão, sente orgulho pelo seu rápido aprendizado e pelo fato de nunca ter sido registrada como doméstica ou ajudante: "aprendi algumas coisas, e na minha carteira só dá confeitira".

Sua inserção no mercado de trabalho, formal e informal, de confeitira, ao longo de sua trajetória profissional, foi intercalada com fases de inatividade, principalmente após a criação de seus filhos.

Nessas ocasiões, realizava o que denomina de "biquinho", trabalhando em festas de aniversários, casamentos etc. Esse trabalho é demandado basicamente por donas-de-casa da classe média. A busca constante por melhor remuneração, implicou alta rotatividade em empregos e serviços: "Parar de trabalhar eu paro, mas ficar mesmo parada eu não fico, porque a gente tem que trabalhar, né? É como eu disse pra você, a gente tem que ganhar dinheiro de qualquer jeito. Dinheiro tem de criar. Então, esses dias que eu trabalhei, eu peguei um serviço numa lanchonete, aí eu trabalhei sete dias, ganhei setenta cruzados, como diz agora, setenta cruzados novos. Você acha que eu ganhei bastante? Ganhei pouco. Então eu saí. Trabalhei numa mulher, ali no Batel, dois dias, fui lá ajudar, ela deu quarenta cruzados, eu já ganhei mais. Agora eu trabalhei na panificadora dezoito dias pra ganhar duzentos e cinquenta cruzados. Então, com essa profissão eu, a gente apela para ganhar mais um pouquinho né, e a gente sempre ganha mais um pouquinho".

Essa rotatividade no mercado de trabalho, mesmo sendo uma constante no decorrer de sua trajetória profissional, foi mais acentuada a partir da cirurgia em que doou um rim para seu irmão. Tal fato lhe permitiu auferir uma renda fixa, paga por seu irmão. Doar um rim não é fácil: "Então, andar ligeiro, correr, eu não posso, não agüento, normal assim, marcando passo tudo bem, aí não tem problema. Mas pra mim trabalhar assim, que nem meu serviço de confeitaria, lutar com salgadinho, docinho, mexer com braços e como diz, fazer uma física, eu não aguento. A força é que mudou, sabe? Agora, que nem eles falam assim: doar um rim é coisa mínima. Não é não. Não é brincadeira você subir numa mesa de operação e saber que uma anestesia mata. Quantas pessoas de alta escala não morreram numa anestesia, e você sabe, né? A Clara Nunes morreu numa anestesia. [...] Então, tem tudo isso; então eu acho que meu irmão, eu quero bem ele, porque ele é meu irmão. Eu fiz isso por amor ao sangue da gente, amor ao próximo. Mas, eu acho que ele tinha de enxergar melhor nessa parte de me ajudar e me dar o dinheiro todo o mês com gosto, porque se não fosse eu, ele teria morrido".

Beatriz considera a aquisição do apartamento como seu melhor investimento, pois lhe permite morar sem dever nada a ninguém, somente à COHAB. Procura pagar as prestações mais ou menos em dia, de acordo com suas disponibilidades financeiras.

A aquisição foi realizada em 1984. No final dos anos 70, tendo sido demitida do seu emprego em Curitiba, decidiu retornar ao interior do Estado, para a cidade de Ivaiporã. Recebeu uma indenização que, somada à venda de uma casa de posse irregular, localizada na Barreirinha, possibilitou-lhe a aquisição de um terreno e construção de uma outra casa no interior do Estado. Durante o período que permaneceu em Ivaiporã, trabalhou como cozinheira numa lanchonete. “Eu inventei de voltar morar prá cá, por causa do Pedro e do Nelson, que começaram a achar ruim lá, não tinha emprego pra eles. Daí, voltei e vendi a casa por um milhão. Daí, pus na poupança. Esse dinheiro dava um salário mínimo por mês, dava noventa e sete cruzados, não sei, acho que nessa época era cruzeiro. Então, eu segurei a barra com esse dinheiro: tava sem emprego, e meu irmão ainda não me ajudava. O que me salvou era isso aí, e eu estava morando com minha filha casada. Quando o dinheiro foi perdendo o valor, desvalorizando, eu disse: ‘meu Deus, eu vou ficar sem dinheiro’. Daí comecei a procurar uma casinha pra mim comprar. Então, o dinheiro que eu tinha não dava mais uma casa, aí o que eu fiz? Fui na COHAB, né? Socorro de pobre”.

Como a entrevistada não cumpria as exigências da COHAB, de renda mínima e emprego fixo, para aquisição do imóvel, resolveu os problemas da seguinte forma: “Lá na COHAB eles me falaram que eu tinha de me inscrever, e ficar na fila. Aí, quando tiver casa para vender eles chamam. Para comprar tinha que trabalhar registrada. Daí eu falei. Ah! mas eu não trabalho registrada, eu trabalho por conta. Por que além do nosso governo ser errado, eles gostam de gente mentirosa, porque eu tirei esse apartamento às custas de mentira. Fui lá,

menti pra eles, eles me venderam e quantos que podem pagar vão lá e prova que podem pagar, e não pagam, pegam só prá morar e aproveitar. Eu pago as prestações direitinho". Aí eu pensei, 'meu Deus do céu, eu não tô trabalhando'; um tempo eu trabalhei particular, confeitadeira, fazia o serviço em casa, eu tenho minha carteira assinada de confeitadeira. Daí eu falei: 'Ah! eu sou confeitadeira, eu trabalho com doce, mas eu não tava trabalhando. Na verdade estava parada'".

Em vista disso, a COHAB solicitou que Beatriz apresentasse uma declaração sobre seu trabalho e remuneração, assinada por duas testemunhas, devidamente reconhecida em cartório. O que foi providenciado de imediato, sendo uma das testemunhas um funcionário da COHAB conhecido seu e outra seu genro. Mas, como já estava morando no conjunto com sua filha, observou que havia no local uma casa abandonada. Orientada pelo seu amigo funcionário da COHAB-Ct com o endereço da casa retornou a COHAB. Argumentou: "Eu tava morando na casa de minha filha, como tinha uma casa vazia quase do lado dela, que já tava fechada muito tempo eu me mudei para lá. Agora eu quero saber sobre essa casa, tá fechada, porque ninguém comprou ou talvez seja alguma desistência. Aí eles ligaram o computador e falaram: é uma desistência, daí a senhora arrume os documentos e a senhora pode pegar essa casa. Então, naquele dia se eu jogasse na loteria acho que eu tinha ganhado." [...] "eu tinha dinheiro para pagar, tinha na poupança e até acabar eu já tinha arrumado trabalho. Eles não me aceitavam, porque a Lei diz que tem de trabalhar. Você entendeu? Então, foi aonde que eu tive que tirar com mentira e tô pagando, pago tudo quietinha, pago legalmente, sabe? Pago condomínio, tudo certinho, não devo nada, pago luz. Mas se eu falasse a verdadinha, eu não tinha conseguido. Então, perguntam pra mim como é que consegui; fulano trabalha, fulano foi lá e não deu. Oh, foi muita sorte. Então eu acho assim, Kátia, que nós, nosso governo, ele não sabe comandar as coisas. Assim como eu fiz isso, quantos não fizeram, quantos não fazem. E fazem por que? Não porque faz por malandro, faz pra sobreviver, para ter o seu canto".

A troca da casa pelo apartamento, sua atual moradia, também foi feita porque ela não tinha condições de aumentar a casa, que era das menores construídas pela COHAB no Conjunto, decidiu trocá-la por um apartamento com dois quartos, pois a oferta de troca de apartamento por casa no local era grande.

Para Beatriz, o controle da inflação é de responsabilidade do governo. Entretanto, em virtude da baixa credibilidade do governo, os comerciantes aumentam os preços desmesuradamente, desobedecendo as ordens do governo. Para ela o controle de preços através de tabelamentos não tem nenhuma eficácia: “O governo diz assim: vou tabelar dez produtos, arroz, feijão, macarrão, mas a tabela não cola. Outra coisa o governo diz assim:” a inflação subiu pra 30% esse mês, então nós temos que ir só até 30%. O que acontece? Os comerciários fazem o quê? Eles sobem 200%, 300%. O mercado, você vai lá, está 100% mais caro. Não dá, né? E será que o comerciante vende algumas coisas perdendo? Você já viu alguém vender alguma coisa perdendo?”

As compras de alimentos são realizadas, sempre que possível, no Carrefour, supermercado de grande porte, localizado no caminho para o Conjunto.

No Conjunto, quer seja em mercearias, quer seja nos dois supermercados existentes no local, compra apenas pequenas quantidades, para atender às emergências ou para criar uma certa familiaridade com os donos e/ou gerentes, a fim de poder recorrer-lhes em momentos de necessidade. Esses estabelecimentos oferecem, então, outras vantagens, como preços mais baratos, ou, por exemplo, crédito ao consumidor, por meio da assinatura de notas promissórias, em pagamentos em outras formas de moeda, como, vale transporte, ticket-refeição, cheques pré-datados, para 10 ou 15 dias, dependendo do freguês.

Ademais, se o cliente for bem conhecido, pode penhorar algum bem em garantia e/ou troca por alimentos. Alguns meses atrás, Beatriz deu um rádio em

garantia, ao dono do supermercado, e realizou em contrapartida o "seu pedido" do mês. Passados 30 dias, com o dinheiro, devidamente corrigido, efetuou o pagamento das compras dos alimentos e obteve o seu rádio de volta.

Esses mecanismos de crédito parecem ser uma sofisticação das chamadas vendas "a cadernos" que existiam nos bairros da periferia, antigamente. Parecem ter desaparecido, pois não foram observadas nem mesmo nas pequenas mercearias.

O Plano Cruzado foi lembrado como um momento de fartura e beleza: "Ah! o Plano Cruzado, quando o Sarney entrou que vigorou o Plano Cruzado, o primeiro, né? Então, foi muito bonito. Foi uma cena bonita, todo mundo comeu bem, né? Foi, eu acho, o único ano que os pobres comeram carne, comeram lingüiça, salsicha, tinha o dinheiro pra comprar, né? Mas, infelizmente, foi confundido, né? Foi levado tudo pro brejo. Então o Sarney, ele não teve como agüentar o Plano Cruzado, mas se ele desse duro eles tinham vencido. Ele foi mudando de Cruzado daí [...] Ele mudou pra cruzado novo, cortou zero. [...] Então esse cruzado virou a zero".

Os planos de estabilização econômica são vistos com total descrédito: "Os outros planos já fizeram tudo errado, né? Ninguém acredita mais. Quando eles (o governo) fala em congelamento, agora não existe, é só na televisão. Uma exploração, com plano ou sem plano, os preços sobem todo dia, como diz, a gente fala roubo, a pessoa não tem pra onde correr".

Beatriz sempre teve caderneta de poupança, seja para adquirir algum bem, seja para garantir uma reserva, um tipo de seguro desemprego, para os momentos em que não trabalha. Entretanto, durante a vigência de dois planos de estabilização econômica, ela retirou o dinheiro da poupança sob o argumento de que desvalorizava: "No Plano Cruzado e no Cruzado Novo, eu tirei o dinheiro da poupança. [...] Tirei porque o dinheiro perdeu o valor, o que vale então o

dinheiro empatado. Na época do Cruzado Novo, eu tomei prejuízo, tinha 150 mil cruzados, meu irmão me deu, tava a 21%, 22%, dava um jurozinho bom, né? Mas daí não rendeu mais. Eles (o governo, o ministro) dizem que ficou o mesmo valor, claro que não ficou o mesmo valor.

Mas, Beatriz também, como mecanismo de poupança, a adquire bens, em geral eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos, que podem ser revendidos, tanto em momentos de crise, como para realizar novos "negócios". Por exemplo, a venda de um rádio pode permitir a entrada na compra de uma televisão a prazo: "Eu acho que, se você comprar um rádio, você já tá ganhando dinheiro, com essas altas das coisas. Tudo sobe, se você tem qualquer coisinha, som, você pode trocar por algo melhor, porque tudo sobe, todos os dias. Veja, Kátia, minha televisão estragou, não tinha mais conserto, aí eu fui lá na oficina, ele tinha uma televisão usada, preto e branco, dei meu rádio de entrada e paguei mais duas prestações sem juros, porque ficar sem televisão é que eu não fico. Rádio eu tinha dois, pois comprei quando estava barato, agora já está bem mais caro. Então eu acho assim, né, foi um investimento bom".

Para Beatriz, política e poder são assuntos dos outros, daqueles que mandam, porque tiveram estudo e entendem os problemas do país. Assim, elabora uma imagem desse universo como exterior à sua vida cotidiana. Na ocasião da entrevista (1989), em iminência das primeiras eleições diretas para a Presidência da República, após 30 anos, a política emergia com certa naturalidade nas conversas em geral. Ela afirmava que iria votar em Collor de Mello, porque ele era jovem e forte. Todavia, não acreditava que o Collor resolveria os problemas do país.

Ele não vai resolver não, porque tá difícil, porque o povo é burro; e acho até que gosta de inflação. Se o povo soubesse viver com inflação, o povo vivia bem com inflação, né?. Como que as empresas e o governo vivem bem com

a inflação. Eles falam que não resolve, mas não resolve nada porque tudo eles tão ganhando com os aumentos de 30% e 35% nesse mês". Outro motivo para votar em Collor de Mello referia-se ao fato de ele estar na frente nas pesquisas: "Eu vou votar no Collor porque ele vai ganhar. [...] O Collor tá na frente de Brizola, 56%, né"? [...] "O voto é uma coisa sagrada, que tem ricos e pobres todos votam no mesmo dia. O voto é secreto porque a pessoa vota naquele que quer mesmo, é de coração. Sabe, porque eu voto de coração. Eu sei que você tá analisando, tudo bem; em quem você vai votar, Kátia?"

A memória sobre a política e sobre os homens que poderiam ter solucionado os problemas brasileiros é fatalista: "Agora, o Sarney não ganhou eleição, e nem o povo votou nele, quem ganhou foi o Tancredo, junto com os deputados, mas não deu tempo de saber o plano dele. Acho que era bom, mas mataram ele antes. Eu acho que foi uma traição, né Kátia? Porque todas as pessoas inteligentes, eles matam? Já mataram o Getúlio, o Tancredo e outros. Todos eles que quiseram fazer alguma coisa boa eles (os poderosos) vêm e matam".

A idade dos candidatos parece ser um fator decisivo na sua escolha: "[...] o Brizola tá muito velho, e o Ulisses Guimarães tá gagá para o governo [...] Eles não dão valor num velho pobre [...] porque nós vamos votar num velho lá; tem que votar num cara da nossa idade".

Quanto à prática associativa no seu local de moradia, ela não participa da Associação de Moradores, embora estivesse tentando junto a essa entidade conseguir o ticket de leite. Segundo sua opinião, a Associação serve apenas aos interesses políticos do seu primo, que já foi candidato a deputado estadual. Embora afirmem que não ganham nada para administrar a Associação, acredita que ganham: "Eles dizem que não ganham nada para cuidar da Associação, mas acontece que no "chuncho" dá pra ganhar algumas coisas, né? E acho que alguma coisa eles têm que ganhar; ninguém faz nada sem ganhar. Eu não faço. Você faz?"



Apesar das diferenças nas histórias de suas vidas relatadas por Wilson, Maria e dona Beatriz, e também das diferenças entre esses e os outros entrevistados, nessa etapa da pesquisa, por um lado, foi possível perceber certa homogeneidade nas visões dessa população a respeito dos altos índices de inflação e das diversas tentativas de estabilização econômica decretadas pelo(s) governo(s). Por outro lado, identificou-se relativa diversidade quanto às práticas econômicas diante do fenômeno inflacionário.

A persistência de altas taxas de inflação é vista pelo conjunto dos entrevistados como causa dos maiores e mais graves problemas que afetam o país. Nesse sentido, seus discursos corroboram ou estão imediatamente influenciados pelo diagnóstico dos economistas e/ou analistas sociais, que responsabilizam a inflação por todas as mazelas sócio-econômicas brasileiras. Os entrevistados reproduzem esses discursos, que são amplamente divulgados nos meios de comunicação de massa, ao caracterizarem a inflação como o grande "mal", que irredutivelmente deixa as pessoas mais pobres, em particular, aquelas já inseridas na base da pirâmide social.

Com relação às diversas tentativas de conter esse grande "mal", a visão das pessoas pesquisadas é bastante negativa. Com exceção do Plano Cruzado, no qual depositaram alguma confiança, os demais planos econômicos são vistos como forma a "enganar o povo", ou de "fazer de conta que se está resolvendo o problema".

Apesar do baixo grau de instrução, os entrevistados demonstraram também familiaridade com o sistema financeiro e comercial, que se revela na

rapidez com que calculam juros e taxas de rendimentos nas diferentes aplicações; na demonstração que não se cansaram em fazer para a pesquisadora de como foram perspicazes e bem-sucedidos, realizaram investimento que eu tendia a considerar incorretos do ponto de vista econômico; na agilidade em criar formas de investimentos alternativos e avaliar seu desempenho comparando-o com o desempenho dos investimentos comumente recomendados para pequenos investidores; nas pesquisas que antecedem à compra de bens duráveis; e nas diferenças que estabelecem entre os bens que são comprados pelo seu valor de uso ou por seu valor de troca.<sup>21</sup>

David Harvey (1980), analisando o valor de uso e valor de troca para compreender a utilização do solo urbano - mais especificamente no mercado de moradia -, conclui que os diversos atores nesse mercado determinam de modo distinto o valor de uso e o valor de troca. Assim, para o usuário de moradia, corretores de imóveis, proprietários, incorporadores e instituições financeiras e instituições governamentais atribuem diferentes valores à moradia, o que é valor de uso para um, pode ser valor de troca para outro. A mercadoria casa assume para cada grupo social diferente significado, dependendo das relações sociais que os indivíduos, as organizações e as instituições expressam nela.

Situação semelhante observou-se entre os entrevistados, em que algumas mercadorias (bens móveis) assumem diferentes significados e/ou valores de uso ou troca, dependendo dos objetivos pelos quais são adquiridos. A prática de atribuir valor de troca a bens que a princípio têm valor de uso na aquisição, isto é, a compra

---

<sup>21</sup> Neste trabalho, estou opondo valor de uso e valor de troca, na falta de uma expressão mais adequada, para descrever a aquisição de bens, que os próprios entrevistados consideram como sendo bens para consumo em oposição aos bens que são adquiridos apenas com o objetivo de serem revendidos ou para serem utilizados e depois revendidos, e, portanto, têm um caráter de investimento. Os entrevistados acreditam que esses bens não perdem seu valor em contextos inflacionários ou podem ser revendidos posteriormente por um valor maior do que aquele dispendido na aquisição. Não estou, portanto, utilizando o corpo conceitual marxista na definição dessas expressões, mas levo em conta, como mostro a seguir, a discussão que Sahlins (1979) faz sobre esses conceitos.

de bens de consumo duráveis como investimento, é facilitada pelo contexto de instabilidade econômica em função do desequilíbrio dos preços relativos entre os diferentes produtos.

Percebeu-se, pelo relato de suas histórias de vida e experiências de convívio com a instabilidade econômica, o desenvolvimento de diversas práticas econômicas resultantes da capacidade individual e de um "saber" aproveitar-se das oportunidades. O que a princípio lhes desfavorecia, parece ser apreendido como lhes proporcionando, em maior ou menor grau, dependendo da sorte de cada um, certa concretização de projetos de melhoria de vida ou a manutenção de um determinado modo de vida. Isso é expresso na aquisição da casa própria, ainda que não seja a "casa dos sonhos", e pela posse de bens de consumo duráveis, eletrodomésticos em geral, principalmente televisão em cores.

A familiaridade com o universo econômico também se expressa em opiniões bem formuladas e claras sobre as razões que levam e produzem a inflação, não importa se são ou não verdadeiras; mas, sem dúvida, não se trata de um processo misterioso cujas razões é impossível identificar. A política assim como a economia não são mundos misteriosos, definidos como incompreensíveis para esses entrevistados. Enfim, são capazes de descrever em detalhes processos de tomada de decisões na política e na economia (acentuo que a idéia de familiaridade não indica que o que dizem é correto ou errado, mas apenas que não agem como se estivessem excluídos da compreensão desse mundo e não soubessem como agir sobre ele). Sabem, ainda, com precisão identificar os instrumentos por meio dos quais informações são obtidas e utilizam-se com essa finalidade do rádio, da televisão e dos jornais.

A multiplicidade de práticas econômicas, resultado de um "saber" comprar ou vender no momento certo, realizar bons negócios, possibilita um aumento no padrão de consumo desses entrevistados. Esses indivíduos, ao analisarem suas vidas

de forma retrospectiva, avaliam que, apesar da crise, estão melhorando ou mantendo seu padrão de vida. A recorrência dessas representações entre os dez entrevistados que deram início à pesquisa levou-me a considerar a importância de ampliar o número de entrevistas, com base em um questionário. Os procedimentos adotados para selecionar os entrevistados deixava dúvidas sobre se a pesquisadora não tinha sido escolhida – nessa primeira etapa da pesquisa – para testemunhar práticas econômicas dos indivíduos mais criativos e capazes de encontrar meios de driblar a inflação. Esses entrevistados poderiam estar dispostos a cooperar com minha pesquisa, porque seus relatos seriam mais uma oportunidade para se diferenciarem dos outros moradores do bairro.

A compreensão desse paradoxo, em que a inflação é vista como um "mal" que prejudica os mais pobres, e a percepção dos entrevistados, que, com indicadores concretos, analisam suas condições de vida ou como estável ou em processo de melhoria, requeria um número maior de entrevistas, capaz de me convencer de que o quadro obtido com as dez entrevistas iniciais tinha um significado mais abrangente. Era necessário elaborar um instrumento mais sistemático de coleta de informações.

## **5 DAS ENTREVISTAS AO QUESTIONÁRIO**

---

## 5 DAS ENTREVISTAS AO QUESTIONÁRIO

As três histórias de vida relatadas no capítulo anterior são emblemáticas do comportamento econômico recorrente ao conjunto dos entrevistados. Os entrevistados, apesar de considerarem que a inflação é um mecanismo que faz os pobres mais pobres e os ricos mais ricos, demonstraram que adquiriram uma capacidade individual de criar expedientes, realizar negócios, driblar mecanismos formais, comprar e vender bens de consumo duráveis, como investimento que lhes possibilita sobreviver com altas taxas de inflação, e mesmo ganhar com ela. Isso causou certa perplexidade na pesquisadora, ao mesmo tempo que a instigou a tentar compreender em que medida o comportamento econômico, observado num grupo relativamente restrito, era comum a um grupo mais amplo.

Optou-se, então, em realizar uma pesquisa mais sistemática. Assim, o roteiro de entrevistas foi substituído por um questionário com 63 questões. Interessava, com a aplicação do questionário, obter uma caracterização sócio-econômica mais precisa dos entrevistados, apreender as práticas econômicas e políticas levadas a cabo, de modo a driblar a inflação e entender os valores e concepções que orientavam essas práticas. Para tanto, formularam-se questões que captassem as opiniões dos entrevistados sobre assuntos conjunturais, tanto econômicos quanto políticos e ainda abordassem as experiências de vida associativa, dentro e fora do bairro.

Selecionou-se como local para aplicação do questionário um dos condomínios que integram o Conjunto Habitacional, onde algumas das entrevistas já tinham sido realizadas. Esse é composto por oito blocos de apartamentos, sendo

cinco com três pavimentos e três com dois pavimentos, tendo quatro apartamentos por andar, perfazendo um total de 32 apartamentos. O mesmo questionário foi aplicado em 13 casas térreas quaisquer dentre as do tipo embrião, que seriam preferencialmente ocupadas por pessoas de menor poder aquisitivo.

As informações obtidas com o questionário desenharam o quadro para análise do comportamento econômico de um segmento das classes populares. Ressalte-se que a adoção do questionário não significou negligenciar as observações diretas dos comportamentos econômicos, uma vez que o questionário tem utilidade limitada, decorrente da situação do entrevistado, que muitas vezes tende a responder às questões de acordo com modelos ideais de comportamento, que julga esperados e/ou recomendados. Entretanto, esse instrumento permite a coleta de dados de maneira mais sistemática. Partimos do suposto de que pesquisas como essa, ainda que se adote o uso do questionário, só adquire plena validade se utilizada em conjunto com outras técnicas de investigação. Apresento, a seguir, os dados obtidos por meio desse procedimento.

## 5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO

A população estudada por meio do questionário compreende 45 famílias com renda média de 1 a 5 salários mínimos (89,9%), sendo que a maior concentração localiza-se na faixa de 2 a 5 salários mínimos (80,0%). Desse universo, 20,5% representam famílias chefiadas por mulheres<sup>22</sup>. Essas mulheres,

---

<sup>22</sup> A elevada proporção de famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos tem sido um fenômeno social verificado no país pelas estatísticas oficiais do IBGE. Entre 1981 e 1987, esse tipo de família passou de 12,4% para 14,4% do total. Essa proporção, menor do que a encontrada entre os pesquisados, decorre do fato de que as famílias chefiadas por mulheres concentram-se particularmente nas classes populares. Conforme essa mesma fonte de dados, 41,0% das famílias chefiadas por mulheres com filhos recebiam até 1/2 salário mínimo *per capita* em 1987; no caso do total das famílias, esse percentual não passava de 30,3%. Alguns estudos explicam a alta incidência de famílias integradas por mulheres solteiras ou separadas nas classes populares, em certa medida, devido às dificuldades que os homens pertencentes a essas classes encontram para exercerem o papel de provedor das famílias, o que conduz ao abandono da família. Duhram (1984) e Castelo Branco (1989).

em geral, residem com os filhos e um parente mais velho (pai ou mãe), e são as famílias com menor nível de renda: cerca de 72,0% recebem até 3 salários mínimos mensais.<sup>23</sup>

As famílias que compõem a unidade de residência são basicamente nucleares, integradas por pais e filhos, 79% do universo pesquisado. A média de filhos concentra-se entre 2 a 3, em geral menores de 14 anos de idade. Observou-se ainda que o total das crianças em idade escolar, entre 7 e 14 anos, está frequentando estabelecimentos de ensino público no próprio bairro. A família média é de 4,8 pessoas por unidade de domicílio, sendo filhos menores e pais com idade média de 20 a 35 anos de idade.

A estrutura de renda do universo pesquisado se aproxima, em certa medida, da renda familiar do bairro e difere significativamente da distribuição salarial observada para a cidade de Curitiba. De acordo com a tabela 3, observa-se que 88,9% das famílias pesquisadas recebem de 1 a 5 salários mínimos, enquanto no bairro, 71,1% das famílias estão nessa faixa de renda, e, na cidade de Curitiba, esse percentual é de 58,7%. O percentual maior de famílias com renda mensal entre 1 a 5 salários mínimos, quando comparado com as informações para o bairro e a cidade, indica que o universo pesquisado é composto pelos mais pobres do local.

---

<sup>23</sup> Observou-se que a alternativa das mulheres chefes-de-família em residir com um parente mais velho ocorre por duas razões distintas. A primeira de ordem econômica, uma vez que esse parente contribui no orçamento doméstico e/ou auxilia no cuidado das crianças e da casa para que possa exercer atividade remunerada. A segunda de ordem moral, pois o fato de as mulheres sem cônjuge residirem com o pai e/ou a mãe lhes exclui da condição de abandono e/ou assegura um papel social de "mulher séria".

TABELA 3 - RENDA FAMILIAR, SEGUNDO FAIXAS DE SALÁRIO-MÍNIMO - 1988, JUL/SET 1990

FAIXA DE SALÁRIO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL		
	Universo da Pesquisa <sup>1</sup>	Bairro do Campo	Curitiba
	Conj. Habitacional Atenas	Comprido <sup>2</sup>	
De 1 a 2 salários-mínimos	8,9	6,6	5,0
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	44,4	42,3	28,0
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	35,6	22,2	25,7
Subtotal	88,9	71,1	58,7
Mais de 5 a 7 salários-mínimos	8,9	24,4	25,6
Mais de 7 a 10 salários-mínimos	-	3,4	11,4
Mais de 10 salários-mínimos	2,2	1,1	4,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

(1) Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

(2) IPPUC, 1988

Quanto ao grau de instrução, 62,3% dos entrevistados cursaram entre Primário incompleto e Ginásio completo; apenas 13,0% possuem Segundo Grau completo e 14,3%, Segundo Grau incompleto. Importa assinalar que existem algumas diferenças de escolarização entre os sexos.

Assim, dos entrevistados que nunca freqüentaram a escola, temos 3,0% do sexo masculino e 13,6% do feminino. Entre os que concluíram Segundo Grau, 18,2% são homens e apenas 9,1%, mulheres. Com Ginásio incompleto, essa diferença inverte-se na mesma proporção, ou seja, 18,2% das mulheres têm esse nível de escolaridade, contrapondo-se a 9,1% dos homens.

Pesquisou-se também a origem da população, verificando-se que 19,5% são migrantes de outros estados da federação, 41,6% são migrantes do interior do Estado do Paraná e 38,9 naturais de Curitiba. De modo geral, os entrevistados não são migrantes recentes em Curitiba, já que a maioria (61,1%) mora na cidade há mais de cinco anos. Dessa forma, em virtude da faixa etária dos entrevistados,

pode-se afirmar que o universo pesquisado é composto por indivíduos com experiência de vida basicamente urbana.

As informações sobre a inserção dos indivíduos do grupo familiar no mercado de trabalho indicam que, em geral, quem trabalha é o homem, constituindo quase sempre a atividade feminina remunerada fonte de suplementação à renda familiar, exceto para aquelas que são chefes de família. Não se constatou a inserção de menores em atividades produtivas.

Os homens são, em sua maioria, empregados (69,7%). As atividades autônomas, classificadas como pertencentes ao mercado informal de trabalho, ocupam 18,3% da população masculina, conforme demonstra a tabela 4.

TABELA 4 - NÚMERO DE HOMENS PESQUISADOS NO CONJUNTO HABITACIONAL  
ATENAS, SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL - 1990

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	NÚMERO DE HOMENS	
	Absoluto	(%)
Empregado	24	69,7
Conta Própria	7	18,3
Desempregado	3	6,0
Aposentado	2	6,0
TOTAL	36	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

A estrutura ocupacional das mulheres se diferencia daquela observada para os homens. Apenas 36,4% da população feminina insere-se no mercado de trabalho como empregada, 20,4% exerce somente a atividade de dona-de-casa e 40,9% compatibiliza as tarefas domésticas com algum trabalho remunerado, comumente vendas de produtos diversos que são comercializados no próprio bairro (tabela 5).

TABELA 5 - NÚMERO DE MULHERES PESQUISADAS, SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS - 1990

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	NÚMERO DE MULHERES	
	Absoluto	(%)
Empregada	16	36,4
Somente Dona de Casa	9	20,4
Dona de Casa com Trabalho por Conta Própria	18	40,9
Desempregada	1	2,3
TOTAL	44	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

A inserção tanto dos homens como da mulheres no mercado de trabalho, ocorre muitas vezes duplamente, em virtude da combinação de vínculos com o mercado formal e informal de trabalho.

A maior frequência de empregados autônomos de ambos os sexos exercendo atividades no setor terciário da economia tem sido explicada, por um lado, pelo fato de esse setor ser tradicionalmente demandante de mão-de-obra pouco qualificada e, por outro, se inscreve no contexto mais amplo da dinâmica do mercado de trabalho como um todo, em particular, nos anos 80, em que o setor terciário se apresentou como o principal empregador da força de trabalho (tabela 6).

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES DE ATIVIDADE NO EMPREGO ASSALARIADO, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS

SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)
Secundário	47,2
Terciário	52,8
TOTAL	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

Assim, o terciário aumenta sua participação no emprego da População Economicamente Ativa, que passa de 37,0%, em 1981, para 47,3%, 1989. A

tabelas 7 e 8 apresentam as ocupações exercidas por homens e mulheres do universo pesquisado no mercado forma e informal de trabalho.<sup>24</sup>

TABELA 7 - OCUPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DA POPULAÇÃO MASCULINA PESQUISADA, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS - 1990

OCUPAÇÃO	NÚMERO
Cobrador	2
Vendedor	6
Biscateiro	8
Corretor	3
TOTAL	19

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

TABELA 8 - POPULAÇÃO MASCULINA ASSALARIADA, PESQUISADA NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS, SEGUNDO AS OCUPAÇÕES - 1990

OCUPAÇÕES	NÚMERO
Cobrador	2
Vendedor	3
Operário Metalúrgico	4
Operário Tecelão	1
Vigilante	4
Auxiliar de Enfermagem	1
Açougueiro	1
Repositor de Supermercado	1
Operador de Computador	1
Supervisor	2
Sargento do Exército	1
Funcionário Público	2
Motorista	3
Policial Militar	1
Garçom	2
Operador de Som	1
Operários Diversos	4
TOTAL	34

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

<sup>24</sup> Importa destacar que a capacidade do setor terciário em gerar empregos decorre de duas razões. A primeira, diz respeito ao excepcional crescimento das atividades voltadas ao setor financeiro e comercial. A segunda, decorre do engajamento de um número maior de pessoas no segmento informal desse setor, principalmente nos momentos de crise econômica, reduzindo o impacto em termos de desemprego aberto.

Do universo pesquisado, 82,2% eram proprietários das residências, sendo que 48,9% havia adquirido o imóvel de terceiros e 33,3% diretamente da COHAB-Ct. Embora a COHAB-Ct proíba o aluguel das unidades financiadas, 8,9% dos entrevistados encontravam-se nessa condição de moradia. A cessão do imóvel, em geral, por parentes, constitui situação de 6,7% dos pesquisados (tabela 9). Nesses casos, vigora um acordo em que o ocupante do imóvel compromete-se a pagar regularmente as prestações em troca do uso, o que configura uma locação disfarçada.

TABELA 9 - NÚMERO DE FAMÍLIAS PESQUISADAS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE MORADIA, NO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS - 1990

CONDIÇÃO DE MORADIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	
	Absoluto	(%)
Proprietário		
Imóvel adquirido direto da COHAB	15	33,3
Imóvel adquirido de terceiros	22	48,9
Alugado	4	8,9
Cedido	3	6,7
Em situação irregular junto à COHAB	1	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

Em situação irregular junto à COHAB-Ct localizou-se apenas uma mulher que declarou que tinha expectativa de regularizar a aquisição do imóvel, uma vez que o proprietário do mesmo não estava sendo encontrado. Enquanto tramitava o processo de abandono do imóvel na COHAB-Ct, ela não efetuava qualquer pagamento (prestação, aluguel e condomínio).

De uma maneira geral, a avaliação dos entrevistados sobre as atuais condições de moradia privilegia a propriedade da casa, o valor da prestação e o acesso à infra-estrutura urbana. Esses foram os principais fatores apontados como vantagens de se morar no bairro. São expressos em respostas como: "moro por necessidade"; "a prestação é baixa"; "era o que eu podia comprar"; "era barato"; "pago que é meu, tô livre do aluguel"; "aqui tem tudo, ônibus fácil, escola, creche, posto de saúde e comércio"; "para bairro pobre tem muitas coisas que facilitam."

Em contraposição, destacam como desvantagens de se morar no bairro as dificuldades de relacionamento com a vizinhança e de sociabilidade, em virtude das desigualdades de renda, grau de instrução e falta de solidariedade entre as pessoas. Nesse sentido, as respostas mais freqüentes foram: "Tem muita mistura de pessoas, a COHAB deveria escolher melhor"; "as pessoas são fechadas, aqui é cada um por si e Deus por todos"; "muita fofoca"; "o pessoal é bastante desorganizado"; "as pessoas não tem muita amizade, eu não conheço ninguém, não me misturo"; "a vizinhança é falsa." O outro elemento, é a localização do Conjunto que, segundo os entrevistados, é muito longe do centro da cidade. O alto valor do condomínio e a sua falta de organização também são motivos de reclamações daqueles que residem em apartamentos. Ainda, importa salientar que apenas três entrevistados não apontaram nenhuma desvantagem em residir no local. Entretanto, ser proprietário da moradia é para todos os entrevistados uma prova irrefutável de melhoria de vida. E todos se percebem como integrantes de um processo de mobilidade social ascendente.

Nesse sentido, pode-se concordar com Kowarick (1991) quando afirma que ter ou não moradia define as reais condições de vida dos trabalhadores para além da tríade rendimento, inserção no mercado de trabalho e nível de instrução.

Ainda, importa assinalar que aquisição da casa própria via COHAB-Ct os

define como beneficiários de uma política social e os diferencia das pessoas com igual nível de renda, mas que não tiveram a mesma oportunidade, especialmente quando se leva em conta que, na ocasião da compra, o pagamento mensal da prestação do imóvel representava até 30% da renda familiar do mutuário. No momento da pesquisa, dada a instabilidade econômica, a prestação comprometia entre 3,6% a 7,2% do salário, dependendo do período e da forma de aquisição (COHAB-Ct ou terceiros), opção de reajuste (equivalência salarial, inflação anual). O valor monetário dispendido com moradia, em alguns casos, é relativamente pequeno em relação ao salário auferido, o que permite a esses moradores uma certa disponibilidade orçamentária, que resulta em maior capacidade de consumo de bens duráveis e não-duráveis. Ou seja, o fato de a maioria dos entrevistados ser proprietário de suas residências é de fundamental importância para a compreensão das formas de consumo e poupança desses atores sociais<sup>25</sup>.

Essa relativa capacidade de consumo pode ser comprovada observando-se na tabela 10 a relação dos bens de consumo duráveis que as famílias pesquisadas possuíam. A posse de alguns itens considerados de consumo mais sofisticado, tais como video-cassete, disco laser, telefone e mesmo carro, são incompatíveis com o poder de compra dos entrevistados, conforme suas declarações de rendimentos. Os mecanismos utilizados, bem como os objetivos para adquirir esses bens são indicativos das práticas econômicas relatadas no capítulo anterior.

---

<sup>25</sup> Como bem observou Sarty (1994), entre outros, a casa própria, para além do seu valor material, representa a concretização do projeto de melhoria de vida, o qual carrega um importante significado simbólico.

TABELA 10 - NÚMERO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEL QUE AS FAMÍLIAS DO CONJUNTO HABITACIONAL ATENAS POSSUÍAM NA OCASIÃO DA PESQUISA - 1990

BENS	NÚMERO DE BENS	
	Absoluto	(%)
Televisão em Cores	38	84,4
Televisão Preto e Branco	19	42,2
Rádio	20	44,4
Rádio Relógio	29	64,4
Aparelho de Som	28	62,2
Vídeo-Cassete	7	15,5
Disco Laser	3	6,6
Geladeira	43	95,5
Máquina de Costura	16	35,5
Máquina de Lavar Roupa	18	40,0
Máquina de Secar Roupa	4	8,9
Liquidificador	34	75,5
Batedeira	15	33,3
Aspirador de Pó	12	26,6
Telefone	6	13,3
Veículo	5	11,1

FONTE: Pesquisa de Campo, jul./set. 1990

No que se refere à crença e prática religiosa, com exceção de um entrevistado, que afirma não ter religião, porém acredita em Deus e está à procura de uma crença, todos os demais, ainda que não freqüentem com regularidade a igreja, vinculam-se a alguma religião. A maioria (63,0%) declara-se católica, em decorrência da tradição familiar, e, uma menor parcela (22,0%), se diz adepta de religiões protestante-pentecostais, que encerram diferentes denominações, sendo as mais comuns Assembléia de Deus, Cruzada de Deus, Congregação Cristã e Evangélicas. Assim, ao contrário dos católicos, pertencer a essas religiões aparece para os entrevistados como uma opção individual e recente. O remanescente (12,8%) professa outras religiões (Testemunha de Jeová, Mormon e Espíritas).

Os argumentos sobre a religião, como a garantia de conforto, vida um pouco melhor, paz espiritual, bem para as pessoas num mundo repleto de

dificuldades, auxílio para arrumar emprego, ajuda em momentos de doença etc, justificam as opções religiosas dos entrevistados.

É interessante notar que a opção religiosa é realizada com liberdade e sem discriminação a outros credos; todas as crenças são avaliadas positivamente; o importante é possuir uma religião e acreditar que essa faz bem para o indivíduo que a professa. A família exerce pouca influência nessas escolhas, sendo comum a convivência relativamente harmoniosa de diferentes religiões no mesmo núcleo familiar. Somente os protestantes parecem tentar convencer os demais familiares a aderirem sua fé. No entanto, isso é feito sem grandes conflitos aparentes.

Importa assinalar, ainda, que boa parte dos entrevistados indica que já teve outras crenças religiosas e que a adesão a uma religião não impede a frequência a outros cultos religiosos. Alguns dos entrevistados, especialmente os que professam outras religiões que não católica ou espírita, acreditam que às suas opções religiosas corresponde um desinteresse pela política, pois acreditam que o caminho da mudança, no mundo terreno, está exclusivamente nas mãos de Deus. Assim, as formas de participação política não são incentivadas, e, em alguns casos, são proibidas, a exemplo dos Testemunhas de Jeová, que vetam o direito de voto a seus fiéis. Mas, o que foi possível observar é que a religião não impede o contato com a mídia: a televisão e os jornais.

A participação em associações de cunho político é limitada, considerando o conjunto da população pesquisada; 21,0% são filiados à Associação de Moradores local e 23,5% a sindicatos e/ou entidades de classe. Esses resultados são semelhantes aos encontrados para o total da população paranaense: 22,1% de associados a organizações comunitárias e 21,8% a de filiados a sindicatos ou entidades de classe (PNAD, 1986). Portanto, não é possível fazer uma vinculação automática entre religião e participação em outras formas de associativismo.

Os entrevistados que são filiados aos sindicatos alegam como motivo para a filiação os benefícios assistenciais oferecidos por essas entidades, tais como: dentista, distribuição de material escolar entre outros. Apenas um funcionário público municipal demonstrou perceber o sindicato como instrumento de reivindicação salarial e de melhoria nas condições de trabalho. Os demais atribuem as organizações de trabalhadores tão-somente às funções assistenciais, recreativas e culturais.

Da mesma forma, a participação na Associação de Moradores também aparece sempre vinculada aos benefícios oferecidos; a perda ou o desistesse nos serviços e bens ofertados pela Associação acarreta o desligamento do associado. Como foi visto na análise a respeito do ticket de leite, essa entidade não é percebida pelos entrevistados como forma de organização ou de representação de interesses coletivos<sup>26</sup>.

A leitura dos dados sobre associativismo corrobora com a análise empreendida por Ribeiro (1996), ao constatar que entre a população pobre e com níveis inferiores de instrução predomina um padrão de organização e mobilização social que o autor denomina de comunitário-religioso, o qual tem por base o local de moradia.

Para apreender a visão de política, recorri à memória dos entrevistados, ao solicitar que selecionassem o melhor Prefeito, Governador, Presidente da República e Partido Político, bem como justificassem essa seleção e arrolassem as razões de suas últimas opções eleitorais. Em geral, lembram e selecionam com maior facilidade o Prefeito. Do universo pesquisado, 91,1% citou nomes de chefes do Executivo municipal, enquanto presidentes e governadores foram lembrados por 42,8% e 24,3% dos entrevistados, respectivamente. Tal fato, é justificado

---

<sup>26</sup> Ver capítulo 3.

devido à competência administrativa do prefeito, ao responder por problemas que afetam o cotidiano mais imediato dessa população, como, por exemplo, transporte coletivo, infra-estrutura urbana, saúde, creche.

Destaque-se, por um lado, a visão bastante negativa sobre o exercício da Presidência da República: (54,8%) dos entrevistados afirmam não lembrar qual foi o melhor Presidente, ou responderam, categoricamente, que nenhum deles merece essa classificação, e, por outro, o alto índice de entrevistados (31,4%) que cita como melhor Presidente o General Figueiredo<sup>27</sup>, e atribuem a essa escolha razões de ordem econômica, social e política. Vale assinalar que a avaliação do desempenho presidencial, em geral, é elaborada do ponto de vista de como foi vivida a situação econômica individual ou pela avaliação da dimensão do crescimento da pobreza em cada mandato. Os depoimentos a seguir são bastante ilustrativos a esse respeito:

Figueiredo, todos podem falar que foi mal. Era militar, não tinha tanta pobreza e miséria como tem agora. Essa democracia tá virando ditadura. Getúlio era ditadura mais ajudava os pobres.

Figueiredo, no tempo dele consegui comprar muita coisa, carro nem que fosse velho. Agora, o Sarney eu não sei. O Collor foi o pior.

Figueiredo, por causa dos salários, eu comprava coisas a prestação em 24 vezes sem juros tudo igual. O custo de vida mais baixo, apesar do salário subir só duas vezes por ano.

Figueiredo, era uma ditadura. Ele evitava muitas coisas. Depois veio a abertura política; Democracia no Brasil é muito individual. Com a democracia passou a ter greve virou uma anarquia. A consciência do poder operário deveria se dar de uma outra forma.

Essas preferências, bem como seus argumentos, ao mesmo tempo que remetem à lembrança de tempos melhores, ainda que sob a égide da ditadura militar, revelam o desencanto com o processo de transição democrática, que não atendeu às expectativas de melhoria de vida da população.

---

<sup>27</sup> Último Presidente nomeado pelo Colégio Eleitoral. Exerceu o mandato de 1979 a 1984, sendo responsável pela condução do processo de transição para a democracia. Deixou o cargo com baixo índice de popularidade.

Outro percentual significativo (11,4%), embora nem todos tenham vivenciado esse período, é a lembrança de Getúlio Vargas<sup>28</sup> como o melhor Presidente, em virtude de ter realizado, segundo suas opiniões, um governo voltado para os pobres e ter concedido diversos direitos aos trabalhadores, como os inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.<sup>29</sup>

O restante, cerca de 2,5% dos entrevistados, acredita que o melhor Presidente poderia ter sido Tancredo Neves, que não teve a oportunidade de exercer o cargo, para o qual foi eleito pelo Colégio Eleitoral, em virtude de sua morte antes de assumir o posto.

No que tange à atuação do governo estadual, as referências são bastante tênues. Tem-se a impressão de que o poder Executivo estadual exerce pouca influência na vida das pessoas, ao ponto de uma das entrevistadas responder que: "Nunca fui ligada em governador"; indicativo dessa certa indiferença, em relação ao governo do Estado, é o percentual de 86,0% dos entrevistados afirmam não lembrar qual o melhor governador, ou não considerar nenhum deles bom.

Quanto aos partidos políticos, apenas os quatro entrevistados, filiados elegem o melhor<sup>30</sup>. Para os demais, os partidos são *a priori* ruins. Argumentam que o partido não interessa; na hora das eleições, votam em pessoas, independente da filiação partidária do candidato, conforme alguns depoimentos:

---

<sup>28</sup> Em sondagem de opinião realizada pelo IBOPE, em abril de 1989, Getúlio Vargas e Figueiredo aparecem como os Presidentes preferidos da população brasileira, com 33,0% e 11,0%, respectivamente. A esse respeito, o trabalho de Teresa Caldeira contém uma minuciosa análise sobre a importância de Getúlio Vargas na memória das classes populares, como o governante mais lembrado e parâmetro para pensar a política, principalmente um modelo de fazer política para os pobres. Caldeira, (1984).

<sup>29</sup> Conjunto de leis previdenciárias e trabalhistas que rege os contratos no mercado formal de trabalho, criada à partir da década de 20, que adquire forma mais acabada com a aprovação da CLT, em 1943. Ver Santos, (1979).

<sup>30</sup> Temos um entrevistados filiado ao PT, dois ao PMDB e outro ao PDT.

Partido, não tem melhor, todos tem o mesmo objetivo, querem enganar o povo, muita politicagem, todos são iguais.

Não tem melhor partido, eu voto na pessoa e o que ela tem para ajudar e contribuir para o Brasil. O partido não muda, quem muda são as pessoas. A sigla não ajuda a conseguir nada.

Partido nenhum, voto na pessoa e não no partido, partido não leva a nada.

Voto por causa do candidato, nunca procurei saber o partido. Não tenho simpatia, voto por causa do candidato, nunca procurei saber o Partido.

Pela opção eleitoral dos entrevistados, em 1989, percebe-se que a maioria (56,0%) votou em Fernando Collor de Mello, no 2º turno.

Pelo exposto, nota-se que a visão de política dos entrevistados assemelha-se a um mosaico difuso, sem uma cronologia. A situação política é pensada de acordo com recordações de fatos mais significativos, principalmente em virtude da realização do projeto de melhorar de vida.

## 5.2 CONVIVÊNCIA COM A INFLAÇÃO

Neste item, analiso os resultados obtidos com a aplicação dos questionários junto a 45 moradores, procurando analisar duas perspectivas complementares. A primeira, refere-se às respostas de caráter mais opinativo, que refletem a percepção e a representação do contexto econômico. A segunda, concentra-se em apreender as práticas econômicas dos entrevistados.

Antes, porém, apresento os resultados obtidos sobre o uso da mídia como veículo de notícias e informações. Verificou-se que 85% dos pesquisados acompanham regularmente o noticiário pela televisão ou pelo rádio. O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, tem a preferência do conjunto da população. Os jornais escritos são menos citados como fonte de informação sobre assuntos da política ou economia, sendo adquiridos e lidos somente quando se

está em busca de oportunidades de emprego e, sobretudo, à procura de anúncios de ofertas de bens de consumo; com esse objetivo, o Jornal Gazeta do Povo de domingo é o mais mencionado nas entrevistas.<sup>31</sup>

Parece portanto, que paradoxalmente, para os entrevistados, o rádio e a televisão são veículos em que obtêm informações sobre questões que dizem respeito à cidadania, enquanto a mídia impressa informa sobre questões relacionadas ao consumo. A separação entre essa duas esferas - cidadão e consumidor - não se realiza sem problemas. Dentre os assuntos que chamam mais a atenção dos entrevistados nos meios de comunicação eletrônicos, destacam-se a política e a economia, manifestando interesse por notícias sobre aumentos salariais, índices de custo de vida e ações do governo no encaminhamento de soluções, como se pode observar em formulações do seguinte tipo:

Quando eles falam do salário, moradia presto atenção.

As políticas, se vai melhorar os preços.

Noticiário local tudo, política, gosto de saber como está a questão do salário.

Política salarial, notícias policiais em geral, curiosidades.

Dia-a-dia do governo, o que ele vai fazer, o custo de vida para saber como é que anda.

Também foi possível observar que as conversas em bares, pontos de ônibus e com vizinhos são uma importante referência na formulação de opiniões sobre o tema objeto desta pesquisa.

Na pergunta sobre os principais problemas que afligem o país, nenhum dos entrevistados arrola somente um problema. Os temas recorrentes

---

<sup>31</sup> Esclarecemos que não há interesse em estudar aqui o significado dos meios de comunicação de massa, mas apenas identificar os veículos citados pela população como úteis para obter informações. Vale frisar que ficou evidente a importância do rádio e da televisão como veículo de informação mais significativo; no entanto, meu interesse não é analisar o conteúdo das mensagens emitidas, posto que o pressuposto é que essas mensagens passam por um processo de seleção, reflexão e reelaboração, de acordo com o universo sócio-cultural dos receptores.

relacionados à economia e sociedade são: inflação, educação, violência, pobreza, fome, saúde, dívida externa, questão salarial e administração pública.

Tem tantos. Esses caras não sabem administrar, a violência, muita sujeira no mundo. Sei lá, acho a fome, o desemprego, o Governo tinha que resolver, não subindo tanto as coisas não causando desemprego do jeito que está causando agora.

Primeiro condições de vida, moradia, trabalho, salário, aí é que define tudo. Educação, saúde, o governo libera pouca verba para esses itens. Através de uma coordenação, melhorando o salário e fazer política voltada para as condições de vida, profissionalização. A situação muito triste do professor, não ajuda a se manter.

Dentre os problemas arrolados, foi possível identificar 16 falas em que há uma referência explícita à inflação, ou afirmações do tipo “ Sobem os preços dos bens e produtos e esquecem de aumentar o salário”. Se ainda à inflação acrescentássemos as respostas que se referem aos preços dos alimentos, teríamos mais três falas a respeito, passando de 16 para 19 referências ao tema inflação.

Importa assinalar que as respostas sempre relacionam aumento de preços com o não-aumento de salários; assim, aparentemente, se os salários fossem reajustados na mesma proporção que os preços, a inflação não constituiria grave problema. O poder de compra dos salários constitui o principal parâmetro para avaliar ou hierarquizar os problemas brasileiros. Consideração semelhante resulta da pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE, em agosto de 1990, para o conjunto da população: de uma lista de problemas que o Brasil enfrentava, as pessoas consideravam o salário dos trabalhadores o mais grave dos problemas brasileiros, com 48,0%, inflação e controle dos preços aparecem somando 46,0%, seguidos pelo desemprego, com 41,0% (IBOPE, 1990).

A educação, preocupação predominantemente feminina, apareceu em 12 respostas das mulheres, com diferentes significados: pode tanto referir-se ao ensino formal, quanto à inadequação de comportamento social.

Inflação, fome, tudo gerado pela falta de educação; se o povo fosse mais desenvolvido saberia escolher o Governo, lutar, o que causa isso é a falta de cultura, a inflação está gerando tudo isso aí, desemprego. Se o povo se unir, fazer um acordo, saber escolher seus representantes a coisa muda, você vê quem escolheu o Collor foi a classe mais baixa que não tem entendimento.

Os políticos que eleitos ganham demais e nada fazem pelo seu povo. Tecnologia defasada, agricultura péssima, a educação nem se fala. Os políticos deveriam ser eleitos pelo povo, tendo um salário de acordo com o do povo. A agricultura o incentivo para ela, porque senão em breve irá faltar alimentos e educação tem que mudar tudo, colégios muito caros, faculdades só para bilionário, os filhos dos pobres não conseguem.

Violência que aparece em 10 respostas, pobreza em 9 e crianças abandonadas em 8 respostas são problemas que estão relacionados entre si, ou são consequência um do outro: “pobreza porque nela existe latrocínio e bandido”.

Fome e saúde aparecem 9 vezes, também de forma bastante relacionada: “Saúde mal cuidada, muita gente passando fome”.

O desemprego e a falta de trabalho aparecem 8 vezes; no momento da pesquisa, 3 entrevistados tinham sido demitidos recentemente, e os índices de desemprego em alta eram atribuídos ao fracasso do Plano Collor.

Sobre a inflação, com exceção de 2 entrevistados que não emitiram opiniões – um deles, ao responder, disse “não achar nada” e outro, que “não sabia o que era ou o que provocava a inflação” –, os demais discorreram com facilidade sobre o tema. Observou-se entre os entrevistados desconfiança sobre a veracidade dos índices de aumento de preços divulgados; cerca de 40,0% deles não acreditam quer nos índices de inflação, quer na solução desse problema.

Ela está existindo e não se segura de jeito nenhum, deveria ter uma outra maneira de medir para se divulgar o real e não este fictício que eles estão passando.

Não convence a gente, deveria ser bem mais pesquisada.

A inflação está sendo escondida, está existindo mas não aparece. Com a inflação alta todo mundo quer tirar proveito.

Eles dizem que baixou, dão lá uma porcentagem, mas os preços continuam subindo, não tanto como antes. A zero ela nunca vai baixar.

A irregularidade e o ritmo variável no reajuste dos preços, típico de uma economia com altas taxas de inflação, são percebidos como mecanismos de que os formadores de preços se utilizam para enganar a população. Assim,

sentem-se ludibriados ao afirmarem que os índices de inflação não refletem a realidade e, dessa forma, ordenam um discurso a respeito da inflação.

A definição do fenômeno inflacionário, como sendo alta geral, contínua e persistente dos preços, sem o correspondente aumento nos salários, é compartilhada pelo conjunto dos entrevistados e recorrentemente citada para explicar as causas e os efeitos da inflação. Todos se consideram perdedores na corrida entre preços e salários, em função de uma desigualdade estrutural e diferenciada da lógica econômica, em que os aumentos salariais são subordinados, enquanto a capacidade dos empresários em reajustarem seus preços é autônoma.

Entretanto, a definição de quem são os responsáveis pela inflação não se faz sem problemas. Com base na rígida divisão entre nós – povo perdedor – e eles – ganhadores ricos e poderosos –, os entrevistados, em geral, atribuem a responsabilidade pela taxa elevada de inflação ao governo e/ou empresários; ao primeiro, pela gestão ineficiente da economia e ao segundo, por abusar dos reajustes de preços e ainda pela alta rentabilidade que obtêm no mercado financeiro.

Tá na mão de quem tem dinheiro. Industriais só pensam neles e ganham mais, não pensam em baixar a inflação. Se cada um pensasse um pouquinho antes de aumentar, a inflação parava de subir.

Sobe quase todo dia. E é o maior inimigo. Existe por causa dos próprios governantes que não estão sabendo controlar, é o erro deles. Antes o juro era de acordo com a inflação, agora não.

No meu modo de pensar está no poder. Se o governo, deputados senadores, fizessem alguma coisa não tinha chegado onde chegou.

Foi possível identificar 18 entrevistados que combinam critérios de ordem moral com os econômicos nas avaliações que elaboram sobre a inflação, ao afirmarem que essa integra a mentalidade, do brasileiro, naturalizando assim o fenômeno e justificando a sua permanência:

Não vai acabar nunca, a mentalidade do brasileiro é só subir as coisas, os brasileiros já têm a inflação na cabeça, todos querem ganhar 100,0% de lucro.

Quem gera inflação é o próprio brasileiro. Teria que ter outra mentalidade, não comprar o que está caro, só o que estiver barato.

É um grande mal, destrói com as condições de vida das pessoas.

Quanto às possibilidade de se obter vantagem com a inflação, 26 entrevistados acreditam que os outros podem tirar vantagem da inflação. Esses outros, refere-se aos empresários, banqueiros, atravessadores, comerciante, especuladores definidos como ricos:

Somente os bem ricos ganham, pois têm dinheiro para aplicar e ganham do governo e do povo, coitado de quem tem pouco.

A classe dos empresários e bancários ganham muito dinheiro com a aplicação financeira, juros e correção monetária (bolsa de valores, mercado de ações), eles deviam ser menos egoísta.

Somente 2 entrevistados assumem ser possível eles próprios tirarem vantagens da inflação e relatam suas experiências:

No passado eu tirei, tinha meses em que dobrava o salário no *overnight*, hoje eu não vou colocar o dinheiro na poupança para ganhar 0,5% ao mês, hoje compro coisas para casa, aparelho de som entre outras.

Se eu consigo comprar alguma coisa com 30 dias, eu estou ganhando dos preços do mercado. As pessoas que aplicam, embora ganhem, as coisas sobem mais rápido que as aplicações

Já os entrevistados que não acreditam na possibilidade de obter vantagens com a inflação responderam à questão de forma monossilábica, ou por meio de explicações sucintas: “as vantagens são ilusórias, não dá para sobreviver quando a inflação não acompanha os salários”.

Quando indagados sobre a contribuição ou prejuízo individual causados pela inflação, 88,0% alegam que só têm prejuízo com os altos índices inflacionários. Problemas de baixos salários e inexistência de reajustes salariais que acompanhem os aumentos de preços são os principais motivos arrolados para justificar o prejuízo causado pela inflação na sobrevivência imediata e em projetos de vida:

Prejudica em tudo porque com a inflação, não dá pra comprar nada.

Para gente que ganha salário prejudica, não prejudica os ricos.

Prejudica o salário nunca acompanha inflação nenhuma.

A avaliação negativa da inflação é balizada pela redução do poder de compra dos salários, assim como a avaliação positiva obtida pelo Plano Cruzado refere-se ao fato de que esse permitiu um aumento real dos salários.

Nenhum dos entrevistados admitiu que a inflação possa contribuir para melhoria de sua vida. Houve apenas dois entrevistados que se colocaram como indiferentes sobre essa questão, outro que não respondeu, e um que afirma o seguinte: “Se ganham bem não tem problema, acho que prejudica quando sobem as coisas e você não pode comprar”.

Sobre o Plano Collor, que estava em vigência há cerca de seis meses, no momento da pesquisa, 75,0% dos entrevistados o desaprovam. As principais razões para a opinião negativa sobre o Plano é o fato de esse ter elevado os índices de desemprego, não prever reajustes salariais, além do descrédito nos índices baixos de inflação que estavam sendo divulgados, ainda que no início muitos dos entrevistados tenham acreditado na sua eficácia.

Eu estou achando ruim porque ele não mexe no salário, diz que as coisas de comer não sobem mais e continua subindo, o salário está parado.

Para mim muito ruim porque não podia fazer o que está fazendo. Vê o desemprego, é culpa dele.

Sobre o desemprego, no momento da pesquisa, 3 entrevistados tinham sido demitidos recentemente, e a inexistência de uma política salarial é argumento para explicar as alterações provocadas pelo Plano, na vida pessoal dos entrevistados. Somente um entrevistado afirmou literalmente que vivia melhor com a inflação alta, pois trabalhava negociando carros, o que lhe permitia grande rentabilidade no período de inflação mais elevada. Aqueles entrevistados que

trabalhavam com venda sentiam-se prejudicados pelo Plano, em virtude do enxugamento da liquidez e da falta de reajustes salariais.

Alterou bastante quem trabalha com vendas, ninguém tem dinheiro. Antes fazia um biquinho agora não dá. Tenho de reduzir o consumo. Ele não aumentou os salário. O brasileiro sempre foi acostumado a viver loucamente.

Ainda em relação ao salário, o Plano Collor previa a livre negociação salarial entre patrões e empregados. Cerca de 84,0% dos entrevistados afirmam ter domínio sobre esse tema, mas verificou-se que, em geral, são contra a implantação dessa política salarial, em virtude de perceberem esse mecanismo como sendo uma relação individual entre o trabalhador e o empregador, em que o primeiro sempre terá ou de aceitar a remuneração ofertada, ou ser demitido. Os depoimento são ilustrativos:

Não dá certo os patrões dizem ou aceita o que tá ganhando ou pede a conta.

Não vai dar certo. O empresário vai se aproveitar, principalmente, com esse desemprego. Ele contrata dois no lugar de um se você pedir aumento.

O governo não tem responsabilidade, o empresário é muito egoísta não vai dá aumento pro empregado.

Quanto às lembranças dos entrevistados sobre os diferentes planos de combate à inflação, mais de 73,5% deles citam o Plano Cruzado e lamentam o seu fracasso, pois, na visão dos entrevistados, esse foi o único Plano que possibilitou aos pobres melhoria nas condições de vida, ou:

Cruzado I foi o único que todo mundo adorou. Eu consegui comprar o telefone com prestações reduzidas que se transformou em apartamento.

O cruzado muita gente fez alguma coisa, adquiriu algumas coisas.

Plano Cruzado e Cruzado Novo, a partir deste eu parei de comprar coisas depois.

Melhorou na época do Sarney, no Cruzado quando subia o salário.

Cruzado comprou mais coisinhas. Comprou televisão, jogo de quarto, a TV foi à vista, o quarto à prestação, comprou roupa, sapato e coisas que precisava.

No Cruzado I eu vivia como rica, carne era só de primeira

Os demais planos são lembrados de forma vaga, sem conseqüências concretas nas suas condições de vida, ou afetando-os de forma negativa: “Bresser, Cruzado acho tudo uma besteira, pois só se trocou o nome do dinheiro”.

Os entrevistados são unânimes em afirmar que no item alimentação comprometem o maior volume dos recursos disponíveis mensalmente. Em geral, mais de 50,0% da renda familiar auferida é dispendida com alimentação, sendo os preços dos alimentos o parâmetro para mais de 90% dos entrevistados perceberem o aumento da inflação.

A alimentação como prioridade da hierarquia de consumo entre os pobres já foi identificada por outros estudos (Zaluar, 1985). Em pesquisa de acompanhamento do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima de Campinas – (UNICAMP/NEPP, 1996) também se verifica essa recorrência; no entanto, nesse trabalho constatou-se que a expectativa de consumo dos beneficiários desse Programa concentra-se em utilizar os recursos recebidos para adquirir móveis e equipamentos eletrodomésticos (35,3%), enquanto 11,9% dos entrevistados pretendem usar os pagamentos futuros no item alimentação.

Esses dados que foram interpretados como sendo indicativo dos projetos futuros ou mesmo um sonho irrealizável, uma vez que as necessidades imediatas consomem quase que a totalidade da renda dessa população, podem estar sugerindo que também o grupo social objeto da pesquisa do NEPP atribua aos bens de consumo duráveis valor de uso e de investimento.

Foi possível observar que os entrevistados têm certa familiaridade com o funcionamento do sistema financeiro. Com a expressão familiaridade, como já disse, não quero avaliar o grau, a adequação ou a qualidade de um conhecimento, mas chamar a atenção para o fato de que os entrevistados têm explicações sobre como o sistema funciona, avaliam bons e maus investimentos e agem em função

dessas avaliações. Assim, 84,3% declaram que já tiveram dinheiro depositado em poupança, em algum momento de suas trajetórias. As razões alegadas para não se ter poupança são de duas ordens: a primeira, refere-se à falta de confiança nesse tipo de investimento, após o confisco dos ativos financeiros decretado pelo Plano Collor, o que se pode ser ilustrado pelas seguintes respostas:

Sim, tinha poupança quando a gente era bobo e confiava no governo, a gente achava que estava ganhando com a poupança 15,0% ou 30,0% a inflação é sempre maior que o rendimento.

Sim. Até o Plano Collor, depois que ele liquidou com a poupança o negócio é gastar, poupança é só ilusão, a pessoa vende o que tem para viver de juro e não alcança, os produtos sobem mais que o ganho.

A segunda, diz respeito à indisponibilidade de recursos para esse tipo de investimento. Nesse sentido, a resposta mais recorrente é: “não sobra dinheiro para guardar”.

Os motivos arrolados para se ter poupança, em geral, referem-se ao fato de essa proporcionar um mínimo de segurança, em particular para os momentos de necessidade, como nos casos de desemprego ou doença. 62,5% dos entrevistados valorizam a Caderneta de Poupança, embora apenas 3 entrevistados tivessem sido afetados pelas medidas de bloqueio dos recursos pelo Banco Central, o que perfaz um total de mais de 90,0% que não tiveram dinheiro confiscado pelo Plano Collor. Os entrevistados que emitem opiniões negativas a respeito da Poupança fundamentam seus argumentos nos riscos de terem seus recursos bloqueados pelo Governo:

Governo não deveria ter mexido na Cardeneta de Poupança.

As pessoas às vezes guardam dinheiro a vida inteira e agora está bloqueado.

Não é um bom investimento, principalmente depois do Plano Collor.

Sei lá, não dá para confiar, de uma ora para outra podem levar o dinheiro de novo.

Essa insegurança quanto à aplicação de dinheiro no mercado financeiro, particularmente em Caderneta de Poupança, resultado da experiência, convive com a imagem de que a Caderneta de Poupança constitui mecanismo alternativo “em caso de necessidade”. Além disso, elaboram uma diferenciação de alternativas de investimentos quanto ao tipo de necessidade: para um ganho mais imediato e maior, recorrem, especialmente, ao investimento em bens duráveis com valor de troca; para casos de “necessidade” (doença, desemprego), menciona-se como alternativa a Caderneta de Poupança. No entanto, 72,0% deles não a possuía na época da pesquisa.

Outro argumento utilizado para desconfiar do investimento em Caderneta de Poupança consiste na alegação recorrente de que a inflação é sempre superior ao rendimento obtido na poupança, uma vez que, para esses entrevistados, os índices inflacionários divulgados são irreais, porque o governo os manipula. Assim, no caso de dispor de dinheiro, preferem adquirir bens, ao invés de investir em Caderneta de Poupança. Nesse sentido, as respostas são ilustrativas:

Uma ilusão do povo o juro nunca é o real. É sempre manipulado. Os preços sobem mais.

Poupança é péssima, a inflação é mentirosa, a Caderneta de Poupança não é mais lucrativa. É melhor você comprar bens hoje em dia, e se precisar vende.

A “ilusão monetária” - jargão que se tornou corrente nos meios de comunicação (rádio e televisão) - tem sido largamente veiculada pelos analistas econômicos no sentido de esclarecer a população de que o ganho econômico obtido com a correção monetária em contexto de inflação alta não é real e constitui ganho ilusório. Os entrevistados nesta pesquisa parecem deslocar a ilusão para a prática política dos economistas do governo, que, segundo eles, sempre anunciam índices de inflação abaixo dos reais, como forma de reduzir as taxas de rentabilidade dos ativos financeiros.

Dessa forma, parte dos entrevistados explicita o que os economistas denominam de “ilusão monetária”, ao afirmarem que, em períodos de inflação alta, a poupança tem um rendimento maior:

Agora não presta mais, os juros estão parados.

Antes era bom, porque rendia bastante, agora não rende muito.

Era boa quando aumentava com a inflação alta. Agora não, só para quem tem milhões

Essas considerações poderiam explicar, em parte, a fuga dos pequenos investidores da Caderneta de Poupança, nos períodos de arrefecimento da inflação, como ocorreu na vigência do Plano Cruzado, o que, conforme Lurdes Sola (1989: 38-69), surpreendeu os propositores do Plano. Isso tem se repetido com o Plano Real. Os recursos retirados da poupança, em geral, são canalizados para o consumo.

Tanto isso é verdade que, assim como na atualidade, no momento da pesquisa as taxas de inflação estavam em patamares relativamente baixos para a economia brasileira; nessas ocasiões, os estudos realizados pelo Banco Central revelam o abandono de investidores da Caderneta de Poupança. Conforme o Banco Central, em julho de 1994, data de implantação do Plano Real, havia 82 milhões de reais depositados em Caderneta de Poupança e, em junho de 1996, o montante depositado era de 76 milhões de reais. Some-se a isso a informação de que o abandono da poupança foi mais freqüente entre os pequenos poupadores, ao se registrar um maior encerramento de contas em Caderneta de Poupança com saldos de até 500 reais.

E, no entanto, preciso qualificar melhor esse consumo, chamando a atenção para o investimento simbólico atribuído aos produtos consumidos. Mais de 50,0% dos entrevistados afirmam que, quando dispõem de um excedente de recursos, investem na aquisição de bens de consumo ou gêneros alimentícios.

Nas questões sobre as vantagens e prejuízos provocados pela inflação, 22 respostas correspondem às práticas econômicas pretendidas ou realizadas de se tentar obter ganhos com os aumentos de preços ou que funcionam como mecanismo de defesa da corrosão da renda. Essas práticas demonstram que investimento e poupança significam, para o grupo estudado, ampliação no padrão de consumo, o qual se realiza na aquisição, preferencial, de bens com duas funções: por um lado, proporcionem maior conforto, e, por outro, que preservem um maior valor de troca no mercado

Quando sobra dinheiro compro bens para casa e faço um bom rancho.

Eletrodomésticos é o melhor investimento, pois valoriza mais.

O melhor investimento é alimentação.

Gastando, pois as coisas estão muito caras, compro algumas coisas de valor, de um rádio para cima já valoriza, depois quando precisa vender já ganho.

Estoque de comida é essencial porque sempre sobe.

As demais respostas sobre investimento confirmam a hipótese sobre a familiaridade dos entrevistados com o sistema financeiro e demonstram que têm conhecimentos das alternativas de investimento, com respostas de que investimentos lucrativos são o dólar, a aquisição de imóveis e as aplicações nos mercados financeiros.

Em relação às opções de investimentos, evidenciam-se 16 falas que correspondem às práticas econômicas pretendidas ou concretizadas de se tentar obter ganhos com os aumentos de preços, ou que funcionam como mecanismo de defesa da corrosão da renda produzida pela inflação.

Como investimento lucrativo, citam ativos reais como imóveis, telefone, aparecendo também a instalação de comércio, em particular dedicado ao ramo de alimentos, tipo pequenos armazéns ou supermercados. Um dos entrevistados fez referência explícita à aquisição de bens de consumo como melhor alternativa de investimento.

Elegem como melhor investimento realizado a aquisição do imóvel em que moram, o que reforça a importância da casa própria para as classes populares, já constatada nesta pesquisas. Surpreende o fato de poucos entrevistados admitirem ter realizado investimentos malsucedidos; apenas dois entrevistados relatam essa experiência:

Pior investimento que já fiz foi a compra de roupas com juros muito alto.

A venda do apartamento para depositar na poupança, e gastei todo o dinheiro.

Para complementar a renda do trabalho, 68,8% dos entrevistados realizam outras atividades. Ainda que não saibam precisar a remuneração auferida com esse tipo de trabalho, a frequência está de acordo com as oportunidades. A compra e a venda de bens de consumo aparecem no relato do último negócio realizado, por exemplo, venda da máquina de lavar para ajudar a comprar o carro, venda da geladeira para comprar a televisão, venda do carro para comprar o apartamento, dentre outras. Quanto à forma de estabelecer o preço das mercadorias revendidas ou dos serviços, é bastante heterogênea; em geral, após sondagem no mercado formal e informal desses bens e serviços, aplicam um percentual que varia de 20% a 100% sobre o preço do produto que está sendo comercializado.

Os indicadores que medem o consumo dos entrevistados revelam que da relação de 20 utilidades domésticas pesquisadas, 9,4% dos pesquisados possuíam de 11 a 14; 53,1%, de 6 a 10; e, 37,5%, de 1 a 5 itens, sendo a média de 6,5 utilidades domésticas por família. Em 99,0% dos domicílios pesquisados havia televisão e 53,3% possuíam televisão em cores, enquanto a geladeira estava presente em 94,0% dos domicílios; 37,5% dos entrevistados tinham máquina de costura, bem muito valorizados pela mulheres, por permitir a realização de pequenos trabalhos para a unidade familiar ou para terceiros.

Os resultados da PNAD divulgados, já no contexto do Plano Real indicam que 81,0% dos brasileiros possuem televisão e que 74,8% têm geladeira. O que confirma a importância verificada na pesquisa de a posse da televisão vir em primeiro lugar para a população brasileira.

O mecanismo de aquisição desses bens constitui uma combinação de compras no crediário com a prática de adquirir bens de terceiros, em geral, de amigos, vizinhos e parentes; mais de 50,0% dos entrevistados afirmaram ter adquirido alguns de seus bens por meio desse mecanismo. Outra parte combina a prática de compras à vista com o crediário e compra de terceiros. Somente 12,0% dos entrevistados não recorrem ou ao crédito ou à aquisição de terceiros, ao responderem que: “compram tudo à vista na loja ou “ compram a crédito, não compram coisas usadas”. Essas respostas indicam, mais uma vez, a prática do comércio de bens entre os entrevistados.

No contexto inflacionário, a circulação de bens de consumo duráveis parece ser facilitada pela defasagem dos preços entre os produtos, o que causa a percepção de ganhos com a compra e venda desses bens. Tal prática foi recorrentemente observada em função de que, para esse segmento, aos bens adquiridos são atribuídos valores de troca e de uso, razão pela qual é dada a preferência a eletroeletrônicos, que têm no mercado maior valorização.

Nesse aspecto, não se trata de dizer que a compra desses bens é orientada por razões de ordem prática ou de ordem cultural, pois, como nos ensina Sahlins, as ações humanas são constituídas por razões simbólicas:

A razão prática é uma explicação indeterminada da forma cultural; para ser mais que isso teria que assumir o que pretende explicar - a forma cultural. [...]As finalidades assim como as modalidades de produção vêm do lado cultural: os meios materiais da organização cultural, assim como a organização dos meios materiais. Podemos ver que nada em sua capacidade de satisfazer necessidades materiais (biológicas) explica porque as calças são produzidas para os homens e as saias para as mulheres, ou por que não comemos cães e, no entanto, a carne do traseiro do novilho é insuperavelmente própria à satisfação da necessidade de comer (Sahlins, 1979, p.187).

[... ] os aspectos materiais não são separados dos sociais de maneira satisfatória; como se os primeiros se referissem à satisfação de necessidades pela exploração da natureza e os últimos aos problemas da relação entre os homens. “ A unidade da ordem cultural é constituída por um terceiro e comum termo: o significado. E é esse sistema significativo que define toda funcionalidade; isto é, de acordo com a estrutura específica e as finalidades da ordem cultural. Daí, decorre que nenhuma explicação funcional por si só é suficiente, já que o valor funcional é sempre relativo a um esquema cultural (Sahlins, 1979, p.226-227).

É preciso levar em conta que o comércio improvisado, identificado quando das entrevistas na primeira fase da pesquisa, que reverte o valor de uso de certos bens em valor de troca, constitui prática econômica freqüente entre os entrevistados.

Os resultados da pesquisa informam sobre a recorrência acentuada da prática de realizar negócios, "rolos", como investimentos, para evitar a desvalorização do dinheiro, e mesmo tentar obter alguns ganhos (nominal ou real). Esses negócios referem-se basicamente à compra, venda e troca de bens de consumo duráveis. Cerca de 65,7% dos entrevistados recorrem a esse expediente, o que caracteriza a utilização de uma série de eletrodomésticos, de bens de consumo em bens com reserva de valor. Os executores de negócios ou “rolos” concebem os bens de consumo duráveis como reserva de valor que pode ser mobilizada de acordo com as necessidades e ou oportunidades.

Com a preocupação de explicitar o exposto, tentou-se apreender o funcionamento desse comércio improvisado, configurado na reversão do valor de uso em valor de troca, que, segundo nossa hipótese, constitui-se em recurso freqüente para tentar driblar as perdas e/ou ganhar com a alta da inflação.

Verificou-se a existência no local de dois tipos de comércio. Um, que é exercido basicamente por mulheres, e pode ser classificado como integrante do mercado de trabalho informal. Consiste na comercialização de diversos produtos de consumo corrente, como, por exemplo, roupas, utilidades domésticas, produtos de beleza etc. A opção das mulheres por essa atividade deve-se à possibilidade de exercê-la no local de moradia, o que permite a conjugação do trabalho remunerado com as tarefas de dona-de-casa. Cerca de 40,9% das

entrevistadas estavam nessa situação ocupacional. O grande contingente de pessoas vendendo no local contribui para a imagem do bairro como um extenso mercado no qual é possível comprar e vender de tudo. Além disso, a estrutura salarial dos moradores e a proximidade física existente entre eles facilitam a formação desse mercado.

No comércio de produtos diversos realizado por mulheres, observa-se a existência de um compromisso moral entre as vendedoras e/ou compradoras, que vigora do seguinte modo: hoje eu compro de você para que amanhã você compre de mim; eu compro perfume de você e lhe vendo roupas. Os prazos e formas de pagamento também são sempre objeto de negociação e renegociação. Durante a pesquisa de campo, assisti inúmeras vezes à forma como isso é operacionalizado. À primeira vista, o fundamental para essas vendedoras é efetuar a venda e obter recursos para permanecer no negócio, uma vez que essa atividade permite circulação constante de dinheiro. Desse modo, as mulheres vendedoras garantem as despesas do dia-a-dia na manutenção da casa; nenhuma das entrevistadas calcula o seu ganho mensal, o importante é ter o "dinheirinho" para o pão e leite diário, já que o salário do marido, ou mesmo o próprio, é gasto nos primeiros dias de cada mês. O bom funcionamento desse mercado depende de relações de reciprocidade e da relativa confiança entre os seus participantes. Assim, as relações de sociabilidade estão estreitamente embuídas de relações comerciais, o que dá uma dinâmica específica ao distanciamento e às aproximações, à solidariedade e disputas entre vizinhos.

O outro tipo de comércio está pautado na compra de bens de consumo duráveis para venda posterior, e é denominado pelos entrevistados como "negócios" ou "rolos". O seu funcionamento resulta da percepção dos entrevistados a respeito dos descompassos no aumento de preços, o que os economistas denominam de "desequilíbrios nos preços relativos".

Essas atividades em que a presença dos homens é mais ativa caracteriza-se pelo estabelecimento de um comércio secundário ou informal de bens de consumo duráveis, aos quais é atribuída uma dupla função: maior conforto e reserva de valor. Quando perguntados sobre o que seriam investimentos lucrativos, as respostas mais comuns são:

Uma televisão colorida, ou talvez alguma coisa para casa que nunca desvaloriza é um investimento seguro que você usufrui.

Gastando, pois as coisas estão muito caras, compro algumas coisas de valor, de um rádio para cima já valoriza, depois quando vendesse já ganhava.

Em suma, os “negócios” e “rolos” funcionam, no contexto de alta inflação e salário reduzido, como mecanismos de suplementação da renda; no entanto, não são somados ao salário; esse se destina a garantir a sobrevivência básica, enquanto rendimentos auferidos dos negócios tendem a ser mobilizados para a realização de novos negócios e para aquisições de bens que garantam maior conforto. Tais práticas econômicas permitem uma circulação contínua do dinheiro; são realizadas de forma intermitente e, em geral, ultrapassam as fronteiras do bairro, efetivando-se na dependência do “saber” aproveitar as oportunidades e das necessidades de satisfação de consumo. Consistem na circulação de bens, em particular, eletroeletrônicos, entre iguais ou diferentes.

A apreensão desse comércio decorre da observação dos gastos dos entrevistados. Realizam despesas em bens de consumo duráveis, que aparentemente não são fundamentais para sua sobrevivência imediata, nem prioritários. À primeira vista, o que se apresenta como um comportamento irracional, na análise mais minuciosa das informações, revela-se que muitas dessas aquisições têm como objetivo primeiro um investimento, mais do que propriamente uma utilidade ou um uso imediato ou permanente.

É interessante notar que as aquisições de bens eleitas como alternativa de investimento são, em geral, destituídas de gosto de classe (Bourdieu, 1983),

uma vez que televisões, aparelhos de som e outros têm valores e modelos variáveis, mas são iguais para todas as classes sociais, podendo circular em diversos espaços sociais.

Contudo, concomitantemente ao pragmatismo dessas práticas econômicas, os bens de consumo durável que circulam nesse mercado secundário são, em geral, valorizados pela sociedade como símbolo de *status* e até recentemente de consumo exclusivo dos considerados ricos. O acesso a esses bens, mesmo que temporariamente ou com capacidade de utilização ociosa, cria a imagem para o grupo estudado de que, por meio do consumo, estão incorporados à sociedade moderna, pois, em particular, a mídia transmite mensagens de que possuir determinados bens como televisão, geladeira, aparelho de som e outros garante o ingresso na modernidade.

Esta pesquisa mostra que o grupo estudado, ainda que reconheça os prejuízos que a inflação causa às suas vidas, quer pelas análises das respostas, quer pela observação da prática econômica dos entrevistados, parece se adaptar aos altos índices de inflação e que, ao longo do tempo, desenvolve alguns mecanismos de convivência com a inflação ou mesmo a tentativa de “driblar” essa situação, definida por eles e pelos economistas como desfavorável a todos, mais em particular a esse segmento da população. Isso não está indicando que a sociedade brasileira não deseje o fim da inflação, porém as sucessivas experiências malsucedidas de estabilização econômica resultaram na imagem de que as altas taxas de inflação são uma realidade da economia brasileira, à qual estão submetidos, e se percebem como impotentes para atuarem no sentido de reversão desse quadro. Na visão dos entrevistados, para enfrentar o aumento dos preços, o trabalho e o salário são insuficientes; é necessário “ser esperto”, isto é estar atento a qualquer oportunidade que possibilite uma complementação à renda mensal, ou que reduza as perdas provocadas pela inflação.

O que os economistas classificam como “comportamentos irracionais” indica, antes, a atribuição de uma dupla função de valor de uso e de reserva de valor aos bens comprados. Assim, o grupo pesquisado analisa e reconhece suas práticas econômicas como eficazes para driblar a inflação, revelando formas diferenciadas de segmentos sociais distintos conviverem com o processo inflacionário, ou até mesmo acreditarem que nesse contexto obtêm ganhos e com base nessas constatações alimentam seus projetos de melhoria de vida. Esse quadro não se caracteriza pela ingenuidade ou pela ignorância, num “comportamento irracional” como atestam os economistas. Antes reflete a apreensão calculada das vantagens e desvantagens de outros tipos de investimentos e formas de poupança.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistência de altas taxas de inflação foi vista pelo grupo de pessoas que pesquisei no período de 1989 a 1991 como a causa dos maiores e mais graves problemas que afetam a população. Nesse sentido, essa visão corrobora com o diagnóstico dos economistas que responsabilizam a inflação por todas as mazelas sócio-econômicas brasileiras. Os entrevistados reproduzem esses discursos legitimados, amplamente divulgados pelos meios de comunicação de massa, que caracterizam a inflação como o grande "mal", aquele que penaliza as pessoas mais pobres, em particular, aquelas inseridas na base da pirâmide social.

Ao mesmo tempo, paradoxalmente, todos os entrevistados, ao compararem sua situação atual com a de seu passado, ou com a vida de seus pais, ou avós, identificam uma melhoria de qualidade de suas vidas. Essa avaliação positiva pode, em parte, ser atribuída ao fato de a população estudada ter sido beneficiada por uma política pública de alcance limitado, que lhe possibilitou à aquisição de casa própria, como foi visto no capítulo 2.

Para os economistas, como mostrei, a década de 80 é vista como uma década perdida. Entretanto, as análises sociológicas feitas nos anos 90 sobre a década anterior reafirmam, de certa forma, o sentimento de melhoria identificado pelos sujeitos que pesquisei.

Os diagnósticos sobre a situação social do país, realizados na década de 90 (Faria, 1992; Rocha, 1995; Ribeiro 1996), evidenciam que, de modo geral, houve uma melhoria e/ou estabilidade nas condições de vida da população brasileira, quando se avalia o desempenho de indicadores sociais, calculados com base nas estatísticas para os anos 80 divulgadas pelo IBGE, relativos à habitação, educação, saúde e infra-estrutura urbana.

Esses estudos sobre a situação social brasileira têm como preocupação central o dimensionamento da pobreza, com o objetivo de delimitar e focalizar as demandas sociais, que devem constar da agenda do setor público ao formular políticas sociais. Com critérios técnico-metodológicos, estabelecem parâmetros para o cálculo da linha de pobreza e indicadores sociais que permitem quantificar, localizar e caracterizar as condições sócio-econômicas e demográficas da população pobre do país.

Entre 1981 e 1989, de acordo com Faria (1992), aumentou a proporção da PEA com mais de quatro anos de estudo de 47,9% para 56,6% nas zonas urbanas e 10,4% para 18,1% nas zonas rurais; a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais reduziu de 22,8% para 18,8% e, ainda, quanto à escolarização, diminuiu o número de crianças fora da escola, na faixa etária de sete a quatorze anos, de 31,2% para 26,8%. No indicador de densidade de ocupação domiciliar, que é importante para a análise das condições habitacionais, durante os anos 80 verificou-se uma redução de 16,3% para 11,8 dos domicílios com alta densidade (mais de três moradores por cômodo). A participação de domicílios considerados inadequados no estoque total de domicílios diminuiu de 10,9% para 7,5%; o volume de domicílios dotados de saneamento básico considerado adequado passou de 43,1% para 53,3% e a proporção de pessoas vivendo em domicílios com canalização interna de água passou de 58,0% para 71,0%.

A partir do pressuposto de que a família constitui unidade solidária de consumo e renda, tanto Juarez Brandão (1989 e 1992) como Sonia Rocha (1992 e 1995) tomam como instrumento de análise a renda familiar *per capita*. Com base nesse critério, dividem a estrutura social brasileira em três classes: indigente, pobre e não pobres. Essa divisão é elaborada estabelecendo a linha da pobreza como sendo a renda familiar *per capita* inferior aos custos de uma cesta de consumo previamente definida. Dessa forma, são classificadas como pobres, as famílias cuja renda não supre as necessidades de alimentação, moradia vestuário

etc.; indigentes são aqueles que não conseguem sequer atender às suas necessidades alimentares; e os não-pobres os que se situam acima da linha da pobreza (Rocha, 1995, p.3).

Os resultados obtidos com esse procedimento indicam que o número de pobres no país manteve-se relativamente estável entre 1981 e 1990, passando de 41.053.194 para 41.970.326, respectivamente. Em termos proporcionais, observa-se uma redução em 1981: 34,5% da população encontrava-se em situação de pobreza; 1990, essa proporção atinge 30,2%, enquanto os indigentes eram 16.773.347 (14,1%) em 1981 e 16.577.166 (11,9%) em 1990 (Rocha, 1995, p.4-6).

Embora os dados não indiquem o aumento da pobreza no país durante a década de 80, os autores são unânimes em advertir que esses números são inaceitáveis diante das desigualdades crescentes e da urbanização e, inclusive, detectam a deterioração das condições de vida em algumas regiões e metrópoles brasileiras, com a participação crescente no número total de pobres e indigentes de origem metropolitana.

Ainda que da perspectiva dos indicadores sociais e da renda não se verifique o agravamento da pobreza, estamos muito distantes de uma situação de bem-estar social considerada ideal. Os indicadores de desenvolvimento social produzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, denominados de Human Development Index - HDI, situam o Brasil em sexagésimo-segundo lugar no conjunto dos 160 países analisados, em 1990 e 1991. Note-se que esse resultado posiciona o país com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,757, abaixo do México, 0,838 e da Argentina, 0,854.

Para esses autores, o debate sobre a questão social e a maior visibilidade da pobreza no país resultam do estancamento do crescimento econômico, da renda e da mobilidade social, em uma sociedade com expectativa de ascensão. A conjuntura econômica dos anos 80 colocou em primeiro plano o

conflito distributivo, e a inflação contribuiu para agravar a desigualdade de renda que, como mostram os indicadores, se aprofundou nesse período.

Neste trabalho, a partir da apreensão das práticas concretas presentes no cotidiano de um grupo social, de suas representações e suas experiências engendradas no contexto inflacionário, os dados que levantei permitem chamar a atenção para uma mudança na qualidade da pobreza.

Procurei rever o pressuposto de que o comportamento econômico dos pobres é tão-somente orientado pela garantia da subsistência, ou a suposição de que a pobreza transforma seres humanos em agentes passivos ou em massa amorfa de indivíduos. Estar no Conjunto Habitacional é presenciar homens e mulheres envolvidos de maneira criativa com o que denominam “rolos”, para complementar a renda familiar. A imagem do bairro como um grande mercado secundário de compra e venda de produtos e serviços não é descolada do comércio urbano formalizado. Os preços dos bens consumidos, dos serviços prestados e dos investimentos realizados são comparados, por meio de jornais, da televisão e de outras formas de informações, com os bens oferecidos no mercado. O fato de o conjunto habitacional oferecer uma gama variada de bens não garante que estes sejam adquiridos exclusivamente no local. Observou-se que há um domínio da cidade, bem como diversas alternativas de consumo, mesmo que limitadas pelo poder aquisitivo da população.

Ao tentar mostrar que o comportamento econômico desse grupo não pode ser apreendido pela idéia de irracionalidade, procurei observar o tipo de cálculo que orienta o consumo de bens. Apesar do baixo grau de instrução, os entrevistados demonstraram familiaridade com o sistema financeiro e comercial, que se revela na rapidez com que calculam juros e taxas de rendimentos nas diferentes aplicações; não se cansaram em demonstrar para a pesquisadora sua perspicácia e sucesso na realização de investimentos, que eu, porém, tendia a considerar incorretos do ponto de vista econômico; mostraram-se ágeis em criar

formas de investimentos alternativos e avaliar seu desempenho, comparando-o com o desempenho dos investimentos comumente recomendados para pequenos investidores, nas pesquisas que antecedem à compra de bens duráveis e nas diferenças que estabelecem entre os bens que são comprados pela sua utilidade ou reserva de valor.

Também, observou-se que para os entrevistados, algumas mercadorias (bens móveis) assumem diferentes significados utilidade ou investimento, dependendo dos objetivos pelos quais são adquiridos. A prática de atribuir valor de troca a bens que a princípio têm valor de uso na aquisição, isto é, a compra de bens de consumo duráveis como investimento, é facilitada pelo contexto de instabilidade econômica, em função do desequilíbrio dos preços relativos entre os diferentes produtos.

A familiaridade com o universo econômico também se expressa em opiniões bem formuladas e claras sobre as razões que produzem a inflação, não importa se são ou não verdadeiras; mas, sem dúvida, não se trata de um processo misterioso, cujas razões lhes são desconhecidas. A política assim como a economia não são mundos obscuros, definidos como incompreensíveis para esses entrevistados. Enfim, são capazes de descrever em detalhes processos de tomada de decisões na política e na economia (acentuo que a idéia de familiaridade não indica que o que dizem seja correto ou errado, mas apenas que não agem como se estivessem excluídos da compreensão desse mundo e não soubessem como agir sobre ele). Sabem, ainda, com precisão identificar os instrumentos por meio dos quais informações são obtidas e utilizam-se com essa finalidade do rádio, da televisão e dos jornais.

A ênfase que atribuo à racionalidade envolvida nesses comportamentos não implica um desconhecimento do caráter simbólico das práticas sociais. Se é possível identificar o pragmatismo envolvido na aquisição dos bens duráveis que circulam nesse mercado, não podemos esquecer que esses bens são valorizados

com símbolo de *status* e até recentemente de consumo exclusivo dos considerados ricos. O acesso a esses bens, mesmo que temporariamente, ou com capacidade de utilização ociosa, cria a imagem para o grupo estudado de que, por meio do consumo, estão incorporados à sociedade contemporânea, pois, a mídia, em particular, transmite mensagens de que possuir determinados bens, como televisão, geladeira, aparelho de som etc. garante o ingresso na modernidade.

Enquanto consumidor, o grupo estudado se caracteriza como exigente; não podemos dizer que são consumidores movidos por comportamentos econômicos irracionais. Avaliam os preços em diferentes estabelecimentos comerciais, consultam jornais, estudam as melhores formas de pagamento, estabelecem parâmetros para a negociação, elaboram projeções sobre a valorização dos produtos e expectativas de ganhos a curto, médio e longo prazos, sendo o consumo objeto de planejamento e constantes revisões. Nesse sentido, explicam seus investimentos, identificando as causas de suas aplicações adequadas, em determinada conjuntura, inviáveis, em outras; discutem com vizinhos e pesquisador os motivos que levam um investimento aparentemente equivocado ou desaconselhável ser o mais indicado, dependendo do momento e das oportunidades. Não estou preocupada em julgar se os cálculos são corretos, como já enfatizei no decorrer do trabalho. Meu interesse é mostrar os tipos de argumentos que presidem as avaliações e orientam as ações.

Como mostra Roberto DaMatta (1995), é importante levar em conta a cultura de um povo quando procuramos entender seu comportamento econômico, mas o que impressiona nesta pesquisa é como determinadas conjunturas, no caso o contexto inflacionário brasileiro, funcionam como incentivo para a população apreender cálculos econômicos e, com o desenvolvimento dessa capacidade, acreditar na possibilidade de driblar a inflação. Assim, no caso estudado, paradoxalmente, o processo inflacionário resultou em que uma população pobre e

com baixo índice de escolaridade adquirisse experiência em cálculos numéricos bastante sofisticados e se adaptasse, ao processo inflacionário.

Retomando a oposição de DaMatta entre a casa e a rua, a ideologia igualitária e a ideologia hierárquica, pode-se afirmar que o grupo pesquisado, enquanto consumidor, não é apenas orientado pela ideologia igualitária, mas tem uma ação pautada sobretudo no modelo do *homo-economicus*, que avalia custos e benefícios e, na medida do possível, com base na racionalidade formal, opera de maneira impessoal cálculos quantitativos. Assim, ainda que o comportamento social no Brasil seja orientado por valores próprios da hierarquia, os indivíduos pesquisados na suas ações, enquanto consumidores, agem de acordo com a lógica do sistema capitalista e não estão à espera de favores.

Avaliar como esse “consumidor exigente” age politicamente é bem mais complicado. Estamos, sem dúvida, longe da idéia romântica de cidadania, em que os interesses individuais são colocados entre parênteses em nome dos interesses coletivos. O modo como a política e os políticos são avaliados mostra que é como clientes do Estado que eles gostariam de ser tratados. O bom político é o realizador de obras e o que adota medidas que beneficiem os pobres. Da mesma forma, a experiência da Associação de Morados na gestão do Programa do Leite tratou seus associados como clientes, os quais, para receber o benefício, deveriam ser “bem comportados”. Contudo, a crítica como foi visto, que os moradores do Conjunto Habitacional fazem aos políticos, à política e à Associação sugere que a tolerância com os particularismos, com os favores e hierarquias estabelecidos no atendimento aos beneficiados tem seus limites.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BEM, Cleide de (1992). **Casas, casebres e condomínios : segregação espacial e relações sociais nas formas de ocupação de São Braz, um bairro de Curitiba.** São Paulo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- 2 BERG-SCHLOSSER, D. (1987). **The macro-social and political effects of hiper-inflation : some lessons from Weimar.** Buenos Aires : s.n.
- 3 BILAC, Elizabeth Dória (1978). **Famílias de trabalhadores : estratégias de sobrevivência.** São Paulo : Símbolo.
- 4 BOURDIEU, Pierre (1974). **Condição de classe e posição de classe.** In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo : Perspectiva.
- 5 BOURDIEU, Pierre (1983). **Esboço de uma teoria da prática.** In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu : sociologia.** São Paulo : Ática. p.60-81. (Coleção grandes cientistas sociais, 39).
- 6 CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1984). **A política dos outros : o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** São Paulo : Brasiliense.
- 7 CARDOSO, Ruth C. L. (1978). **Sociedade e poder : as representações dos favelados de São Paulo.** **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.38-44, abr.
- 8 CARDOSO, Ruth (1983). **Os movimentos sociais urbanos : balanço crítico.** In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo : Brasiliense. p.215-239.
- 9 CARDOSO, Ruth (Org.) (1986). **A aventura antropológica : teoria e pesquisa.** São Paulo : Paz e Terra.
- 10 CASTELO BRANCO, Helena Alvim (1989). **Família : indicadores sociais.** Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. v.1
- 11 CIMINELLI, Rossana Ribeiro; SILVA, Kátia T. P. da (1990). **O setor informal e a conjuntura de crise nos anos 80.** **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.12, n.9/10, p.2-5, set./out.
- 12 DAMATTA, Roberto (1978). **Carnavais, malandros e heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar.
- 13 DAMATTA, Roberto (1985). **A casa e a rua : espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** São Paulo : Brasiliense.

- 14 DAMATTA, Roberto (1993a). **Conta de mentiroso** : sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro : Rocco.
- 15 DAMATTA, Roberto (1993b). Para uma sociologia da inflação : notas sobre inflação, sociedade e cidadania. In: **Na corda bamba** : doze estudos sobre a cultura da inflação. Rio de Janeiro : Relume Dumará.
- 16 DUARTE, Luis Fernando Dias (1986). **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro : Zahar : CNPq.
- 17 DURHAM, Eunice R. (1980). A família operária : consciência e ideologia. **Dados** : Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro : IUPERJ, v.23, n.2, p.201-213.
- 18 DURHAM, Eunice R. (1984). **A caminho da cidade** : a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo : Perspectiva
- 19 DURHAM, Eunice R. (1986). A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo : ANPOCS, v.1, n.1, p.84-99, jun.
- 20 FARIA, Vilmar (1992). A conjuntura social brasileira : dilemas e perspectiva. **Novos Estudos**, São Paulo : CEBRAP, n.33, p.103-114, jul.
- 21 GEERTZ, Clifford (1978). **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : Zahar.
- 22 HARVEY, David (1980). **A justiça social e a cidade**. São Paulo : HUCITEC.
- 23 HIRSCHMAN, Albert O. (1981). The social and political matrix of inflation : elaborations on the Latin American experience. In: HIRSCHMAN, Albert O. **ENSAYS in trespassing** : economics to politics and beyond. Cambridge : Cambridge University Press. p.177-207.
- 24 IBOPE (1990). **Pesquisa de opinião pública** : assuntos: políticos/administrativos - Brasil. Rio de Janeiro.
- 25 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (1991). **Memória da Curitiba urbana** : planejamento urbano : concepção e prática. Curitiba : IPPUC. (Depoimentos, 7).
- 26 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (1997). **O plano real e outras experiências internacionais de estabilização**. Brasília : IPEA : Escritório da CEPAL no Brasil. Textos apresentados ao Seminário Os Dois Anos do Plano Real: Comparação com Outras Experiências de Estabilização, 1996, Brasília.
- 27 INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (1990). **Diagnóstico da situação social do Paraná**. Curitiba : IPARDES.
- 28 KOWARICK, Lúcio (1991). **Cidade e cidadania** : pistas de investigação para a análise de metrópoles do subdesenvolvimento industrializado. S.l. : s.n. Texto distribuído no XV Encontro Anual da ANPOCS, 1991, Caxambu.

- 29 LEÃO, Igor Zanoni C. C.; SILVA, Kátia T. P. da (1991). *Habitação em Curitiba : alguns aspectos. Análise Conjuntural*, Curitiba : IPARDES, v.13, n.5/6, p.1-4, maio/jun.
- 30 LOPES, Francisco (1989). *O desafio da hiperinflação : em busca da moeda real*. Rio de Janeiro : Campus.
- 31 LOPES, Juarez B. (1993). *Brasil 1989 : um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana*. Campinas : UNICAMP/NEPP. (Cadernos de pesquisa, 25).
- 32 LOPES, Juarez B.; GOTTSCHALK, Andrea (1990). *Recessão, pobreza e família : a década pior que perdida. São Paulo em Perspectiva*, São Paulo : SEADE, v.4, n.1, jan./mar.
- 33 LOURENÇO, Gilmar. (1997) *Três anos de Real : oportunidades e fragilidades. Análise Conjuntural*, Curitiba : IPARDES, v.19, n.3/4, p.3-5, mar./abr.
- 34 MACEDO, Carmem Cinira (1979). *A reprodução da desigualdade*. São Paulo : HUCITEC.
- 35 MAGNANI, José Guilherme Cantor (1984). *Festa no pedaço*. São Paulo : Brasiliense.
- 36 MOTTA, Roberto; SCOTT, Parry (1983). *Sobrevivência e fontes de renda : estratégia das famílias de baixa renda no Recife*. Recife : SUDENE : Massanga.
- 37 PELIANO, Anna Maria T. M. (Org.) (1993). *O mapa da fome III : indicadores sobre a indigência no Brasil*. Brasília : IPEA. (Documento de política, 17).
- 38 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1986). *Associativismo*. Rio de Janeiro : IBGE, v.10. Suplemento.
- 39 RELATÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1985-1996). Brasília, v. 22-28, 1986-1997. seção 5.
- 40 RIBEIRO, Luiz César de Queiroz ( 1996). *Rio de Janeiro : exemplo de metrópole partida e sem rumo? Novos Estudos*, São Paulo : CEBRAP, n.45, p.167-182, jul.
- 41 RICHARD, Lionel (1988). *A República de Weimar : 1919-1933*. São Paulo : Companhia das Letras : Círculo do Livro.
- 42 ROCHA, Sonia (1995). *Governabilidade e pobreza : o desafio dos números*. Brasília : IPEA. (Texto para discussão, 368).
- 43 ROCHA, Sonia (1997). *Crise, estabilização e pobreza - 1990 a 1995. Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro : FGV, v.51, n.1, jan.
- 44 SAHLINS, Marschal (1979). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro : Zahar
- 45 SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1979). *Cidadania e justiça : política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro : Campus.

- 46 SARTY, Cynthia Andersen (1994). **A família como espelho : um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo.** São Paulo. Tese (Doutorado), Departamento de Antropologia da FFLCH/USP.
- 47 SOLA, Lourdes (1989). Limites políticos ao choque heterodoxo no Brasil : técnicos, políticos e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo : ANPOCS, v.3, n.9. p.38-69, fev.
- 48 SOUZA, Paulo Renato (1980). **Emprego, salário e pobreza.** São Paulo : HUCITEC.
- 49 TORRES FILHO, Ermani Teixeira; CARVALHO, Mônica Esteves de (1989). O Programa Nacional do Leite para crianças carentes. In: BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Projeto: A Política Social em Tempos de Crise: Articulação Institucional e Descentralização.** Brasília : MPAS : CEPAL. (Economia e desenvolvimento, 6)
- 50 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (1996). **Acompanhamento e avaliação da implementação do Programa de Garantia da Renda Familiar Mínima (PGRFM) da Prefeitura Municipal de Campinas : relatório parcial.** Campinas : UNICAMP/NEPP.
- 51 VALLADARES, Licia (1978). **Passa-se uma casa.** Rio de Janeiro : Zahar.
- 52 VALLE, Amauri (1992). **A questão habitacional.** Curitiba : s.n. Monografia apresentada ao Curso de Graduação da Faculdade Católica de Administração e Economia.
- 53 ZALUAR, Alba (1985). **A máquina e a revolta : as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo : Brasiliense.